

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANITA PEREIRA FERRAZ

**SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL:
contributos da extensão universitária**

FRANCA
2013

ANITA PEREIRA FERRAZ

**SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL:
contributos da extensão universitária**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: “Serviço Social – Trabalho e Sociedade”

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

**FRANCA
2013**

Ferraz, Anita Pereira

Serviço social e projeto ético-político profissional : contributos da extensão universitária / Anita Ferreira Ferraz. –Franca : [s.n.], 2013

123 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: José Fernando Siqueira da Silva

1. Extensão universitária. 2. Serviço social – Prática profissional. 3. Serviço social – Ética profissional. I. Título.

CDD – 361.007

ANITA PEREIRA FERRAZ

**SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL:
contributos da extensão universitária**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

1º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Onilda Alves do Carmo – FCHS/UNESP

2º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Maria Manoela Centeno Carvalho Valença – UFSC

Franca, 12 de junho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Denise e Accacio, pelo carinho, desprendimento, apoio e amor sempre dispensados. Qualquer coisa dita aqui seria insuficiente para expressar meus sentimentos e minha gratidão.

Aos meus irmãos, Hugo e Lenita, batalhando para construírem seus caminhos e colaborando na construção dos meus.

Aos meus avós, responsáveis por muito da minha formação e pelo grande apoio para que eu realize sonhos que nem bem sabem o que são. Exemplos vivos de como o trabalho “forma” os sujeitos.

Ao Nando, companheiro de sonhos, de tropeços, de levantes e meu principal incentivador.

Ao José Fernando, meu orientador.

Às amigas Heloísa, Priscila e Raquel e ao amigo Leandro, pela ímpar e especial contribuição para que eu não desistisse, além da amizade verdadeira.

À amiga Nathália, que mesmo à distância se faz presente.

Às companheiras Ana Paula e Márcia Floro, presentes na luta cotidiana, sempre com companheirismo e seriedade.

Aos estudantes do curso de Serviço Social do IMESB, pela grande oportunidade de aprendizados, trocas e construções. Em especial ao “eterno segundo ano”, que ratificou a certeza de que a dialogicidade edifica o exercício docente e constrói e reconstrói estudantes e professores; e ao estudante Anderson, pela epígrafe e pela gentileza de atribuir a inspiração à minha aula.

Às crianças e adolescentes do Recanto Samaritano, que me permitiram fazer parte de suas vidas por quase dois anos, superando o trabalho e me ensinando lições cotidianas sobre dor, sofrimento, amor e respeito.

A todos que de forma direta e indireta contribuíram para a conclusão deste processo.

Me da licença passa o microfone

Na humildade é tudo no meu nome
Eu vejo vários homens morrendo de fome
Violência para todo quanto é lado
Corpo espedaçado mais um moleque que foi atropelado pelo tio drogado
No hospital eu vejo grande fila que dobra esquina
Mortal vírus contamina a mente que não tem antídoto
Inimigo íntimo que espelha no espelho do banheiro
Sinto o mau cheiro que não vem da minha privada
Não lembram mais de nada
Me diz o que aconteceu na eleição passada
O que mais fala normalmente é o cão que ladra, eu vejo povo se apertando nas fortes amarras
Masmorra do inferno quem comanda tá de terno
Anda de carro zero e nos facilita o empréstimo
Como se fosse resolver todos os problemas nos empoeiram dilemas mais fácil viver de algemas
Mais sabe qual é problema
Um povo acostumado e submisso ao sistema
Eu quero você me entenda
Que agente é o poder e nunca saímos de cena
Tenha certeza que vai valer a pena
Em um só objetivo a queda de quem comanda o sistema
Eu estou cansado de ser sempre enganado
Eu vejo claramente e não sou eu quem estou errado
Mais isso fato eles mechem com a nossa cabeça
As propagandas enganosas faz com que esqueça
As obras superfaturadas que aparece inacabadas
Políticos roubando o dinheiro que nos falta
Empresas explorando nosso tempo,
E não pagam, um valor que valha
No fio da navalha,
Andando de sandália,
Quem já está cansado eu vejo o semblante triste ao tirar o extrato
Eu sei que é embasado
Vamos parar o que está errado
Você não é pobre por que seus avós foram escravos
Não seja mais alienado quanto mais cego mais proveito tem para o estado
Eles te querem burros e maus informados
Para que acreditem em tudo e nunca sejam questionados
Empresários detentores do produto
Apoiam a exploração apenas visando o seu próprio lucro
Hoje a felicidade se restringe no que tem
Afeto maternal não satisfaz mais o neném
A caixa mágica dizendo que tá tudo bem
Comprar um jogo onde é normal fazer refém
Eu só sou mais um negrinho escrevendo no escuro
Trazendo clareza e mudança para esse mundo
É sou eu quem está falando então veja como é
Tentou me derrubar mais eu ainda estou de pé
Agora enxergo o jogo como eles sempre viram
Serei como um isqueiro que ascende o pavio
Empreste-me os ouvidos para poderem enxergar
O que está acontecendo em todo o quanto é lugar
É tudo uma farsa para você se acomodar
Se esta me entendendo vem pra cá se alistar.
(Anderson Vinícius Ferreira Felisbino)

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e projeto ético-político profissional**: contributos da extensão universitária. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

O texto aqui apresentado pretende contribuir na discussão acerca do Serviço Social, do projeto ético-político profissional e da extensão universitária, sopesando suas interfaces. A concepção de extensão aqui adotada compreende seu caráter educativo, cultural e científico, articulado indissociavelmente ao ensino e à pesquisa, segundo a perspectiva que defende a possibilidade de uma relação profícua e transformadora entre universidade e sociedade. Para tanto, o estudo abarcou pesquisa bibliográfica e entrevistas com onze assistentes sociais graduados na UNESP/Franca que participaram dos grupos de extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) e Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF). A escolha por tais grupos deve-se ao direcionamento político dado às suas ações extensionistas. O trabalho foi organizado em três capítulos: *O Serviço Social e o Debate Contemporâneo sobre sua Renovação Crítica*; *Universidade, Sociabilidade, Extensão Universitária e Dimensão Comunicativa*; e *Prática Extensionista, Formação Profissional e Projeto Ético-político do Serviço Social*. São analisadas quatro principais categorias, sendo elas: a prática extensionista; tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão; extensão e exercício profissional; extensão e projeto ético-político do Serviço Social. Assim, o trabalho capta a importância da extensão na vida dos sujeitos da pesquisa, destacando a reiterada vinculação entre a participação em tais grupos e a formação de profissionais alinhados à perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. projeto ético-político profissional. extensão universitária.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e projeto ético-político profissional:** contributos da extensão universitária. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ABSTRACT

The text here presented intends to contribute for the debate around Social Work, its professional ethical and political project and university's extension, considering some of the interfaces involved on this matter. Extension's conception here adopted comprehends its educative, cultural and scientific dimensions, undisjoinable associated to teaching and research, according to a perspective that defends the possibility of a fecund and modifying relation between university and society. With this in mind, this study included bibliographical research and eleven interviews with social workers graduated on UNESP/Franca who participated of groups of extension such as Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) and Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF). The reason for choosing those groups is the political direction given to its extensional actions. This study was divided into three chapters: *Social Work and the Contemporary Debate around its Critical Renovation; University, Sociability, University's Extension and Communicative Dimension;* and *Extensional Practice, Professional Formation and Social Work's Ethical and Political Project.* Four main categories were analyzed: extensional practice; university's tripod: teaching, research and extension; extension and professional exercise; extension and Social Work's political and ethical project. The study captures extension's importance to the lives of the subjects of the research, indicating the intailed relation between participation in those groups and a professional formation guided by the perspective provided for Social Work's political and ethical project.

Keywords: Social Work. professional ethical and political project. university's extension.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CAPS Ad	Centro de Atenção Psicossocial para Tratamento de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPC	Centro Permanente de Cultura
CPEUSS	Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEPAF	Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAPAF	Grupo de Alfabetização Paulo Freire
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
L.A	Liberdade Assistida
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NATRA	Núcleo Agrário Terra e Raiz
P.S.C	Prestação de Serviços à Comunidade
PAIDEIA	Projeto Alfabetização Solidária
PETSS	Programa de Educação Tutorial de Serviço Social
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROEX	Pró-reitoria de Extensão Universitária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 O SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE SUA RENOVAÇÃO CRÍTICA	12
CAPÍTULO 2 UNIVERSIDADE, SOCIABILIDADE, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIMENSÃO COMUNICATIVA	45
2.1 A instituição universitária brasileira e sua inserção na sociedade de capitalismo dependente	45
2.2 Crise estrutural do capitalismo e universidade	51
2.3 Extensão e comunicação: a disputa por definição do sentido dessa função institucional universitária	57
CAPÍTULO 3 PRÁTICA EXTENSIONISTA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	66
3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	66
3.2 Leitura dos dados, construção de categorias e forma de apresentação do estudo	70
3.3 A prática extensionista	75
3.4 O tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão	83
3.5 Extensão e exercício profissional	97
3.6 Extensão e projeto ético-político do Serviço Social	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	1100
REFERÊNCIAS	1144
APÊNDICES	
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	119
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	1120
ANEXOS	
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	1122

INTRODUÇÃO

Este trabalho tenciona debruçar-se sobre a temática da extensão universitária e suas diversas interlocuções com o projeto ético-político, considerando as interfaces com a formação e trabalho profissional do Serviço Social. Resulta de conclusão do curso de mestrado em Serviço Social na UNESP/Franca, cabendo ponderar que este projeto foi reformulado, repensado e recriado pela pesquisadora durante o curso. Inicialmente, buscava-se apreender os contributos gerais do tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão – para o alinhamento ao projeto ético-político e para um exercício profissional comprometido com a emancipação dos sujeitos; entretanto, no decorrer da pesquisa, avaliou-se relevante enfatizar a extensão universitária em detrimento dos demais componentes do tripé. Tomou-se tal decisão por se ter vislumbrado que a vinculação à extensão universitária em seu viés dialógico estaria a refletir-se sobre o exercício profissional de indivíduos que dela participaram. Assim, tomou-se como hipótese a ser confirmada justamente a vinculação entre trabalho profissional alinhado à perspectiva do projeto ético-político e prática extensionistas crítica e dialógica.

Nesse sentido, este trabalho busca explicitar os contributos da extensão universitária para o Serviço Social e seu projeto ético-político profissional, destacando que a compreensão de extensão universitária aqui abordada é de “[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.” (SANT’ANA; CARMO, 2012, p. 103). O cenário da pesquisa foi a UNESP/Franca. Entretanto, para galgar tal intento, optou-se por focar-se nos grupos Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) e Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF), considerando serem estes os grupos de extensão universitária da UNESP/Franca que trabalham na perspectiva de extensão supracitada, que se compreende ainda como consonante com o projeto ético-político profissional, sopesando que no bojo deste projeto encontra-se o compromisso com a classe trabalhadora e a busca por um novo padrão de sociabilidade, distinto do burguês.

O trabalho aqui apresentado resulta de leituras e análises bibliográficas, considerando obras e autores direta ou indiretamente ligados à temática de estudo, bem como de pesquisa realizada junto a onze profissionais graduados na UNESP/Franca, que participaram desses grupos de extensão. Tal coleta de dados deu-se por meio de questionários encaminhados e respondidos via internet, considerando as diversas localizações geográficas dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, o projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de Ética da UNESP/Franca, obtendo aprovação (Anexo A). Após a aprovação,

iniciou-se o envio dos questionários aos assistentes sociais, sendo que dos dezoito que se dispuseram a responder, onze responderam de fato.

Em face disso, foi elaborada a dissertação que aqui se apresenta. Cabe destacar que a dupla jornada de trabalho da pesquisadora, aliada ao mestrado e principalmente à insatisfação e frustração por ele geradas em tempos de precarização do ensino, inclusive de pós-graduação, fizeram com que os resultados ora apresentados se distanciem do ideal proposto. Desse modo, considera-se que os limites e percalços enfrentados são em parte visualizados nesta dissertação.

A apresentação do trabalho se dá em três capítulos. O primeiro, intitulado “O Serviço Social e o debate contemporâneo sobre sua renovação crítica”, busca apreender brevemente a gênese da profissão, ponderando a centralidade da dinâmica social de acumulação própria do capitalismo de monopólios nesse processo e a função de hegemonia exercida nesse contexto pela Igreja Católica, bem como examinando o amadurecimento da profissão nos anos seguintes, conforme expresso pelas vertentes do Movimento de Reconceituação, em especial pela Intenção de Ruptura. Pondera ainda, na sequência desse Movimento, o refazer-se da profissão, sua aproximação com a teoria social crítica de Marx, a consubstanciação de seu projeto ético-político, sua vinculação ao projeto societário das classes trabalhadoras, seus preceitos de hegemonia, além de alguns dos desafios contemporâneos postos aos profissionais de Serviço Social.

O segundo capítulo objetiva um conciso estudo a respeito da extensão universitária e de seu ambiente institucional primordial, a universidade. Busca observar a história da universidade e da educação em nível superior no Brasil, examinar a inserção da universidade na estrutura e dinâmica da totalidade social e esboçar um breve painel geral da universidade na contemporaneidade, considerando sua crise particular em meio à crise geral da sociabilidade burguesa. Centra-se também na questão e no sentido da extensão universitária, considerando sua estruturação jurídico-institucional e a disputa entre projetos societários dada também nesse âmbito. Por fim, focalizam-se os caracteres do que aqui se designa, em atenção à crítica de Paulo Freire ao termo “extensão”, como “extensão comunicativa”, de modo a não ignorar a consagração jurídico-institucional do termo “extensão” como uma das funções precípuas da universidade e a caracterizar o sentido dialógico e emancipatório que se vislumbra como possível na prática extensionista.

O terceiro e último capítulo expõe uma breve caracterização dos sujeitos entrevistados, apresentando seu ano e currículo de formação, locais e carga horária de trabalho, bolsas estudantis que fruíram ao longo da graduação, grupo e tempo de participação na extensão

universitária e outros grupos em que mencionam participação. Segue-se então a um comentário sobre a proposta de metodologia adotada, tributária das reflexões de Marx sobre método, e à apresentação das quatro categorias apreendidas por meio da análise dos dados: (a) *a prática extensionista*, (b) *o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão*, (c) *extensão e exercício profissional*, (d) *extensão e projeto ético-político do Serviço Social*. Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo e referências para sua construção.

CAPÍTULO 1 O SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE SUA RENOVAÇÃO CRÍTICA

A gênese do Serviço Social no Brasil se deu vinculada precipuamente a dois elementos: a dinâmica própria do capitalismo monopolista, com os diversos aspectos da questão social por ele engendrados; a necessidade de controle sobre as expressões da questão social a dar-se segundo as funções de hegemonia da sociedade civil e realizada, no contexto brasileiro, inicialmente pelo laicato católico. Em relação ao segundo elemento, tem-se nas práticas de caridade ligadas à Ação Católica¹ - que visava dar uma resposta reformista e conservadora às manifestações da questão social nas duas décadas iniciais do séc. XX – vislumbra-se um elemento que, apesar de seus claros limites, pode ser considerado como pioneiro na história da profissão, elemento que viria a fomentar, na década de 1930 e justamente sob influência da Igreja Católica, a formação do primeiro curso universitário em Serviço Social. Nesse contexto sócio-histórico, é notório que o exercício profissional não se dava embasado em uma consistente construção teórico-prática, pois dispensava à questão social um tratamento moralizante, desconhecendo a dinâmica típica do capitalismo dependente brasileiro², e conseqüentemente propunha práticas interventivas que reforçavam a degradante estrutura social brasileira.

Assim, a presença dos assistentes sociais na resolutividade de conflitos relacionados às relações/tensões entre capital e trabalho, nos primórdios da profissão, denotava uma clara função sócio-técnica de sustentação e reprodução do capitalismo com buscar suprimir as formas de organização da classe trabalhadora ou os indícios de desorganização social que colocassem em xeque as bases da ordem econômica e política da época. É nesse sentido que o Serviço Social, de forma mais ou menos consciente, exercia um papel considerável nas

¹ A *Ação Católica*, fundada em 1932 – no Brasil, em 1935 –, congrega os movimentos criados pela Igreja Católica ao longo do século XX, visando ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na *Doutrina Social da Igreja*. No Brasil, sua criação se deu por iniciativa do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra no Rio de Janeiro.

² Segundo Florestan Fernandes (2004, p. 364 et seq.), a emergência e expansão do capitalismo dependente brasileiro se dá, a partir da década de 1860 até um período próximo à contemporaneidade, organizando-se em torno do desenvolvimento e consolidação de um setor econômico primeiramente configurado com o economia urbano-comercial, que gravitava em torno do campo, e posteriormente como economia urbano-industrial, mais próxima aos moldes atuais. Apesar das diversas transformações por que passou a economia brasileira nas últimas décadas, inclusive com um expressivo crescimento e diversificação econômica – o que valeu ao país a inclusão no tão comentado grupo de países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) – , parece pouco provável poder afirmar-se ter deixado o Brasil de apresentar características de um capitalismo dependente. Nesse sentido, Pereira (2012 p. 734) afirma que, frente à recente crise internacional do capitalismo deflagrada em 2008, “[...] o Brasil tem respondido com expedientes que lhe dão sobrevida como país emergente, ou neodesenvolvimentista, seja reestruturando seu modelo econômico, seja diversificando a sua dependência externa, ao mesmo tempo em que procura retomar a expansão econômica interna.”

funções de hegemonia da sociedade civil brasileira, pois nasce com o intuito de exercitar sobre a massa de trabalhadores insurgente uma função “educativa”, de amoldamento ideológico e resignação religiosa, com o objetivo de forçar um consenso entre as classes sociais e impedir que a manifestação do inconformismo dos setores explorados colocasse em risco uma falsa paz social³.

Em relação ao primeiro elemento – que decorre das esferas fundantes da sociabilidade, como a configuração histórico-social particular adquirida pelo modo de produção e reprodução material da vida social –, certamente não se pode dissociar o processo de gênese da profissão da dinâmica particular do capitalismo monopolista e da lei geral da acumulação capitalista. O modo de produção capitalista para poder existir implica condições de reprodução: para que possa manter-se em curso, ao término de uma fase produtiva há de se contar com a reposição de todos os elementos necessários para reiterar-se o processo produtivo. Logo, tanto quanto modo de produção e reprodução de mercadorias e mais-valia, o capitalismo é modo de produção e reprodução de relações sociais, pois o capitalismo só se torna viável como modo de produção se reproduzir as relações que opõem reiteradamente capital e força de trabalho, capitalistas e proletários, para que não cesse seu aspecto vital: a acumulação. Devido a traços tão comuns e reiterados, não obstante as particularidades históricas, Marx vislumbrou a possibilidade de formular uma lei geral da acumulação, pois, como resultante do capitalismo, tem-se a intensificação crescente da seguinte dinâmica: a socialização do processo de produção da riqueza social contraposta à apropriação privada dessa riqueza, isto é, a concentração crescente da massa de valores produzida contraposta à geração de pobreza. Essa relação de contraposição entre socialização do processo de produção de riquezas e acumulação de valores, de um lado, e apropriação privada da riqueza social e geração de pobreza, de outro, implica a contraposição de elementos da produção e, conseqüentemente, a contraposição das classes sociais envolvidas no processo de produção e reprodução material da vida social. Daí a formulação de Marx (1984, p. 209, grifo do autor):

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de

³ As reflexões aqui desenvolvidas foram parcialmente apresentadas no artigo “A atuação político-interventiva dos assistentes sociais e as ameaças à hegemonia do atual projeto ético-político profissional.” (FERRAZ, 2010).

trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui. [...] A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana — essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital.

Por tratar-se de uma lei geral, Marx não despande esforço, nesse momento, em explicar quais são as “variegadas circunstâncias”, o que fará, contudo, ao longo do capítulo XXIII de *O Capital*, centrando-se no caso da Inglaterra. Todavia, conforme o próprio Marx (1982, p. 17) admite:

Até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas.

Assim, a fim de poder vislumbrar a particularidade do movimento histórico que associa o capitalismo dependente brasileiro e as expressões de sua questão social à gênese do Serviço Social – movimento histórico a se desenvolver sob a égide dessa lei geral da acumulação –, é necessário examinar a conjuntura política e social da passagem do séc. XIX ao séc. XX no Brasil, quando, com o advento da República, mudanças radicais ocorrem no seio da sociedade brasileira, havendo a formação de um mercado de trabalho em moldes capitalistas em decorrência do acelerado processo de crescimento urbano e desenvolvimento industrial nos marcos do fordismo-taylorismo. O processo de urbanização se intensifica no Brasil principalmente a partir da década de 1870, sobretudo na região sudeste, no contexto de prosperidade devido à alta demanda internacional por café brasileiro, quando o estado de São Paulo assume papel de proeminência na economia nacional. O acúmulo de capital advindo do setor agrário favorecerá inclusive o desenvolvimento de um incipiente parque industrial na passagem do século XIX ao XX, sobretudo no Rio de Janeiro, e a intensificação do processo

de urbanização⁴. Assim se forma uma camada social urbana de empregados na indústria, composta por diversos trabalhadores provenientes da zona rural, entre brasileiros natos e imigrantes, que vão para as cidades em busca da nova esperança de vida que o emprego na atividade industrial representava e devido às péssimas condições de sobrevivência que o campo oferecia⁵. Todavia, essa camada social em formação encontra condições igualmente degradantes de residência, trabalho e remuneração.

Historiadores e sociólogos que estudaram a situação do proletariado nesse período são concordes em que essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria dos seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para subsistência. (IAMAMOTO, 2003, p. 128-129).

Dessa forma, vivendo em condições de extrema miserabilidade e totalmente desamparada pelo Estado da época da República Velha – quando as oligarquias latifundiárias paulista e mineira davam as diretrizes do governo do país –, não tarda para que esses trabalhadores se reconheçam como classe, adquiram identidade e consciência como tal e se organizem em núcleos reivindicativos, tais como sindicatos, dando publicidade ao que se convencionou chamar “questão social”.

É consenso aceitar-se que a concentração urbana, historicamente, favoreceu na América Latina, assim, como em outros continentes, o fortalecimento dos setores sociais majoritários. Tudo isto vai sendo forjado em função da força crescentes que as lutas reivindicatórias dos setores urbanos proletarizados adquirem e que encontram diversas respostas de caráter hostil ou beneficente. (SANTOS, 1982, p. 181).

⁴ É bem /verdade que só é possível falar-se de *processo de industrialização brasileiro* no contexto da década de 1930, quando a decadência do ciclo econômico do café e a grave crise que se abate sobre a economia mundial com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 viabilizaram um processo de industrialização por substituição de importações. Não obstante, o parque industrial existente anteriormente a esse período não pode ser ignorado, tampouco a importância do incipiente proletariado urbano, como fica evidente pelas diversas greves que promoveu nas décadas de 1900, 1910 e 1920, como a paralisação dos trabalhadores dos portos de Santos e do Rio de Janeiro em 1905, a paralisação dos ferroviários em 1906, a greve geral de 1907 e a greve geral de 1917.

⁵ O processo de imigração referido se inicia na década de 70 do séc. XIX, quando havia a demanda por trabalho nas lavouras cafeeiras do Oeste Paulista. Obviamente, tal processo, caracterizado pela vinda maciça de europeus e, posteriormente, japoneses, se prolongará pelo menos até a segunda década do séc. XX, quando diversos trabalhadores, sobretudo, italianos, vinham para trabalhar na recente indústria paulista.

Logo, os setores dirigentes da sociedade não demoram em dar respostas a tais movimentos, como as “leis sociais”, que, apesar seu significado como verdadeiras conquistas da classe trabalhadora, configuram, mesmo assim, concessões para acalmar a agitação popular. Além do mais, é evidente que o programa oficial do Estado e da elite enxergava a questão social como “caso de polícia” – lembrando uma frase do presidente Washington Luís que bem resume esse período da história brasileira –, oferecendo-se também as “respostas de caráter hostil”. Assim, embora não de possa negar que o Serviço Social surge como uma alternativa de profissionalização à atividade de *apostolado social* do laicato católico (IAMAMOTO, 2007, p. 20), carregado, conseqüentemente, da ideia de vocação, considerar apenas esses fator traz o prejuízo de se abstrair o processo de formação profissional do quadro histórico mais amplo em que ele se insere, o de *transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista*⁶, pois como bem pondera Paulo Netto (2006, p. 69) “[...] sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear.” Isso porque esse cenário histórico particular apenas se torna verdadeiramente compreensível ante as considerações gerais possibilitadas pela análise marxiana da lei geral de acumulação capitalista e pela teorização de Gramsci sobre as funções de hegemonia próprias do que designa como “sociedade civil”, esta sendo à frente abordada.

O amadurecimento da profissão nos anos seguintes, principalmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960, aproxima-a de referenciais teóricos e prático-interventivos que superam em consequência e competência os da origem do Serviço Social, dando-se as mudanças mais significativas nesse sentido com o dito *Movimento de Reconceituação do Serviço Social*⁷. Esse movimento dá-se em toda América Latina, deflagrando um processo de debates em torno do sentido da profissão e explicitando a insatisfação com as concepções e práticas oriundas do

⁶ Segundo Paulo Netto (2006, p. 19), “[...] na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do séc. XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicos, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se de período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como *estágio imperialista*. E é também consensual que ‘o período do imperialismo ‘clássico’ [situa-se] entre 1890 e 1940’ (MANDEL, 1976, 3: 325). As profundas modificações sofridas então pelo capitalismo – que, enquanto *tendências*, foram objeto da prospecção teórica marxiana – não infirmaram em nenhuma medida substantiva as análises elementares de Marx sobre o seu caráter essencial e o da ordem burguesa: o capitalismo monopolista recoloca em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.”

⁷ Para um estudo detalhado e exaustivo do Movimento de Reconceituação, bem como das correntes teóricas que ganham notoriedade durante o período da Ditadura Militar, consultar Paulo Netto (2007) – *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Pondere-se que diversos autores realizaram análises sobre o Movimento de Reconceituação. Contudo, aqui é seguida principalmente a linha desenvolvida por Netto no texto citado.

Serviço Social tradicional, que ainda se mostravam e se mostram presentes no cotidiano profissional. É necessário salientar que o Movimento não atinge toda a extensão das bases da profissão, fortalecendo-se majoritariamente entre as vanguardas profissionais. Tem-se como marcos a realização de quatro Seminários de Teorização Profissional do Serviço Social, organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). O Movimento de Reconceituação foi marcado pela aproximação a diferentes vertentes teóricas na tentativa de superar a insuficiência do aporte teórico que embasou a prática profissional até então e devido à necessidade de se buscarem novas matrizes teórico-metodológicas para atualizar a prática profissional. Ganham projeção as seguintes vertentes assim denominadas (PAULO NETTO, 2007): *perspectiva modernizadora*, *renovação do conservadorismo* e *perspectiva de ruptura*.

A *Perspectiva Modernizadora* reforça o funcionalismo e faz interlocuções com referenciais neopositivistas, tendo como base o *Documento de Araxá* e o *Documento de Teresópolis* (elaborados nos seminários de teorização profissional supracitados). Pode-se notar em tal vertente a ideia de ajuste do Serviço Social às novas demandas sociais colocadas em decorrência da nova ordem econômica e política do regime militar brasileiro (a conhecida “modernização conservadora” e o “milagre brasileiro”), sem, contudo, sequer cogitar o questionamento da legitimidade de tal ordem, corroborada com o discurso desenvolvimentista da época.

Como bem lembra Pereira (2012, p. 733), ao contrário do ocorrido com os outros diversos regimes ditatoriais instalados na América Latina ao longo da década de 1970, que desde logo conviveram com a recessão econômica decorrente da crise de sobreacumulação e subconsumo sobrevinda ao capitalismo monopolista internacional pela transformação do excedente produzido pela economia real em capital financeiro, o Estado ditatorial instalado no Brasil não sofreu de imediato os mais graves efeitos dessa crise. Tanto que, sobretudo durante o governo Médici (1968-1973), houve grande crescimento econômico (embora, paradoxalmente, tenha havido concentração de renda, ocasionando o aumento da distância entre as parcelas mais ricas e mais pobres da população) e, com ou sem a colaboração de governos dos países capitalistas centrais e agências internacionais, muitas vezes à base de empréstimos internacionais a altos juros, realizaram-se políticas públicas de intuito modernizador – como Mobral, Projeto Rondon, Plano Nacional de Saúde, Programa de Ação Econômica do Governo, criação da Zona Franca de Manaus etc. – e obras faraônicas – como a hidrelétrica de Itaipu, o programa nuclear brasileiro, a rodovia transamazônica etc. –, o que, além de não ter surtido os efeitos pretendidos, agravou bastante a dívida externa nacional, um

dos elementos determinantes da crise econômica da década de 1980. É nesse contexto sócio-histórico, quando a problemática do desenvolvimento torna-se central para a sociedade brasileira, que a Perspectiva Modernizadora se desenvolve e encontra sustentação, pois sob o regime ditatorial brasileiro e seu ímpeto modernizador e tecnocrático, a contribuição profissional dos diversos agentes especializados na problemática social e econômica, entre eles os assistentes sociais, é extremamente valorizada.

Tendo os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) como marcos, é bem verdade que a Perspectiva Modernizadora neles não se esgota, reverberando de forma diferente em diversos trabalhos de diferentes autores e apresentando um característico ecletismo. Recuperou ainda em parte a discussão acumulada ao longo da década de 1960, mas ignorando as tendências de clara ruptura com a estrutura social e a ordem sociopolítica postas, e recorreu a aportes como o do estrutural-funcionalismo norte-americano, entre outras vertentes teóricas. Por exemplo, pode-se citar Lucena Dantas como expoente da Perspectiva Modernizadora, um autor de formação neopositivista, cuja obra se ocupa de estabelecer um horizonte teórico-metodológico que possibilitasse o diagnóstico social e fundamentasse a intervenção profissional orientada no sentido de possibilitar as reformas e o controle social necessários para se atingir tal “desenvolvimento”. De modo geral, nos trabalhos e demais textos vinculados à Perspectiva Modernizadora, tanto quanto nos documentos de Araxá e Teresópolis, é possível vislumbrar a particular vinculação entre desenvolvimentismo e modernização que tanto atraiu diversos profissionais e teóricos do Serviço Social: o processo de desenvolvimento econômico e social é encarado como possibilitado por uma série de mudanças das estruturas socioeconômicas nacionais e pela reinserção do país na economia capitalista internacional. Logo, embora reconheça certas características e limitações próprias da estrutura social do país, o desenvolvimentismo não coloca os antagonismos sociais como basilares a essa estrutura social e busca superá-los, assim como aos limites referidos, por meio de reformas e de desenvolvimento de planos gerenciais de ação e criação de infraestrutura. Ou seja, a Perspectiva Modernizadora adere ao traço reformista herdado do conservadorismo originário da profissão. Para além de poder-se apontar as diversas limitações desse modo de encarar as expressões da questão social e a problemática do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, típico da Perspectiva Modernizadora, deve-se concluir com Paulo Netto (2007, p. 193) que:

As formulações registradas nos documentos de Araxá e Teresópolis, marcos canônicos da perspectiva modernizadora do Serviço Social em nosso país, simultaneamente configuraram a sincronização da (auto) representação

profissional ao projeto e à realidade globais da “modernização conservadora” que o Estado ditatorial levava a cabo e contribuíram, no plano específico do universo profissional, para o seu processo renovador, intervindo no sentido de girar a face intelectual e operativa do assistente social, balizando novas exigências e condições para a reprodução enquanto categoria e para o seu exercício enquanto técnico assalariado.

A *Renovação do Conservadorismo* apresenta uma abordagem subjetivista e psicologizante, atribuindo uma nova roupagem ao Serviço Social tradicional e reivindicando a Fenomenologia, principalmente a decorrente da obra de Heidegger, embora busque sustentação também na sociologia weberiana, no historicismo alemão de Dilthey e em diversos outros teóricos mais ou menos vinculados à tradição fenomenológica. Cabe destacar, contudo, que, conforme Netto aponta, a apropriação feita da Fenomenologia não é competente, pois seu resultado “[...] é um método fenomenológico que parece conformado, na ausência de confrontos, pela adição de múltiplos aportes de pensadores indiferenciados e refratário aos grandes debates da contemporaneidade – o que, obviamente é pura ficção (ou deformação).” (PAULO NETTO, 2007, p. 213).

A Renovação do Conservadorismo tem suporte nos seminários do Sumaré e do Alto da Boa Vista, apresentando influência da tradição cristã (embora busque uma formulação teórica que lhe dê sustentação de ciência face à laicização do Serviço Social). A reafirmação de valores da moral cristã e de uma intervenção profissional pautada na ajuda psicossocial são traços característicos dessa vertente, embora se deva considerar que a Renovação do Conservadorismo busca pôr sob uma roupagem teórico-metodológica apresentada como nova esses e outros componentes conservadores da herança histórica da profissão, principalmente aqueles ligados ao seu sentido prático-interventivo e à sua autorrepresentação. Assim, a Renovação do Conservadorismo não realiza um simples resgate da tradição mais conservadora ligada ao exercício e à reflexão da profissão, pois procura criticar a herança positivista, tanto em sua versão clássica quanto em suas versões mais recentes, e reportar-se a uma tradição de pensamento apresentada como mais sofisticada e moderna. As críticas ao legado positivista incorporado no passado pelo Serviço Social centravam-se especialmente em dois pontos: a interpretação causalista da sociedade e a isenção valorativa e ideológica no processo de conhecimento. Em relação ao primeiro ponto, buscava-se substituir o referencial fundado nas ciências sociais por um aporte de cunho psicologizante ou individualizante, bem como evitar a abordagem explicativa própria dos paradigmas positivistas e neopositivistas em favor de uma abordagem compreensiva e não causal. Em relação ao segundo ponto, essa vertente busca colocar de modo explícito os valores e objetivos que considera serem os princípios-guia da

prática profissional, como os valores cristãos e uma proposta abstrata de transformação social – abstrata por negar as determinações oriundas da oposição de classes nos processos societários.

Todavia, frente às condições políticas e sociais do país, bem como ante o acúmulo teórico-prático do Serviço Social realizado nas décadas de 1960 e 1970, a retomada imediata de posturas tradicionalmente mais conservadoras da profissão não encontrava ambiente favorável, principalmente porque colidiria com dois importantes fatores: a laicização profissional e o crescimento de tendências mais progressistas dentro do catolicismo, como a Teologia da Libertação. Assim, embora o discurso conservador não encontrasse espaço para explicitar-se de modo nítido, não evitou repudiar, no plano teórico, tanto a vertente funcionalista-reformista, com que apresentará, contudo, certa interlocução, quanto o pensamento crítico-dialético derivado de Marx. O tratamento individualizante da questão social e a importância dada ao aspecto subjetivo das relações sociais são traços característicos da reflexão teórica da Renovação do Conservadorismo, produzindo resultados em que “[...] em nome da ‘compreensão’, dissolvem-se quaisquer possibilidades de uma análise rigorosa e crítica das realidades macrosociedade e, derivadamente, de intervenções profissionais que possam ser paramentadas e avaliadas por critérios teóricos e sociais objetivos.” (PAULO NETTO, 2007, p. 158).

A designada vertente *Intenção de Ruptura* é a que apresenta críticas mais veementes às formas clássicas de assistência social, reflexões contundentes sobre o papel político-social da profissão e intenções claras de superação do Serviço Social tradicional, bem como da forma societária com que ele se coaduna. Surgida no quadro universitário brasileiro na primeira metade da década de 1970 e relegada a um papel marginal até pelo menos o final dessa década⁸, a Intenção de Ruptura empreendeu uma primeira aproximação com a tradição de pensamento político-social iniciada por Marx, sendo, de certo modo, tributária do diálogo entre essa tradição e as ciências sociais brasileiras que vinha se estabelecendo de modo mais nítido pelo menos desde o final da década de 1950. Contudo, a competência na apropriação desse referencial não pode ser afirmada de modo generalizado, pois em muito não se tinha contato direto com a obra de Marx ou com os melhores teóricos dessa tradição, mas com textos de divulgação que, em muito, contribuíram para vulgarizar os seus construtos teóricos. Netto aponta ainda para a maior incidência de adeptos dessa vertente na academia conforme

⁸ A inserção do curso de Serviço Social, em nível de graduação e pós-graduação, no circuito acadêmico foi um dos elementos que fomentou e possibilitou o surgimento e desenvolvimento das perspectivas de renovação profissional aqui referidas. Não obstante a presença de todas essas perspectivas no espaço acadêmico e a marginalização da Intenção de Ruptura nesse universo até o final da década de 1970, “[...] um exame mais cuidadoso das várias vertentes indica, sem deixar margem a dúvidas, que nenhuma delas vinculou-se tão umbilicalmente a universidade como a da intenção de ruptura.” (PAULO NETTO, 2007, p. 249).

se tornava menos rígido o controle ideológico e a repressão com o processo de redemocratização. Cabe destacar ainda que esse movimento também traz para o bojo profissional certo pluralismo teórico, visto apreender diversas perspectivas teóricas, embora, como analisado por Netto, não apresente adensamento em nenhuma delas.

Paulo Netto (2007, p. 248) identifica o *caráter de oposição à autocracia burguesa* como o traço distintivo da Intenção de Ruptura frente às demais perspectivas de renovação do Serviço Social, pois contestava tal autocracia no plano teórico-cultural (os referenciais teóricos em que se embasava deslegitimavam a autocracia burguesa), no plano profissional (o perfil e autorrepresentação profissional que defendia colidiam com os privilegiados pela “modernização conservadora”) e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania chocavam-se com a institucionalidade da ditadura). Saliente-se, contudo, que tanto a Intenção de Ruptura quanto as demais perspectivas, não são mero resultado da vontade e ação de seus protagonistas, mas é expressão particular – mediatizada pelas diversas classes e representações sociais, instâncias de produção do saber, organismos estatais e da sociedade civil – das tendências e forças existentes na sociedade brasileira à época: no caso da Intenção de Ruptura, pode-se dizer que ela, de modo específico, dava vazão a um complexo ideopolítico caro à classe trabalhadora, crítico ao regime ditatorial estabelecido e, sobretudo, configurado como projeto societário. Contudo, tal vertente mais se mostrou como intenção do que como realidade, pois a ordem política instaurada à época impedia sua manifestação e uma real ruptura com o conservadorismo. Mais significativo pra os objetivos deste trabalho é tratar a mudança de perspectiva profissional advinda desse movimento e construída nas décadas seguintes às supracitadas.

Na década de 1980, tem-se concomitantemente no cenário nacional tanto a intensificação e ampliação do processo de organização profissional quanto do de organização popular e luta pela democracia. Nesse sentido, torna-se importante lembrar o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, datado no ano de 1979 – apontado como um episódio histórico, visto ser um marco no processo de politização e mobilização da profissão (YAZBEK, 2009), em um período de reinserção da classe trabalhadora na cena política (PAULO NETTO, 2009a), marcado pela aproximação dos assistentes sociais com essa classe, tendo como um dos fatos destacáveis a destituição da mesa de abertura composta por representantes da ditadura e composição da mesma com representantes dos trabalhadores. As discussões desse Congresso trazem com veemência a importância da organização da categoria e importância de sua articulação com a classe trabalhadora. Cabe destacar que se deu em período de conjuntura adversa, considerando o regime ditatorial vivenciado. O III CBAS marca ainda a inserção do

Serviço Social no cenário político, de forma diversa ao alinhamento profissional anterior - que se vinculava ao conservadorismo, trazendo componentes democráticos nas discussões da categoria, outrora não discutidos. Nesse momento, era possível apreender condições da vanguarda profissional de reação a esse cenário, sopesando ainda que, embora o evento tenha contado com diversos participantes assistentes sociais, no período inicial dessa reorganização profissional as discussões tenham permanecido no âmbito acadêmico.

Na sequência do Congresso, tem-se um período fecundo na articulação e reorganização dos assistentes sociais, cabendo mencionar o Código de Ética de 1986, como um dos elementos significativos nesse processo. Conforme aponta Sant’Ana (2000, p. 84), tal código “[...] supera os princípios humanistas, abstratos e a-históricos dos códigos anteriores (o de 1947, o de 1965 e o de 1975) e reafirma o compromisso de classe com os trabalhadores. Seus princípios, porém, extravasam o âmbito de um projeto profissional”, coadunando mais com um documento político do que como um código de ética profissional. O período imediatamente posterior é marcado pelo significativo avanço da produção teórica, mantida em patamares elogiáveis até hoje, e pela ampliação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, cabendo destacar a significativa importância do programa de pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, expressiva até os dias atuais.

Esse movimento nos âmbitos teórico, jurídico-político e político-organizativo – com destaque à crítica do conservadorismo empreendido, sobretudo, pela perspectiva de intenção de ruptura – fomentou, a partir da segunda metade da década de 1990, o debate e a ainda incipiente construção do *projeto ético-político profissional do Serviço Social*. A compreensão da natureza do projeto ético-político requer certa digressão teórica, pois ele se insere no tipo mais geral a que se pode denominar “projetos coletivos”. Como bem pontua Paulo Netto (1999, p. 93, grifo do autor):

A teoria social crítica (e, com esta designação, referimo-nos à tradição marxista) já demonstrou que a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica – isto é: a sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, puramente factual. No entanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, *sempre atuam teleologicamente* – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um *projeto* que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da *finalidade* que se pretende alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos *meios* para lográ-la.

Logo, a ação humana consciente sempre persegue uma finalidade previamente imaginada, ao que pode ou não seguir a tentativa de sua realização, dependendo esse desfecho das necessidades, interesses e correta avaliação dos meios necessários para tanto. Segundo Lukács (2004, p. 55 et seq.), deve-se principalmente a Marx e Engels a associação entre a capacidade de projeção de finalidades (isto é, a teleologia) e o trabalho, bem como a ideia de ser por meio do trabalho que se dá a diferenciação do ser humano, enquanto ser social, do restante do conjunto complexo da natureza, o ser natural. Outra importante consequência da associação entre teleologia e trabalho, este reportado como elemento fundante do ser social, é que a teleologia se faz presente em todos os outros modos tipicamente humanos de ser no mundo, isto é, a teleologia se faz presente em todas as outras formas particulares de práxis, podendo ser vista como elemento constitutivo da própria práxis genericamente considerada. Assim, como já pontuara Marx em relação ao processo de trabalho – algo, porém, generalizável às outras formas de práxis – ao atuar o ser humano, como indivíduo e gênero, “[...] sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 1983, p. 149).

Contudo, ao passar-se do âmbito da teleologia presente num processo concreto de práxis à forma assumida por uma sociedade em certo momento histórico depara-se com uma série de mediações nas quais as teleologias individuais põem-se em direções diversas e colidem, do que resulta justamente a configuração espacial e temporalmente específica assumida por uma dada sociedade, com todos os seus construtos culturais objetivos. Assim, a história é certamente produto da ação humana, mas não reflexo do desejo humano individual ou coletivamente considerado, pois, como bem pontua Marx (2011, p. 25), “[...] os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” Essa consideração é de extrema pertinência para se pensar a dinâmica social e seus processos internos sem cair em extremos como o de uma perspectiva causal ou projetista da história humana, pois permite vislumbrar que, por mais que a realidade social esteja existencialmente fundamentada na atividade individual, tal atividade não é exercida num vácuo, mas em meio ao complexo de construtos sociais objetivos que mediatizam a reprodução da vida social e, em última instância, condicionam a própria atividade individual. Não obstante, isso não elimina o aspecto teleológico, presente também nos projetos coletivos, apenas problematiza a relação entre a práxis coletiva e a objetividade da vida social e explicita a presença de necessidades e interesses nesse processo, bem como a correta avaliação dos meios necessários à implementação dos projetos coletivos. Assim, os

projetos coletivos “[...] remetem-se ao gênero humano uma vez que, como projeções sócio-históricas particulares, vinculam-se aos interesses universais presentes no movimento da sociedade.” (BRAZ, 2010, online).

Contudo, mais do que discorrer sobre a estrutura dos projetos individuais e coletivos, bem como sobre a relação entre eles – aspecto particular da relação entre indivíduo e coletividade –, importa considerar uma espécie de projeto coletivo cuja abrangência macroscópica, voltada ao todo da vida social, é seu traço distintivo: os *projetos societários*. Os projetos societários, por sua vez, “[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam de terminados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la.” (PAULO NETTO, 1999, p. 93). Em uma sociedade marcada por antagonismos, os projetos societários tendem a alinhar-se às classes, estamentos, castas ou outras formas de setorização social existentes, não se ignorando que elementos ideológicos possam tornar mais ou menos evidentes esse antagonismo. No caso da sociedade capitalista, os projetos societários nela existentes são marcados pelo antagonismo de classes, especialmente pelo antagonismo das duas *classes fundamentais* (e não únicas) desse sistema social – proletariado e burguesia –, em torno das quais se polarizam setores ou frações de classe. Entretanto, não se pode ignorar outros diversos elementos que constituem os projetos societários e que, muitas vezes, também se opõem, criando antagonismos; elementos decorrentes da complexidade crescente da estrutura social e de seus construtos culturais, como padrões de moralidade, crenças religiosas, construções de gênero, etnia, sexualidade etc. Todavia, considerando a dinâmica atual da sociedade capitalista mundializada em certas análises aqui consideradas mais lúcidas, parece pouco provável afirmar que o antagonismo de classes tenha sido eliminado e que o trabalho tenha perdido sua centralidade ou primazia na construção da sociabilidade⁹, o que não

⁹ Existe grande polêmica em torno do que se convencionou chamar “fim da sociedade do trabalho”, tese sustentada por diversos teóricos de tradições distintas das ciências sociais e contestada por outros tantos. Aqui, é assumida a linha de argumentação de Ricardo Antunes (1997; 2005), para quem “[...] exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele dele aumenta a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que, eliminando completamente o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo. A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual no interior das plantas produtivas modernas e o aumento generalizado das formas de trabalho precarizado, desenvolvidas intensamente na ‘era da empresa flexível’ e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor, uma vez que é a própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural.” (ANTUNES, 2005, p. 34).

desqualifica a importâncias dos outros elementos da sociabilidade na configuração dos projetos societários¹⁰.

Isso é suficiente para captar o aspecto político dos projetos societários, pois em meios sociais marcados pelo antagonismo de classes e interesses, os projetos societários lidam necessariamente com a questão da distribuição ou concentração do poder, o que, na grande maioria das sociedades capitalistas contemporâneas, engloba a questão da democracia. Assim, apesar de estarem sempre conectados a uma classe em sociedades antagônicas, é necessário salientar, neste ponto, a flexibilidade dos projetos societários, pois são capazes de incorporar novas demandas e aspirações, atualizando-se ante as mudanças da dinâmica social e conforme as conjunturas históricas, o que denota, entre outras coisas, o seu importante papel no processo democrático¹¹. Num ambiente demarcado pela democracia formal, em que as liberdades públicas (como liberdades de expressão, manifestação do pensamento, associação etc.) e os direitos políticos (vias de participação política abertas aos cidadãos) são garantidos pelo Estado, os projetos societários encontram possibilidade de confrontarem-se em busca da adesão dos membros da sociedade. Logo, embora os projetos societários tenham como suporte uma classe social, podem ganhar adesão de outras classes componentes das cada vez mais complexas sociedades atuais. Todavia, Paulo Netto (1999, p. 94) alerta para que:

A experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sem dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes.

Essa dinâmica de prevalência de certos projetos societários sobre outros pode ser explicada com ajuda das reflexões de Gramsci sobre hegemonia. Este conceito e os demais por ele implicados serão a partir de agora expostos de maneira sintética, pois a análise referente à hegemonia será útil não apenas para pensar a dinâmica por prevalência entre os projetos

¹⁰ A expressão “centralidade do trabalho” pode dar a falsa impressão de um juízo de valor, como se a categoria trabalho tivesse uma maior importância em relação às demais na constituição do ser social. Talvez fosse mais interessante utilizar-se a expressão “primazia do trabalho”, o que, além de eliminar a interpretação baseada em certo tipo de valor, destaca o caráter fundante do trabalho em relação à sociabilidade humana. Afinal, como o próprio Lukács (1979, p. 40) admite, “[...] quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência.”

¹¹ Contudo, é necessário considerar o papel central dos projetos societários também sob regimes ditatoriais, pois, conforme pontua Paulo Netto (1999, p. 94), “[...] num contexto ditatorial, a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos repressivos.”

societários, mas também a dinâmica interna a todos os projetos coletivos, incluídos nestes não apenas os projetos societários, mas também os projetos profissionais, entre eles o projeto profissional ético-político do Serviço Social, seus elementos constitutivos e desafios para realização.

A tematização sobre hegemonia está presente nos chamados *Cadernos do Cárcere*, a série de anotações sobre temas diversos que Gramsci empreendeu em seu tempo na prisão até período próximo à sua morte¹². Muitos estudiosos de Gramsci concordam que o conceito de hegemonia é o que dá unidade a essas notas esparsas. Na prisão, uma questão ocupava Gramsci: por que o movimento socialista da Europa Ocidental sofreu tamanha derrota, na passagem da década de 1910 à de 1920, e o que explica o seu fracasso frente ao sucesso dos bolcheviques? Ademais, porque a Itália nesse período assistiu a ascensão do fascismo? Esses são problemas prático-políticos que só podem ser resolvidos pela elaboração teórica. Gramsci partiu da consideração de que a realidade e o contexto social da Rússia e do restante da Europa não poderiam ser os mesmos, de modo que deveria lançar-se a teorizar sobre a composição social dessas sociedades, principalmente da Italiana, sendo o conceito de hegemonia um dos resultados dessa atividade teórica e, desse modo, apresentando uma relação de mútua implicação com os demais. Gramsci primeiramente concebe existirem nas sociedades dois grandes planos superestruturais:

O que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. (GRAMSCI, 1982, p. 10-11).

¹² Gramsci era natural da Sardenha, uma região basicamente agrícola, e provinha de uma família da camada mais empobrecida da classe média. Conseguiu uma bolsa para a Universidade de Turim e lá tomou contato com o movimento operário e logo aderiu ao marxismo e ingressou no Partido Socialista Italiano Militou no Partido Socialista Italiano na década de dez, tomou parte dos debates sobre as questões prementes de seu tempo e contexto. Preocupou-se com a questão da formação da cultura e da prática pedagógica, o que seria uma constante na sua obra. Tratou dessas questões no contexto do movimento dos conselhos de fábrica italianos, dos quais foi o maior teórico, pois via nos conselhos não apenas uma nova forma de democracia direta a se alargar, como também um princípio pedagógico: os conselhos eram espaços de formação da consciência revolucionária do proletariado. Gramsci foi preso pela polícia italiana em 1926 e levado à prisão romana *Regina Coeli*, sendo condenado a cinco anos de confinamento na ilha de Ústica; no ano seguinte ele foi condenado a vinte anos de prisão em Turi. No período de 1929 até 1935, dois anos antes de sua morte, além de diversas cartas, Gramsci escreveu as notas dos 32 *Cadernos do Cárcere*, computando 2.848 páginas e trazendo discussões diversas. Note-se que, além de não ter acesso no período a qualquer literatura, Gramsci foi obrigado a utilizar subterfúgios nos textos para evitar a censura na prisão e proibição de que escrevesse.

Gramsci segue a tradição marxista e entende o Estado como um aparelho de coerção, como a instituição social responsável pelo uso legítimo da força, considerando que os portadores materiais desse poder político são os aparelhos coercitivos e burocrático-executivos, responsáveis pelas funções sociais de violência e intimidação. Em muitos momentos nos Cadernos, Gramsci usa a expressão “*sociedade política*” para definir esse conceito restrito de Estado como conjunto de aparelhos cuja função na sociedade é exercer a coação (exercício efetivo da força) e a coerção (possibilidade intimidatória do uso da força) para manter a sociedade em certa conformação. Já a sociedade civil, para Gramsci, é uma esfera superestrutural formada pelo conjunto das instituições responsáveis por representar os interesses dos diversos grupos sociais, elaborar ideologias e difundir valores simbólicos¹³. Tais instituições são os chamados *aparelhos privados de hegemonia* e são os portadores materiais do poder na sociedade civil. Logo, a função das instituições da sociedade civil é manter certa formação social por meio do consenso, da direção e da hegemonia, de modo que *os aparelhos de coerção* da sociedade política voltam-se ao disciplinamento daqueles que não consentem.

Antes de prosseguir, é necessário realizar duas considerações: em primeiro lugar, os tais “aparelhos” da sociedade civil e da sociedade política não são “coisas”, mas conjuntos de relações sociais; em segundo lugar, Gramsci assinala que, do ponto de vista teórico a divisão entre sociedade política e sociedade civil é meramente metodológica, pois não é possível traçar uma fronteira entre as duas. Na realidade histórica e social, essas categorias são qualidades que uma sociedade apresenta de modo mais ou menos pronunciado de acordo com sua formação social global e com o momento histórico.

Gramsci define essa conjunção de sociedade política e sociedade civil como o *Estado ampliado*, que pode ser compreendido como o conjunto de relações sociais formado pela articulação das categorias *coerção* e *consenso*, referentes aos momentos da sociedade política e da sociedade civil, respectivamente. Pensando a totalidade da sociedade, Gramsci introduz o conceito de bloco histórico, entendido como o conjunto formado pelo Estado ampliado (sociedade política mais sociedade civil, ou coerção mais consenso) e a infraestrutura econômica da sociedade. É essa conjunção de sociedade civil, sociedade política, Estado

¹³ Aqui se deve registrar a diferença de conceituação do termo “sociedade civil” em Marx e em Gramsci. Marx (1982, p. 25) considera que “[...] relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas [...] elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’.” Se em Gramsci a sociedade civil comparece como uma superestrutura, em Marx ela se refere à infraestrutura social. Contudo, Losurdo (1998) esclarece que ambos os sentidos de sociedade civil tem raízes em Hegel: o tratamento de Marx remete ao “sistema das carências” e o de Gramsci à questão da “administração e corporações”, ambos momentos da sociedade civil em Hegel.

ampliado e bloco histórico que dá base ao conceito de hegemonia¹⁴, que pode ser definida como a prevalência de certas representações sociais ou perspectivas de mundo sobre outras, encontrando-se entre essas representações as próprias ideologias e mesmo os projetos coletivos. Embora Gramsci defina a sociedade civil como o lugar de produção da hegemonia, o processo de hegemonia é responsável pela coesão social da sociedade como um todo, em todos os seus espaços, superestruturais e estruturais. Tanto é assim que é justamente nos momentos quando não há consenso social que os aparelhos coercitivos do Estado são mais ativos. Logo, a formação da hegemonia na sociedade civil permite a subsistência da sociedade política e a coesão do bloco histórico.

Com essa elaboração teórica, Gramsci tem condições de responder à questão de que parte: as táticas revolucionárias que obtiveram sucesso na Rússia não podem ser universalizadas para outros contextos, porque na sociedade russa, que não apresentava à época o mesmo tipo de cisão entre sociedade civil e sociedade política, típica do Estado moderno, a sociedade civil não apresentava a mesma possibilidade de gerar consenso. Em suma, no caso da Rússia, a sociedade civil não possuía uma formação tão complexa e nem a possibilidade de gerar consenso como ocorria com as demais sociedades europeias, entre elas, a italiana. Logo, nas sociedades europeias ocidentais, em que a separação entre sociedade política e sociedade civil se operou historicamente, a luta revolucionária pede outras táticas e outra estratégia, motivo da derrota dos movimentos socialistas nesses contextos.

Embora essa discussão se refira a esse problema específico com que Gramsci lidava, ela pode ser aproveitada para pensar-se a relação de hegemonia em outros contextos, como o da relação entre os projetos societários, daí surgindo a possibilidade de explicar quais são as razões econômico-sociais e culturais que levam, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários ligados às classes proprietárias e politicamente dominantes a terem prevalência sobre os projetos societários das classes subalternas: os projetos societários das classes econômica e politicamente dominantes possuem maiores condições de efetivarem-se porque, de um lado, têm maiores possibilidades de manejarem segundo seus interesses os aparelhos privados de hegemonia, dos quais muitas vezes tais classes são proprietárias (pense-se, por exemplo, na imprensa); de outro lado, essas classes dominantes, por possuírem essa maior possibilidade de manejar os aparelhos privados de hegemonia segundo seus interesses, constroem uma hegemonia que, na dinâmica democrática, consegue traduzir-se em poder político com influenciar o conjunto dos cidadãos, de modo muitas vezes mais intenso, nas

¹⁴ Um estudo bastante sistemático do pensamento político de Gramsci – que serviu, inclusive, à exposição aqui realizada – é o livro *Marxismo e política* de Carlos Nelson Coutinho (2008).

formas de participação política (inclusive na eleição de mandatários), a exercer os direitos políticos de uma maneira favorável a seus interesses.

Feita essa discussão, é possível retornar de modo mais fecundo à discussão acerca dos projetos coletivos, focalizando agora não mais os projetos societários em sua amplitude, mas outra espécie de projeto coletivo: os projetos profissionais. Os projetos profissionais não apresentam a mesma abrangência dos projetos societários, mas, como no caso do projeto ético-político do Serviço Social, podem servir como veículo particular de expressão de um ou outro projeto societário. Logo, os projetos profissionais também se inserem na dinâmica de disputa por hegemonia que, em um ambiente democrático, os projetos societários travam. Isso porque os projetos profissionais também se colocam como expressão dos anseios e finalidades de um determinado grupo profissional ante uma conjuntura histórica e uma dinâmica social específicas.

Outro traço distintivo entre os projetos societários e os projetos profissionais é a vinculação de cada um deles: enquanto os primeiros são expressão dos anseios e finalidades de uma classe, os últimos põem-se como expressão dos anseios e finalidades do conjunto das pessoas que exercem certa profissão, decorrente da divisão social do trabalho, ambas, classe e profissão, existentes em certa sociedade em certo momento histórico, podendo haver ou não coincidência entre os membros da classe e os do grupo profissional. Assim, há uma complexa dialética entre projetos societários e projetos profissionais. Ademais, como projetos coletivos, os projetos societários e os projetos profissionais, além da disputa externa por hegemonia, isto é, a disputa por hegemonia ante os projetos de outras classes e de outros grupos profissionais, também estão sujeitos à disputa por hegemonia dentro do próprio setor social que lhes dá suporte e de que são expressão: assim, os projetos coletivos se estabelecem ao angariarem adeptos ante os membros da coletividade e, assim, adquirirem prevalência antes outros projetos que não se tornam hegemônicos. Assim, conforme aponta Paulo Netto (1999, p. 95):

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Tendo isso em mente, a dinâmica referida entre as três vertentes de renovação do Serviço Social – *perspectiva modernizadora, renovação do conservadorismo e intenção de*

ruptura – pode ser encarada como exemplo de disputa interna por hegemonia no corpo profissional formado pelos assistentes sociais, e o cenário surgido para o Serviço Social na década de 1980 pode ser visto como não apenas o resultado dessa disputa interna por hegemonia, mas como exemplo de influência entre projetos profissionais e projetos societários, como resultado de um processo de disputa externa por hegemonia – o III CBAS, assim, é momento emblemático por registrar o alinhamento entre o projeto profissional da categoria dos assistentes sociais e o projeto societário da classe trabalhadora¹⁵. Assim, o projeto ético-político do Serviço Social começa a se delinear como expressão da hegemonia de um complexo ideopolítico de valores, princípios, objetivos, funções e requisitos (teóricos, institucionais e práticos) que passa a gozar de primazia no conjunto de membros da categoria dos assistentes sociais e a constituir a autoimagem da própria profissão. Essa autoimagem comporta, portanto, aspectos teóricos, políticos, organizativos e jurídico-legais que são os elementos constitutivos de um projeto profissional que, ao angariar legitimidade, torna-se hegemônico no seio da própria categoria profissional. Braz (2007, p. 6) identifica:

Três elementos (ou dimensões) constitutivos do citado projeto [projeto ético-político do Serviço Social] que – construído no rastro do processo de renovação iniciado no final dos anos 70 – conquistara hegemonia: a) uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; b) uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão (tanto as leis estritamente profissionais, quanto a legislação social mais ampla; c) e uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social. [...] A hegemonia se afirmava na constatação de que o Serviço Social renovado se consolidou, a partir de conjunturas políticas diferenciadas. Isto ocorreu porque foi capaz (por meio da ação consciente de suas vanguardas profissionais) de articular hegemonia teórica – fortemente

¹⁵ O seguinte trecho de Gramsci (1991, p. 55) é útil para se pensar a conjuntura da transição da década de 1970 para a de 1980, quando, ante a crise do regime ditatorial militar e da classe política dirigente, o projeto societário da classe trabalhadora pôde se delinear e manifestar, ainda que momentaneamente, e houve a confluência entre esse projeto societário e o conjunto dos assistentes sociais mais ou menos vinculados à intenção de ruptura: “[...] a crise de hegemonia da classe dirigente [...] ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força do consentimento das grandes massas [...], ou porque amplas massas [...] passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentam reivindicações [...]. Fala-se de ‘crise de autoridade’, mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto.” No contexto da redemocratização do Brasil parece ter havido certa conjunção das duas hipóteses, pois não apenas o regime militar apresentava grandes sinais de esgotamento e fragilidade em lidar com os reflexos da crise econômica mundial que finalmente chegavam ao país, como também esse cenário levou toda uma massa antes despolitizada ou cuja politização era combatida a se organizar em torno de certos temas. Grande reflexo dessa politização é, por exemplo, o movimento das *Diretas Já*, que nos anos de 1983 e 1984 reuniu grande parcela da sociedade civil, inclusive setores antes bastante despolitizados, em torno de reivindicação por eleições presidenciais diretas para o ano de 1985. Mesmo esse movimento não logrando seu principal objetivo, a articulação popular fomentou a organização política de diversos setores sociais e criou o chão histórico para o processo constituinte de 1988. A articulação das instâncias político-organizativas dos assistentes sociais não pode ser dissociada desse contexto, sob o risco de abstrair elementos que tiveram direta influência sobre ela.

(mas não exclusivamente) influenciada pela tradição marxista – e política – estabelecida nas entidades da profissão que se renovaram ao longo dos anos 1980 e 1990 (fundamentalmente a ABESS, hoje ABEPSS, o conjunto CFAS/CRAS, atualmente CFESS/CRESS, e a rearticulação do movimento estudantil com a SESSUNE, donde se originou a ENESSO).

Logo, como se pode notar a partir de seus elementos constituintes, o projeto ético-político do Serviço Social não se trata de um documento formal, podendo ser compreendido justamente como o conjunto de leis e diretrizes que regulamentam e legitimam a profissão, as instâncias de produção de conhecimentos e as de organização política da categoria profissional, bem como o conjunto de valores, princípios, objetivos e estratégias manifestos nesses elementos ou dimensões. Dentre as leis que regulamentam e legitimam a profissão, cabe destacar que o Código de Ética de 1993, um recurso para mover a atuação profissional crítica e comprometida com seus princípios. Entretanto, não se trata de uma cartilha, ou modelo pronto, pois, oposto a essa ideia, inspira sintonia entre pensamento e intervenção profissional, sendo um projeto vivo, dinâmico e contraditório (SILVA, online).

O Código de Ética traz a liberdade como valor ético central. Essa liberdade não se confunde com o conceito de liberdade burguês, circunscrito a uma esfera individual de direitos e influenciado e defendido tipicamente pelo pensamento liberal, pois não toma o outro como um limite, mas como condição de possibilidade de sua realização, pois vê no vínculo entre o indivíduo e o gênero humano, como conjunto das relações sociais, o meio para externalização e realização das potencialidades humanas sem que o desenvolvimento individual e coletivo sejam postos como termos opostos de uma relação antitética, uma vez que não o são, pois é apenas pela apropriação e internalização dos construtos socioculturais que a individualidade pode se desenvolver em toda sua potência. A liberdade e seus meios de concretização são centrais ao debate da Ética, pois as escolhas individuais cotidianas, que em seu conjunto formam certa conformação de práxis social, são circunstanciadas por uma série de sistemas complexos e relativamente independentes de mediação, entre eles o sistema da moral, que tanto quanto os outros, apresenta um caráter histórico e, portanto, transitório, no sentido de que os valores que consagra, entre eles a liberdade, comportam formas diferentes e ênfases diferentes em cada contexto sócio-histórico. Na sociedade burguesa, a liberdade assume certa conformação específica e, como lembra Marx, debatendo a antítese existente entre os direitos do homem e do cidadão nas declarações de direitos da Revolução Francesa:

O direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado

a si mesmo. [...] O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (*à son gré*), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõe a base da sociedade burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. (MARX, 2010b, p. 49, grifo do autor).

O Código de Ética traz ainda outros princípios que apoiam o projeto ético-político, tais como a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, defesa e aprofundamento da democracia (enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida), posicionamento a favor da equidade e da justiça social, busca da eliminação dos preconceitos, garantia com o pluralismo e o compromisso constante com o aprimoramento intelectual, a opção por um projeto vinculado à formação de uma nova ordem societária, (sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero), a articulação com outros profissionais e com a luta geral dos trabalhadores, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e o exercício do Serviço Social sem discriminar ou ser discriminado por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física, cabendo destacar ainda que tais princípios se encontram em choque com o modelo social vigente, considerando, conforme já dito, que o princípio central da liberdade é concebido segundo uma ótica adversa à burguesa, assim como os demais princípios, que claramente conflitam com um modelo de sociabilidade sexista, exploratório, alienante e fetichista.

Desse modo, chega-se a uma discussão necessária para se compreender a situação de hegemonia atual do projeto ético-político profissional e do projeto societário a que ele está conectado, pois essa hegemonia sofre abalos constantes, advindos de diversos elementos, como os desafios postos ao projeto profissional pela conjuntura sócio-política contemporânea e futura e pela própria condição do assistente social como trabalhador. Se a hegemonia do projeto ético-político “[...] significa prevalência (ou predomínio) de uma vontade coletiva (ou de um interesse público) – o que supõe a necessária conexão a um projeto societário – sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas.” (BRAZ, 2007, p. 5), há de se examinar as próprias condições de hegemonias do projeto societário a que o projeto profissional se liga. É verdade que a configuração atual do projeto ético-político implica avinculação da categoria dos assistentes sociais ao projeto societário ligado à classe trabalhadora, de modo que o projeto profissional também sirva como veículo para

expressão desse conjunto de valores, princípios, objetivos e estratégias que o projeto da classe trabalhadora encerra. Contudo, deve-se considerar que, em virtude dos graus de consciência de classe e da própria dinâmica social envolvida na reprodução do capital, esse projeto ligado à classe trabalhadora tem sua hegemonia posta em xeque no seio da própria classe trabalhadora, que em certos momentos passa a ter grandes parcelas suas identificadas com projetos sociais ligados a outras classes, inclusive com o projeto societário da classe que é sua grande adversária na arena político-social, o projeto da classe burguesa. Esses são momentos de crise de hegemonia do projeto societário da classe trabalhadora que não apenas trazem consequências para a própria hegemonia do projeto ético-político, mas também muitas vezes coincidem com os períodos de crise social generalizada. Nesse sentido, Tonet (2009, p. 120-121) considera que:

A falência dos valores tradicionais que, de alguma forma, faziam uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espalha por toda a vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado são, no mais das vezes, um discurso vazio ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. Do mesmo modo, a ação coletiva para a solução dos problemas sociais se vê tremendamente dificultada por um mundo onde a lei maior é a lei do “salve-se quem puder”. [...] Eis aí algumas das principais expressões socioculturais que marcam a crise da sociabilidade capitalista atual.

Se a crise da sociabilidade capitalista¹⁶, com desataque a seus aspectos culturais, apresenta justamente esse caráter desagregador das ações coletivas e força uma

¹⁶ Apesar de se enfocarem aqui os aspectos ideopolítico e cultural da crise do capitalismo contemporâneo, não se ignora seu fundo socioeconômico. Se, por um lado, isolar os aspectos superestruturais, como a política e a cultura, do aspecto socioeconômico, estrutural, leva a uma explicação deficitária e mesmo mistificante, derivar em simples relações causais os aspectos superestruturais do aspecto estrutural descamba para um positivismo vulgar e diverso da concepção marxiana. O texto marxiano mais sintético e conhecido sobre a relação entre infraestrutura e superestrutura é o “Prefácio de 1859” a *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1982), do qual se conclui que a infraestrutura da sociedade *determina* as superestruturas sociais. Essa determinação, contudo, não tem um sentido unilateral e causal (infraestrutura como causa e superestruturas como efeito), mas um sentido tipicamente hegeliano, de especificação e diferenciação dentro da estrutura de mediações que compõem a totalidade social. Logo, a infraestrutura especifica ou contextualiza as superestruturas na totalidade da vida social por gozarem, em relação a elas, daquilo que Lukács chamou de “primazia ontológica”, pois a infraestrutura socioeconômica é a condição de existência das superestruturas, como a política, o direito e a cultura de um modo geral; todavia, essas superestruturas, mesmo sendo ontologicamente secundárias, retornam sobre a infraestrutura e também imprimem-lhe certa configuração, por exemplo, nos padrões de circulação (o papel das superestruturas política e jurídica é claro nesse aspecto) ou de consumo – vide a discussão em torno do que se convencionou chamar “Indústria Cultural” (ADORNO, 2009). Feita essa consideração, embora não se vá discuti-las ou expô-las aqui, é necessário lembrar as características da crise atual do padrão de acumulação capitalista (MOTA, 2009), bem como seus impactos nas tensões entre Estado e sociedade civil na particularidade das políticas sociais (BEHRING, 2009).

individualização dos interesses e ações na busca pela sobrevivência cotidiana em meio a esse padrão de sociabilidade, a crise cria obstáculos à articulação e, principalmente, à materialização dos projetos coletivos como um todo. Mesmo o projeto societário ligado à classe burguesa passa a não se apresentar como um projeto societário propriamente dito, mas como o resultado possível dessa sociabilidade desagregadora e degradante, como o “salve-se quem puder”. O caráter de desagregação da crise se faz sentir também no projeto societário ligado à classe trabalhadora e no projeto ético-político do Serviço Social, afetando suas condições de hegemonia, bem como nos grupos que dão suporte a esses projetos: a classe trabalhadora e a categoria profissional dos assistentes sociais.

Desse modo, as condições econômicas, políticas e socioculturais vivenciadas atualmente ameaçam as possibilidades de efetivação e materialização não apenas do projeto da classe trabalhadora, por mais que ele se mostre como necessário frente a esse quadro, mas também do projeto ético-político do Serviço Social emergido das lutas da década de 1980, o que leva não apenas a uma crise de hegemonia externa, mas também de hegemonia interna, uma vez que o projeto profissional passa a ter sua hegemonia ameaçada também no seio da categoria. Isso porque a desagregação causada pela crise de sociabilidade afeta o projeto profissional em seus elementos constitutivos (dimensões teórica, político-organizativa e jurídico-política), o que renova as forças, no campo acadêmico, do ainda presente aporte teórico conservador. A desagregação também acaba por criar um cenário em que a força política das vanguardas profissionais custa a atingir as bases da profissão, mesmo que a conjuntura posta cotidianamente pelas forças do neoliberalismo nacional e internacional, que precarizam tanto as condições de existência da população usuária quanto as condições de trabalho dos assistentes sociais, reitere a importância da conjunção em torno de projetos coletivos.

Em suma, a crise de sociabilidade acaba por afirmar com tanta força o projeto societário hegemônico – mesmo que ele se coloque sob forma desagregadora e degradante, fetichista e reificante – que acaba por abalar não apenas as condições de hegemonia do projeto societário da classe trabalhadora, condições reiteradamente precárias no marco da sociabilidade tipicamente capitalista, mas também por fazer sentir sua influência mesmo nas bases da categoria profissional dos trabalhadores do Serviço Social. Nesse contexto, o projeto ético-político da profissão mais e mais passa a ser tratado como uma utopia inatingível e absurda, ou pior, como quer o discurso oficial, como “resquícios de um pensamento morto e retrógrado”, como bem apontam Braz e Teixeira (2009, p. 194):

Diante da contemporaneidade, tão dura e adversa, não é incomum encontrar profissionais (tanto os que atuam na prática profissional, quanto aqueles ligados às unidades de ensino) que sustentam a “inviabilidade” do projeto ético-político. Em geral, argumentam que o projeto apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados.

Braz (2007) discute a questão da possível dissolução da hegemonia conquistada nas décadas de 1980 e 1990, quando a vinculação ao projeto societário colocou a parcela hegemônica da categoria dos assistes sociais em choque com o interesse das classes nacionais política e economicamente dirigentes e com o conjunto de interesses internacionais cristalizados na agenda neoliberal e em sua defesa de certa política econômica. Essa questão remete ao final da década de 1990 e o início da de 2000, quando se formou no plano nacional certa conjuntura que teria impactos significativos sobre a hegemonia interna do projeto ético-político do Serviço Social no seio da categoria (sobretudo, as bases) e sobre a correlação de forças no plano sócio-político: a ascensão do Partido dos Trabalhadores (e, hipoteticamente, dos setores sociais a ele historicamente ligados, como movimentos sociais diversos) ao governo federal. Para captar-se esse contexto de crise da hegemonia do projeto ético-político e o impacto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nesse sentido, é necessário lembrar a conjuntura nacional não só do período de elaboração do projeto e de formação do PT (década de 1980, redemocratização, politização, constituinte etc.), aqui já comentada, mas também analisar a conjuntura do período imediatamente anterior, a década de 1990, marcada no plano sócio-econômico e político, tanto nacional quanto internacionalmente, por uma estratégia das classes burguesas, “[...] uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.” (BRAZ; PAULO NETTO, 2006, p. 214).

Formado no contexto da ascensão e politização das massas sociais dada com a abertura política e a chamada redemocratização, o Partido dos Trabalhadores congregou setores e atores coletivos diversos em torno da proposta da legenda, que, desse modo, apresentava um caráter progressista e popular, ainda que um tanto quanto diverso do projeto expresso pelas vanguardas da classe trabalhadora. A vitória de Lula nas eleições de 2002 aponta para dois fatores um tanto quanto contraditórios e, talvez por isso mesmo, complementares: o desgaste do ideário neoliberal, que se fez tão presente na década de 1990 não só na América Latina, mas no mundo, principalmente devido ao receituário do Consenso

de Washington¹⁷, desgaste dado principalmente devido à crise econômica generalizada que se apresentou e espalhou a partir da *crise dos tigres asiáticos*, desencadeada no ano 1997¹⁸; a moderação do discurso e da postura do próprio Partido dos Trabalhadores.

A ascensão do PT ao governo federal apresenta dois traços que rebatem sobre a crise de hegemonia do projeto ético-político. Em primeiro lugar, apesar dos diversos programas de transferência de renda e das tentativas, ainda que enviesadas, de ampliação de certos direitos, é notório que os governos Lula e Dilma deram continuidade à política econômica neoliberal dos governos da década de 1990, numa tentativa de conciliar o inconciliável: a lógica de mercado e o desenvolvimento humano-populacional pela ampliação e efetivação da cidadania. O curioso é notar como se dão essas práticas, pois em muitas delas apela-se para a mediação do mercado, mercantilizando-se direitos e passando ao Estado a responsabilidade de arcar com as despesas – como no caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), pois o acesso ao ensino superior e a efetivação do direito à educação se dão não pela ampliação de um modelo universitário, gratuito, público e de qualidade, mas pela concessão de bolsas de estudo em instituições privadas, o que gratifica sobremaneira os novos e verdadeiros *empresários* nacionais da educação, cada vez mais reduzida à condição de mercadoria descartável e degradada, discussão a ser realizada no próximo capítulo.

¹⁷ O Consenso de Washington é um conjunto de medidas elaborado em 1989 por economistas de instituições financeiras situadas na capital norte-americana, Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As medidas do Consenso têm como fundamento as ideias do economista John Williamson, especialmente as registradas no texto “*International Institute for Economy*”, que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional ao longo da década de 1990, quando se passou a receitar ao grupo dos chamados “países em desenvolvimento” (um belo e falacioso eufemismo para “economias periféricas dependentes”) a ajustamento macroeconômico, tais como disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, adoção de juros de mercado, atenção ao câmbio de mercado, abertura comercial, incentivo a investimento estrangeiro direto com “eliminação de restrições”, privatização das estatais, garantias políticas e judiciais ao direito de propriedade intelectual e flexibilização das legislações econômica e trabalhista. Como se pode ver, no Consenso de Washington cristalizou-se a cartilha neoliberal, dando ao neoliberalismo bastante fôlego com garantir a continuidade das políticas econômicas originadas sob orientação dos “Chicago Boys” no contexto da ditadura de Pinochet no Chile e posteriormente seguida pelo governo Thatcher, na Inglaterra, e pela economia do lado da oferta (“*supply-side economics*”) de Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

¹⁸ A crise financeira asiática foi desencadeada no verão de 1997 e não se restringiu a reflexos regionalizados, podendo ser considerada como a primeira grande crise do período de cristalização da economia globalizada, cada vez mais interligada pela desregulamentação dos mercados, pelo largo e fetichista trânsito de ativos financeiros e pela alienante reestruturação produtiva (viabilizada pela universalização do modelo produtivo toyotista). De um ponto de vista circulacionista (BRAZ; PAULO NETTO, 2006), há alguns fatores ligados à crise presentes nas economias emergentes asiáticas (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coréia do Sul), como a acentuada desvalorização de suas moedas, em relação ao dólar, e a queda substancial nos preços de ativos em seus mercados acionários, o que reflete grande fluxo de saída de capital, com correspondente redução das reservas externas. A crise financeira, pela falta de correspondência entre riqueza financeira e seu lastro na riqueza real produto social global, traduziu-se em crise econômica, tanto que ocasionou o declínio dos PIBs dessas economias e, em efeito cascata, acabou por atingir o restante do mercado mundial, a partir disso também configurando uma crise de superprodução (e, obviamente, de subconsumo).

Isso indica a tentativa de construir um Estado de bem-estar que não tem como se sustentar, ainda mais em uma economia que, apesar de dar mostras recentes de expansão e diversificação, carece de infraestrutura produtiva e se organiza segundo a lógica de um capitalismo periférico e dependente. Essa lógica de gestão de serviços públicos e de gestão econômica, instalada de modo especial no cenário brasileiro pelas diretrizes propostas pelos governos do PT, pode ser caracterizada como o que se tem convencionado designar como neodesenvolvimentismo: a crítica ao Consenso de Washington e à ortodoxia monetarista e o elogio ao poder do superávit primário (crescimento puxado pelas exportações) e à ênfase na estabilidade macroeconômica.

Assim, apesar de o neodesenvolvimentismo afirmar, em contraposição ao liberalismo, a função estabilizadora do Estado (bem ao gosto keynesiano) e de defender medidas de estabilização macroeconômica – como controle dos fluxos financeiros internacionais e câmbio administrado – mantém a clássica visão liberal do desenvolvimento, com suas diretrizes básicas – como baixa propensão a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto, contas públicas equilibradas e ausência de barreiras ao ingresso de competidores. Portanto, a discordância entre o neoliberalismo cristalizado no Consenso de Washington e neodesenvolvimentismo se dá em aspectos mais superficiais da dinâmica econômica, de modo a centrar-se em questões tipicamente circulacionistas e não contestar a dinâmica endêmica de crises, típica do capitalismo – sejam crises de superprodução, sejam crises por falta de lastro da riqueza financeira na riqueza real –, crises que não apenas ocasionam uma dinâmica social pautada pela reificação, fetichismo e alienação (com todos os seus impactos sobre o mundo do trabalho, como precarização das condições e subemprego), mas implicam a destruição parcial das forças produtivas e seu engessamento por relações de produção de favorecimento aos privilégios burgueses. Como bem resume Gonçalves (2012, p. 663-664):

A crítica dos novos desenvolvimentistas ao “tridente satânico” (superávit primário, juros altos e câmbio flutuante) não os impedem de defender equilíbrio fiscal e taxa competitiva de câmbio, que são diretrizes básicas do Consenso de Washington. O mesmo ocorre com a liberalização comercial e produtiva (investimento estrangeiro direto). O novo desenvolvimentismo aproxima-se também do Pós-Consenso de Washington ao enfatizar reformas centradas na correção de falhas de governo e de mercado. [...] O novo desenvolvimentismo não apresenta nenhuma concepção distinta de desenvolvimento. Ele é fortemente crítico em relação ao nacional-desenvolvimentismo e as convergências com a ortodoxia convencional são evidentes. Divergências quanto a políticas macroeconômicas pontuais tendem a desaparecer quando o novo desenvolvimentismo é confrontado com o Pós-

Consenso de Washington, que inclusive defende a abertura prudente da conta de capital (fluxos financeiros internacionais) e as reformas institucionais. O novo desenvolvimentismo parece ser, portanto, a versão brasileira de formulações conhecidas como Pós-Consenso de Washington ou Consenso de Washington Ampliado. Assim, se o Pós-Consenso de Washington é o revisionismo do Consenso de Washington, o novo desenvolvimentismo é o revisionismo do revisionismo. Mais precisamente, o novo desenvolvimentismo é a forma de liberalismo (melhor dizendo, de social-liberalismo) que é compatível com as políticas de estabilização macroeconômica; isto é, o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado.

Logo, como parece ficar claro ante essa breve caracterização do cenário econômico, social e político das décadas de 1990 e 2000, houve uma ruptura, ainda que não declarada, mas bastante explícita, entre as diretrizes do Partido dos Trabalhadores (PT) e os setores, atores coletivos e classes sociais que historicamente lhe apoiaram e em torno do qual se congregaram. É bem verdade que a década de 1990 no Brasil assistiu o surgimento de diversos partidos de esquerda com plataformas bastante diversas da do PT e também bastante mais radicais e consequentes; contudo, isso não foi suficiente para abalar a reunião, em torno do PT, de amplos setores das forças nacionais progressistas. Embora o período da década de 2000 registre a crítica e mesmo a ruptura com o PT por parcelas dessas forças progressistas que servem ou serviam como base ao PT, é perceptível que outras tantas parcelas permaneceram em uma postura de simples apoio acrítico, agarradas uma esperança de coerência com os valores que fundamentaram historicamente o PT, e outras ainda adotaram um discurso de tática política a esconder certo oportunismo. Esse cenário levou, segundo Braz (2007, p. 7), a uma equivocada posição, a de que “[...] o projeto societário atual, que tem como representantes políticos o PT, Lula e as forças a ele articuladas, expressa, de alguma maneira, o projeto profissional do Serviço Social.”

Todo esse cenário, em sua extrema complexidade, ocasionou abalos de hegemonia externa e interna ao projeto societário histórico da classe trabalhadora e ao projeto ético-político do Serviço Social: abalo de hegemonia externa, porque ambos os projetos caíram em desprestígio ou descrença e passam a ser caracterizados como utopias ultrapassadas¹⁹ pelo conjunto das classes e setores sociais; abalo de hegemonia interna, porque tais projetos sofreram e sofrem contestação no próprio bojo da classe e da categoria profissional que lhes

¹⁹ Um dos elementos que certamente teve impactos claros nesse cenário já tão complexo, elemento que não se vai abordar aqui por demandar um desvio muito grande da linha de argumentação adotada, é a crise do socialismo real e do próprio movimento comunista, a que o projeto societário da classe trabalhadora está historicamente vinculado e a que o projeto ético-político do Serviço Social emergido nos anos 80 e 90 do séc. XX se vinculava, conforme referido por Paulo Netto (1999, p. 35).

servem de base, a classe trabalhadora e a categoria dos assistentes sociais. Braz (2007, p. 7) identifica dois problemas centrais que levaram a esse cenário:

O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho. [...] O segundo problema está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil.

Em relação ao primeiro problema, flagra-se a sua conexão à crise do socialismo mundial, ainda que sua repercussão tenha se dado tardiamente no Brasil devido à efervescência política dos anos 1980. Esse primeiro problema se refere justamente ao contexto descritos das décadas de 1990 e 2000, com a ascensão do neoliberalismo e a continuidade de suas linhas mestras em tempos de neodesenvolvimentismo. Assim, há o rebatimento desse cenário sobre as condições de vida e reprodução das classes trabalhadoras e o empobrecimento do projeto societário por elas encarnado, projeto alternativo ao do capital. Como bem pontua Braz (2007, p. 5), atento à discussão aqui realizada entre vinculação desse projeto societário ao projeto profissional do Serviço Social, “[...] a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional.” Como esse primeiro problema já foi suficientemente abordado, há de se passar ao segundo.

Em relação ao segundo problema apontado, vislumbram-se dois aspectos: a formação profissional e as condições de exercício profissional. O primeiro aspecto, que remete à função social da universidade, será tangenciado no próximo capítulo, mas caberão aqui algumas considerações sobre a particularidade dessa questão nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. Também há de se comentar, ainda que brevemente, as condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais e seu impacto sobre a hegemonia do projeto ético-político profissional.

As condições objetivas de trabalho vivenciadas cotidianamente pelos assistentes sociais favorece a descrença no projeto ético político profissional, tendo-se atualmente muitos profissionais com uma visão messiânica ou fatalista. Tais visões corroboram a falsa ideia de que com apenas boa vontade serão realizadas mudanças ou, pior ainda, de que o cenário já está dado e nada pode ser feito. Na atual conjuntura, o trabalho de profissionais de Serviço Social tem se dado em distintos espaços, alguns ocupados desde o surgimento da profissão e outros ocupados mais recentemente, cabendo destacar que embora cada um desses espaços possua especificidades, todos se inserem na atual estruturação da sociedade pautada nos

moldes de organização capitalista, que impõe suas expressões e reflexos no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Mundialmente, o trabalho tem se realizado de forma cada vez mais coletivizada, porém a distribuição da riqueza socialmente produzida é cada vez mais concentrada por partes minoritárias da população, uma tendência do capitalismo monopolista em conjunto com a adoção da doutrina neoliberal, como se pode constatar, por um lado, pela concentração crescente de capital em megagrupos de interesse econômico e, por outro, pela internacionalização crescente da produção capitalista, abrindo as fronteiras nacionais para o trânsito de valores, pela flexibilização de direitos trabalhistas e de políticas de regulamentação econômica e pelas constantes ações de resgate e auxílio destinados por governos a bancos e empresas em crise. O cenário contemporâneo é, assim, marcado pela concentração crescente dos meios de produção e da riqueza financeira, demandando formas de manutenção desse tipo de organização social, o que se dá por meio da reprodução das relações sociais e dos diversos sistemas de mediação entre o individual e o social, considerando essa reprodução, conforme aponta Iamamoto (2003, p. 72):

Cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no sentido amplo, englobando produção, consumo distribuição e troca de mercadorias. Refere-se a reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.

Atualmente, tem-se então nesse contexto novas-velhas formas de tratar o trabalho para manutenção da hegemonia burguesa na organização social, tais como a flexibilização das formas de trabalho e das relações trabalhistas, expansão e intensificação do trabalho nos moldes toyotistas. Assim, fica clara a vinculação entre crise de hegemonia do projeto ético-político e as condições de vida, formação e trabalho dos assistentes sociais. No que se refere à dimensão ética e de formação, os reflexos identificáveis da crise são, sobretudo, a retomada do conservadorismo, fomentado justamente pelo discurso neodesenvolvimentista, e o proliferamento de cursos (presenciais ou à distância, de graduação ou pós-graduação) precarizados (BARROCO, 2006, p. 177).

Destaca-se que nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, os profissionais estão inseridos em um cenário em que são contratados para atender determinados interesses e objetivos institucionais, podendo ser estes dissonantes dos objetivos profissionais. Desta forma, como já apontado por Paulo Netto (1999), manter o alinhamento ao projeto profissional coloca-se como um desafio, em tempos contemporâneos. Diversos são os desafios postos aos profissionais, cabendo aqui ponderar que se considera como fundamental os apontamentos de Iamamoto (2007, p. 123 et seq.), que situa o assistente social como trabalhador assalariado, pois o exercício profissional se dá “[...] nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas.” (IAMAMOTO, 2009, p. 37).

Há um processo de proletarização dos assistentes sociais, que deixam de gozar o status de “profissionais liberais” (como, aliás, vem ocorrendo com diversas outras categorias profissionais, como reflexo da reestruturação do emprego e dos serviços), o que implica a mercantilização crescente dessa força de trabalho especializada e explicita a possibilidade de inscrição dos membros dessa categoria profissional dentre os realizadores de trabalho social médio produtivo, isto é, trabalho que permite a extração de mais valia²⁰. Assim, o assistente social coloca-se no mercado como portador e vendedor de sua força de trabalho a ser comparada e consumida, como mercadoria, de forma produtiva por instituições empregadoras de diferente natureza, tais como administração direta e indireta, empresas, organizações privadas sem fins lucrativos ou de representação de trabalhadores. Desse modo, segundo Iamamoto (2009, p. 38), “[...] essas relações estabelecidas com sujeitos sociais distintos condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregnam essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado”, o que impõe restrições à autonomia profissional e incidências sobre sua configuração técnico-profissional.

²⁰ Como bem lembram Braz e Paulo Netto (2006, p. 114), a questão “[...] que supõe as categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo [é] uma das mais polêmicas nos debates da Economia Política”, pois tais categorias implicam a geração direta de mais-valia pela venda da força de trabalho ou a geração de mais-valia de modo indireto. Não se pode negar, contudo, que em ambos os casos trata-se de processos de trabalho, pois segundo a formulação de Marx (1983, p. 150) “[...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” Disso não se deve concluir, contudo, que o processo de trabalho exige o contato direto com o objeto de trabalho, pois “[...] o produto [do processo de trabalho] transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho.” (MARX, 1984, p. 105). É no marco da discussão do trabalhador coletivo que surge a polêmica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo e, partir dela, diversas outras, como a que mais interessa aqui: a caracterização do assistente social como trabalhador produtivo ou improdutivo de mais-valia direta. Embora seja uma polêmica aberta, parece possível afirmar, tendo em vista a diversidade dos espaços sócio-ocupacionais, que em muitos deles, como as instituições privadas, ocorre trabalho produtivo de mais-valia.

Nesse contexto, repita-se, o status profissional do Serviço Social é abalado pelas pressões advindas do processo de compra e venda da força de trabalho do assistente social, pois são abalados os estatutos legais e éticos que permitem ao Serviço Social autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política, prejudicando a livre condução do exercício profissional. Isso se dá porque a condição assalariada (seja como funcionário público, seja como empregado de instituições privadas) impõe a incorporação das diretrizes registradas no instrumento de contrato de trabalho, levando diversas vezes ao choque entre as diretrizes ético-políticas da profissão e a exigência posta ao profissional em seu ambiente de trabalho. Em suma, as relações de subordinação (definição de funções e atribuições) e de dependência econômica (oferecimento de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à realização do trabalho) existentes entre empregado e empregador, quando transferidas aos assistentes sociais e seus espaços sócio-ocupacionais, gera possíveis e muitas vezes reais conflitos entre as diretrizes do Serviço Social e o exercício profissional cotidiano. Isto é, tais conflitos existentes no espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais são a particularização das tensões entre trabalho e capital em suas categorias típicas: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas.

As exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. Transitar da análise da instituição Serviço Social para o seu exercício agrega, portanto, um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social. Sintetiza tensões entre o direcionamento socialmente condicionado que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto, condizente com um projeto profissional coletivo, e as exigências que os empregadores impõem aos seus trabalhadores assalariados especializados. Em outros termos, estabelece-se “a tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado” (IAMAMOTO, 2009, p. 39, grifo do autor).

Desse modo, aparece na condição de trabalhador assalariado do assistente social a temática já debatida do conflito entre a teleologia envolvida na elaboração e implementação dos projetos coletivos, entre eles os projetos profissionais, e as condições e meios objetivos necessários à concretização dessa teleologia, pois aí ocorre o choque entre vontade individual ou coletiva e a própria objetividade social, dotada de legalidade própria e, no caso, dada pelas condições objetivas postas ao exercício profissional ante a dinâmica intrínseca à sociabilidade

capitalista. A possibilidade de direcionar o exercício profissional no sentido do projeto ético-político se dá, assim, por diversas mediações, entre elas a reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho, a autonomia e proteção conferidas pela legislação trabalhista, a subordinação do profissional às finalidades do empregador, a capacidade político-organizativa e democrático-reivindicativa da categoria, as instituições de produção de conhecimento científico e tecnológico no geral, a instância de produção de conhecimentos e de formação profissional do Serviço Social. Em suma, é a própria totalidade da vida social – o conjunto das estruturas econômico-sociais, jurídico-políticas e culturais – que realiza a mediação entre a teleologia da práxis humana e sua concretização, de modo que, no caso do Serviço Social, é a mesma totalidade da vida social que realiza a mediação entre a teleologia expressa no projeto ético-político e sua concretização no exercício profissional.

Assim, encaminha-se ao final deste capítulo com sugerir – não mais do que isso, ante o campo mais ou menos aberto das condições objetivas que compõem o presente – a discussão sobre os desafios da profissão e da reafirmação da hegemonia projeto ético-político profissional para o séc. XXI. Pois, conforme asseveram Braz e Teixeira (2009, p. 197):

Como [...] o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Assim os desafios colocados ao projeto ético-político profissional dizem respeito tanto à manutenção e fortalecimento das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão quanto à sua capacidade de articulação com projetos societários de cunho anticapitalista, não devendo ignorar aqueles que não têm base social exatamente nas classes trabalhadoras, mas que são ligados a outros grupos de explorados, espoliados e dominados, como os projetos societários vinculados às questões de gênero, etnia, sustentabilidade ambiental, agrária, urbana, defesa de direitos humanos de populações

específicas etc. Isso não implica negar a centralidade – ou melhor, a primazia – do trabalho para a organização da sociabilidade humana; implica em não reduzir a sociabilidade humana ao trabalho, que nas condições atuais tem se configurado não como a possibilidade de efetivação da subjetividade humana pelo reencontro com sua capacidade ontocriativa genérica, mas como trabalho alienado, como perda da subjetividade, como degradação da condição humana, como limite à emancipação. Essa é certamente uma das condições para que se apresentem alternativas e se superem os marcos desumanizantes da sociabilidade capitalista e é nesse cenário que os assistentes sociais terão de provar serem capazes de articular, junto às diversas forças sociais, a luta pela superação das diversas formas de alienação e pela emancipação humana, pois, nos dizeres de Marx (2010b, p. 54, grifo do autor):

A emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*.

CAPÍTULO 2 UNIVERSIDADE, SOCIABILIDADE, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIMENSÃO COMUNICATIVA

2.1 A instituição universitária brasileira e sua inserção na sociedade de capitalismo dependente

A fim de examinar a interlocução entre extensão universitária e o complexo de elementos envolvidos em um trabalho profissional crítico e alinhado ao projeto ético-político do Serviço Social, é necessário realizar um breve estudo a respeito da extensão universitária e do ambiente institucional em que ela se dá: a universidade. Todavia, convém particularizar o estudo, com vistas a algo mais preciso e sintético, em relação à sociedade brasileira. Assim, deve-se já explicitar o itinerário a ser seguido neste capítulo: primeiramente, deve-se examinar brevemente a história da universidade e da educação em nível superior no Brasil, não descuidando das relações gerais entre instituição universitária e totalidade social mais ampla no decurso de sua origem no séc. XIX até meados do séc. XX; depois, há de se apresentar um panorama mais ou menos geral da universidade na contemporaneidade e de sua crise ante a própria crise da forma de sociabilidade burguesa; por fim, deve-se precisar a extensão universitária e o sentido a ela atribuído, evidenciando-se assim a disputa que também nesse âmbito se dá entre projetos societários contrários.

Para abordar o tema pertinente à primeira parte do estudo, escolheu-se como ponto de partida o texto de Florestan Fernandes *Universidade e Desenvolvimento*, elaborado por ocasião da comunicação realizada em um ciclo de palestras na Universidade de São Paulo no ano de 1968, no qual o sociólogo desenvolve alguns temas a partir de algumas questões que se coloca, todos tratados a partir de um cenário político e social datado, mas a apresentarem pertinência para uma discussão geral ou mesmo particularizada pela conjuntura atual. Tais questões poderiam ser colocadas da seguinte forma: (a) “qual a função da universidade na dinâmica social?”; (b) “como a dinâmica social afeta a universidade?”. É notória a inserção histórica desse texto, pois as duas questões, que representam suas linhas mestras, são tratadas e claro diálogo crítico com o ideário desenvolvimentista que tomava diversas instâncias e setores da sociedade brasileira, momento quando o Brasil contava com grande influxo de capital externo e se desenrolava o chamado “milagre brasileiro”. A análise de Florestan, conforme se verá, tenciona demonstrar como mesmo naquele contexto sócio-histórico o Brasil continuava a se configurar como uma sociedade de capitalismo periférico e dependente, de

modo que as manifestações de um pretenso desenvolvimento capitalista a superar em certo momento o subdesenvolvimento eram meras aparências a escamotear as razões da dependência ainda incontestes, de modo que esse quadro não poderia ser superado por tais vias.

Feita a ressalva, Florestan inicia sua exposição com considerar que as universidades são espécies de instituição. Logo, as universidades apresentam todas as características das instituições, mais algumas particularidades suas. Assim, da perspectiva do sociólogo:

A instituição é uma sociedade em miniatura. Possui uma estrutura, pessoal e cultura próprias; e conta com padrões organizatórios específicos, que regulam sua capacidade de atender aos fins e às necessidades sociais que dão sentido à sua existência, continuidade e transformação. Graças a essas peculiaridades, a instituição tem seus ritmos próprios e, em certos limites, pode-se impor aos condicionamentos e à evolução do meio societário inclusivo. [...] As instituições compõem ou formam as sociedades. No entanto, estas é que determinam, por sua estrutura e evolução típicas, os ritmos das instituições – ou seja, o que suas potencialidades de “render algo socialmente” significam como aperfeiçoamento e crescimento ou como estagnação e regressão. (FERNANDES, 2004, p. 275).

Assim, entendida como instituição, a universidade deve ser tematizada como parte integrante de um todo social mais amplo, dotado de estrutura, dinâmica e legalidade próprias, não sendo, portanto, simples resultado da reflexão ou mesmo da atividade pedagógica (embora sejam estas, certamente, dimensões indeléveis da universidade). Florestan Fernandes lembra que o modelo de instituição universitária implantado no Brasil decorreu de uma importação do modelo europeu português, ajustado àquela realidade, a partir da elevação do Brasil à condição de Reino Unido com a instalação da Corte portuguesa no início do séc. XIX. Diversos fatores contribuíram para a implantação de uma política educacional estreita e imediatista, como: dispersão demográfica, vinculação da universidade à defesa de prerrogativas e à ampliação do domínio da Coroa, atraso cultural característico de uma sociedade colonial etc. Todavia, essa importação de modelo não foi exatamente não se deu exatamente sobre a universidade portuguesa, mas sobre as unidades intermediárias, como faculdades e escolas superiores, situação que viria a se alterar gradualmente somente a partir do séc. XX, pois:

As possibilidades de absorção da sociedade brasileira impuseram [...] um drástico empobrecimento funcional aos modelos institucionais assim importados. O que a “escola superior” precisava formar era um letrado com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais,

habilitado para preencher certos papéis específicos na burocracia, na estrutura do poder político e na esfera das profissões liberais. (FERNANDES, 2004, p. 278-279).

Logo, seja devido às políticas adotadas pela Coroa, seja devido à ausência de condições sócio-históricas, o autêntico padrão institucional da universidade portuguesa não foi transferido para o Brasil, uma vez que excedias as possibilidades e as exigências do cenário da época. Nesse processo de instalação de faculdades e escolas superiores, Florestan alega ter havido perdas de caráter estrutural-funcional devido à absorção cultural segmentada e seletiva das instituições portuguesas. Cabe salientar também que, apesar de ser mais complexa do que a sociedade brasileira comportava à época, a universidade portuguesa apresentava uma estrutura arcaica em relação ao cenário universitário europeu, arcaísmo que nem o despotismo esclarecido do Marquês de Pombal e sua reforma universitária de 1772 puderam reverter ante as resistências postas a elas. Desse modo, o que sofreu degeneração e empobrecimento em solo brasileiro não foi um modelo institucional de universidade progressista, guiado pela efervescência das ciências naturais, mas um modelo retrógrado e arcaico, renovado parcial e superficialmente e ainda marcado pelo dogmatismo.

O tipo de escola superior constituído no Brasil ao longo das três primeiras décadas do séc. XIX viria a ser o padrão dessa instituição por largo período de tempo, principalmente devido a três motivos: o número reduzido de escolas superiores e sua relação com a sociedade brasileira, o que levou ao isolamento cultural dessas instituições, em parte devido ao acesso de apenas uma elite social a essas instituições; a forma de avaliação societária sobre a escola superior não valorizava o ensino superior enquanto tal, isto é, de acordo com sua eficiência e utilidade como produtora de conhecimento e formadora de tipos específicos de corpo profissional, mas como fonte de reconhecimento meritocrático e individual, como meio de prestígio do talento e jovens já bastante bem inseridos socialmente, de modo que a concessão de diploma e grau de “doutor” acabou por contribuir para a estagnação cultural; a forma de relação entre os processos de transplantação, invenção e utilização dos conhecimentos e os processos de organização e transformação social, pois as escolas superiores estavam focadas na formação de profissionais liberais por meio de um ensino livresco e dogmático, formatando a relação entre escola superior e sociedade segundo uma dinâmica de reiteração e reprodução da estrutura social à época. Esses três motivos, se não esgotam a explicação da questão, pelo menos fornecem as linhas mestras da estagnação das escolas superiores e faculdades brasileiras, que não puderam preencher as funções típicas desse tipo de instituição no marco civilizatório ocidental moderno. Isso tudo levou a um problema educacional que,

apesar de originado no bojo da escola superior e de nela se manifestar, deitava raízes na estrutura e dinâmica próprias da sociedade brasileira e de sua forma de inserção na civilização moderna, inserção periférica, colonial e dependente.

Atento a isso, Florestan Fernandes lembra ainda que “[...] as transformações estruturais da sociedade global, associadas à transição para o século 20 e à expansão do regime de classes, não repercutiram no antigo padrão de escola superior.” (FERNANDES, 2004, p. 287). A sociedade brasileira passou por diversas transformações entre as últimas décadas do séc. XIX e as primeiras do séc. XX, como o declínio do regime escravista, a transição política do Império para a Primeira República e depois para a chamada Era Vargas, a intensificação da urbanização e da industrialização, a entrada mais contundente da incipiente burguesia industrial no cenário sócio-político, a formação embrionária de um proletariado urbano etc. Na verdade, nesse período, que deveria sinalizar seu esgotamento, tal padrão de escola superior recebeu um novo alento, tanto que durante a Primeira República foram criados 64 estabelecimentos de ensino superior; entre 1930 e 1949, mais 160; de 1950 a 1960, mais 1978. Inicialmente, a instalação de escolas superiores dava-se segundo a velha lógica. Mesmo quando a ideia de universidade passou a prevalecer a partir da década de 1930, isso não afetou as estruturas típicas das faculdades e escolas superiores agora congregadas como instituições universitárias.

Florestan Fernandes pensa que esse quadro da escola superior começou a sofrer mudanças somente a partir da década de 1950, quando “[...] as comunidades urbanas dotadas de funções metropolitanas requeriam um tipo de ensino superior que fosse capaz de responder às exigências intelectuais, sociais e culturais da civilização urbano-industrial.” (FERNANDES, 2004, p. 288). É somente nesse contexto, quando se consolidam uma série das transformações despontadas na passagem do séc. XIX ao XX, que, ao lado do ensino outrora voltado basicamente à formação de profissionais liberais, relegados a um papel secundário e marginal, a pesquisa tecnológica e científica começa a despontar no Brasil, criando uma nova mentalidade universitária, de cunho pragmático e científico. O rápido crescimento quantitativo no plano institucional pôs em evidência as razões para a estagnação das instituições de ensino superior do Brasil: a incapacidade de diferenciar-se e adaptar-se a novas situações sociais; a incapacidade interna de gerar um pluridirecionamento necessário ao desenvolvimento de concepções científicas, democráticas e utilitárias próprias de instituições de escolarização integradas ao processo civilizatório a partir do qual existem. De todo modo, este era o novo cenário emergido desse conjunto de mudanças:

O ensino superior está sendo redefinido social e culturalmente. O diploma já não conta como no passado. Ainda é perseguido, mas não tanto como “símbolo social”: com requisito e índice valiosos na competição intelectual ou profissional. A sociedade brasileira não chegou a equacionar o “desenvolvimento” como o equivalente da revolução dentro da ordem e acelerador da revolução burguesa nos limites da independência nacional. Não obstante, volta-se para a universidade com expectativas que permitem representá-la, socialmente, como uma agência de ensino e produção cultural. E sua fênix não é posta no saber conspícuo, honorável mas inoperante. Ela é colocada, um tanto ingenuamente, na contribuição que a universidade está sendo chamada a dar, educacional e culturalmente, para a aceleração do desenvolvimento. Nessa fase de transição confusa e desordenada, em que a crise da escola superior tomou proporções dramáticas e irreversíveis, o velho padrão de ensino superior iria exercer influências desorientadoras e funestas. Na medida em que a situação de dependência em relação ao exterior apenas se redefiniu em novas bases, ele próprio não ficou totalmente condenado. Revitalizou-se provisoriamente, através da disseminação dos estabelecimentos de ensino superior e, principalmente, da formação da universidade conglomerada. (FERNANDES, 2004, p. 289).

Todavia, “crescimento econômico” e “desenvolvimento educacional” são termos simplistas em uma equação simplista, pois por si só não se estimulam mutuamente. É necessário examinar os tipos de “crescimento econômico” e de “desenvolvimento educacional”: de um lado, torna-se necessário verificar se o crescimento econômico altera a estrutura social ou se apenas a recrudescer; de outro, é necessário verificar se o desenvolvimento educacional pode afetar ou não a divisão social do trabalho intelectual e a relação entre produção ou transmissão de cultura e a transformação da ordem social. Segundo Florestan Fernandes, nas nações capitalistas dependentes – isto é, em sociedades nas quais o capitalismo, apesar de ter-se consolidado historicamente, não desenvolveu formas autossustentadas e relativamente autônomas de crescimento econômico –, o atraso cultural relativo e a dependência cultural não impediriam definitivamente avanços de modernização e desenvolvimento nas esferas institucionais universitárias, motivo por que, nesse contexto, o dilema não é institucional ou cultural, mas econômico, social e político.

Assim, nessas sociedades de capitalismo periférico e dependente, ocorre um descompasso e um desenvolvimento desigual entre as esferas da cultura e as da estruturação econômico-produtiva, pois nelas se absorvem os padrões de consumo das sociedades de capitalismo central, as novas ideias e manifestações culturais, os novos tipos de técnica, os novos conjuntos de valores sem que tenham aparecido as condições internas que os fomentem ou suportem. As inovações, advindas das sociedades nacionais centrais do capitalismo, não têm o mesmo significado e não desempenham o mesmo papel em sociedades economicamente dependentes, pois estas não podem explorar as inovações na mesma direção

ou da mesma maneira daquelas, o que resulta em uma vigência e uma eficácia parciais ou meramente aparentes. São essa vigência e eficácia parciais ou meramente aparentes que constituem uma “história virtual”, pois ao se tomar a presença desses elementos como indicativos da integração das sociedades dependentes ao processo civilizatório capitalista, está-se ignorando ou evitando verdadeiro delas: o relativamente pequeno atraso cultural na superfície como forma aparente do grande e profundo atraso das estruturas de sustentação e reprodução societária. Logo, mais determinante do que a conformação de uma sociedade a partir de uma revolução tipicamente burguesa é a forma de integração dessa sociedade nacional à sociedade global e ao processo civilizatório em curso, pois isso definirá os processos psicológicos, sociais e culturais por meio do que uma sociedade se difunde e estrutura, inclusive de um ponto de vista institucional universitário. A possibilidade de superação desse cenário:

Requer que se constituam certas disposições coletivas de mudança sociocultural, orientadas no sentido de modificar a posição do Brasil no fluxo da moderna civilização industrial. Uma alteração, em suma, que permitiria transferi-lo, gradualmente, da “periferia” para o “núcleo” dos países que produzem culturalmente essa civilização e monopolizam as vantagens que ela proporciona no plano internacional. Desse ângulo, o subdesenvolvimento não pode ser corrigido, preservadas as condições de dependência, por mais vantajosas que estas pareçam ser (para as classes sociais que especulam com o subdesenvolvimento; ou, mesmo, para a nação como um todo). A alternativa é a conquista de uma posição independente ao nível histórico em que se dá o crescimento e a difusão do padrão compartilhado de civilização. Portanto, para a “sociedade subdesenvolvida”, desenvolvimento não é qualquer tipo de transformação estrutural interna: é a mudança social que, além de destruir os laços de dependência para com o exterior, permite àquela sociedade a conquista de semelhante posição de autonomia civilizatória em crescimento. (FERNANDES, 2004, p. 296).

Assim, somente essa forma de desenvolvimento social e econômico pode fomentar o estabelecimento de um padrão de instituição universitária apto a realizar as funções necessárias ao aporte do desenvolvimento societário; ao mesmo tempo, é apenas ao colocar-se como elemento produtor de conhecimentos impulsionadores da superação da situação de dependência que a universidade pode vislumbrar alguma possibilidade de influência sobre a dinâmica social e, desse modo, firmar-se como uma instituição socialmente útil. Todavia, ante a questão de saber o que seria uma “universidade para o desenvolvimento”, Florestan Fernandes responde: “[...] na verdade, não existe uma universidade que possa realizar idealmente essa condição.” (FERNANDES, 2004, p. 304). Se a posição da sociedade nacional no processo de desenvolvimento civilizatório global é o elemento essencial para vislumbrar-se

o tipo de contribuição e de inserção da universidade nesse processo, somente nos marcos da sociabilidade mais ampla e de sua crise o papel da universidade pode ser compreendido.

2.2 Crise estrutural do capitalismo e universidade

Tendo em vista a discussão realizada acima e sua tese central – *a posição da sociedade nacional nas relações do capitalismo global é o elemento do modo de inserção da instituição universitária no processo civilizatório* –, cabe avançar na caracterização da universidade ante contextos sócio-históricos mais recentes, sendo, para tanto, necessário recorrer a outros autores. Chauí, por exemplo, concorda com a caracterização da universidade como instituição social e compreende da seguinte forma a relação universidade-sociedade:

A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada. (CHAUÍ, 2001, p. 35).

A exposição até aqui realizada parece dar conta de demarcar como a universidade se insere na dinâmica social mais ampla, de modo que, para captar sua configuração recente, é necessário não abstrair-la das condições recentes da sociedade em que se realiza. O contexto social brasileiro recente, polarizado entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, foi brevemente caracterizado no capítulo anterior e não é necessário caracterizá-lo novamente aqui; todavia, pensar acerca da influência desse contexto social sobre a universidade é de suma importância para a discussão aqui realizada. Focalizando o neoliberalismo e o conjunto de reformas defendidas no Consenso de Washington²¹, Chauí (2001, p. 35) aponta algumas das consequências da influência dessa conjuntura, marcada por políticas públicas de mesmo matiz – como a chamada *Reforma Universitária* –, sobre a universidade, tais como a ideia de avaliação universitária sem levar em conta a situação do ensino fundamental e do médio, como se a universidade com eles não tivesse relação; padrão de avaliação acadêmica baseado principalmente na produtividade e na titulação, relegando a docência ao descaso; distribuição de recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de

²¹ Segundo Chauí (2000, p. 31), esse conjunto de reformas neoliberais do Estado brasileiro têm “[...] um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, A Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados.”

“linhas de pesquisa”, critério que não faria sentido pra as humanidades e para campos de pesquisa teórica fundamental; a ideia de racionalização modernizadora calcada na privatização e na terceirização das atividades universitárias; a colocação das universidades na posição de prestadoras de serviço a empresas privadas; o crescente financiamento advindo do setor privado, direcionando e desvirtuando as finalidades da pesquisa científica. Ao se considerar a educação privada no período, a influência do ideário neoliberal fica ainda mais evidente devido à ênfase na formação profissional sem incentivo à pesquisa, à baixa qualidade de ensino, à mercantilização da educação, retirada da esfera dos direitos e alocada na das mercadorias; ao desvirtuamento das atividades de pesquisa e extensão, tratadas como prestação de serviços ou como realização cursos profissionalizantes em ambiente extraclasse; aos rebatimentos da condição de assalariamento sobre as condições de vida e trabalho dos professores dessas instituições etc.

Se essa influência da agenda neoliberal sobre a universidade é nefasta, precarizando-a e degenerando-a, Chauí (2001, p. 36) lembra ainda que durante o período de ditadura militar, para combater ao que se chamava “subversão” e para atender os interesses de alguns setores de apoio ao governo (eminentemente os proprietários de instituições privadas de ensino), promoveu-se o desmonte da escola pública de primeiro e segundo graus. Assim, aboliu-se a Escola Normal na formação de professores de primeiro grau, inventou-se a licenciatura curta, empobreceram-se as grades curriculares, criaram-se cursos profissionalizantes preconizados, empobreceram-se as grades curriculares, diminuíram-se os recursos para manutenção e ampliação das escolas e, sobretudo, aviltaram-se tremendamente os salários dos professores e reprimiram-se suas formas de protesto. Esse processo levou à falência do ensino público de primeiro e segundo graus, hoje chamados fundamental e médio, situação que se perpetuou até os dias atuais. Nesse cenário de precarização do ensino público fundamental e médio, o setor privado encontrou um grande mercado, pois que parcelas médias da população, dotadas de certo poder de consumo, passaram a preferir o recurso às escolas privadas e ao serviço que ofereciam. Deve somar-se a isso o significado que a própria educação assumiu em uma sociedade de capitalismo dependente: mero índice de prestígio, ascensão e status social. Nesse cenário, a demanda ideal (populações urbanas médias ávidas por garantir a seus filhos chances de ascensão social ou pelo menos a manutenção do status) encontra a oferta ideal (empresário da educação e sua mercadoria, a educação). Lembrar o processo de aviltamento da escola pública fundamental e média é necessário, segundo Chauí, para sinalizar a que o padrão de instituição universitária demandado pelo ideário neoliberal pode levar: uma

precarização semelhante do ensino superior e, conseqüentemente, à sua mercantilização, fazendo-o migrar da esfera dos direitos à esfera das mercadorias.

Agora temos de ouvir essa mesma classe dominante pontificar sobre como baixar custos e “democratizar” essa universidade pública deformada e distorcida que nos impuseram goela abaixo. Eu é proposto como remédio? Para “baixar os custos”, privatizar a universidade pública, baixar o nível da graduação e realizar, para a universidade, como versão-90, o que foi feito para o primeiro e segundo graus na versão-70. (CHAUI, 2001, p. 37).

Como visto no capítulo anterior, se no Brasil a década de 1990 foi marcada pela implementação das recomendações do Consenso de Washington, a década de 2000 assistiu a ascensão de uma proposta neodesenvolvimentista e à tentativa de construção de um Estado de *welfare* insustentável ante a permanência das características de capitalismo dependente da sociedade brasileira. Seria de se esperar uma radical mudança de atitude em relação à educação pública em todos os níveis, principalmente no das universidades federais. O REUNI, no entanto, veio corroborar o processo de precarização em curso, instaurando a expansão irresponsável das vagas no ensino superior público, o déficit no repasse de verbas, a flexibilização do regime de contratação de docentes (aumento de contratações de docentes temporários), as pressões por celeridade e a precarização dos programas de pós-graduação, a defasagem nos vencimentos de docentes e funcionários e a recusa do governo em dialogar com essas categorias mesmo diante de deflagração de greves e outras formas de protesto.

Em relação à educação superior privada, programas como o PROUNI revelam de modo bastante explícito as características e o ideário do neodesenvolvimentismo: trata-se de permitir às camadas mais espoliadas da estrutura social brasileira o acesso a certos bens e serviços, mas o acesso não na condição de cidadãos, mas na de consumidores, de modo que o Estado desonera-se da prestação de serviços públicos de qualidade e arca com os custos desses serviços em sua versão como mercadorias. Logo, o ideário neodesenvolvimentista compartilha com o neoliberal uma crença central: a de que o mercado é o principal agente a realizar o bem estar e a realização dos indivíduos, não como cidadãos, mas como consumidores, com a diferença que o neodesenvolvimentismo coloca o Estado como agente financiador do consumo de bens e serviços. Assim, por mais que o PROUNI tenha efetivamente garantido o acesso de camadas subalternizadas e baixas da população ao ensino superior, faz isso com aprofundar a caracterização da educação não como direito, mas como mercadoria, com caracterizar os indivíduos não como cidadãos, mas como consumidores. Ademais, deve-se salientar que a inclusão dessa população na universidade se dá em

instituições que tendencialmente apresentam uma qualidade de ensino precarizada, decorrente do recrudescimento das pressões do mercado sobre o modo de circulação dos serviços e as condições de trabalho, além de um desvirtuamento das atividades de pesquisa e extensão, também devido ao império da lógica de mercado.

Assim, tanto em um contexto marcado pelo neoliberalismo como em um marcado pelo neodesenvolvimento, parece que, conforme aponta Chauí (1999, p. 3), a universidade tem perdido seu caráter de instituição para converter-se em uma organização, isto é, tem substituído sua universalidade pela instrumentalidade: a universidade mais e mais se orienta não pelo reconhecimento e pela legitimidade internos e externos, mas pela operacionalização de estratégias, pela avaliação de meios eficazes a atingir certos fins por meio de formas de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. O cenário advindo da última grande crise do sistema capitalista, deflagrada em 2008 e a apresentar ainda hoje seus efeitos, aprofundaria essa operacionalização da universidade. Conforme assevera Leher (2010, p. 17):

As mediações entre uma profunda e sistêmica crise estrutural [...], como a que se evidenciou em 2008, e a universidade são sutis, por isso, opacas quais densas neblinas. As aparências fenomênicas da crise exacerbam sua dimensão econômica, operando uma redução de que a crise, antes de ser sistêmica, é duma esfera dita autônoma do capital, o setor financeiro vitimado pela irresponsabilidade dos especuladores. Sob esse prisma, os nexos entre a crise e a universidade seriam quase imperceptíveis. Configurariam uma situação em que somente respingos dessa convulsão alcançariam o ambiente das universidades, como algum corte de orçamentário nas instituições públicas ou a perda ocasional de alguns “clientes” nas organizações privadas e mercantis. [...] o quadro é inteiramente outro se a conceituação da crise focar seus determinantes para além da tensão especulativa, tais como: a redução relativa dos salários (e mais genericamente do custo geral da força de trabalho) impulsionada pelas políticas neoliberais; o aumento impetuoso de capital fixo das grandes corporações, provocado pela corrida da tecnologia e pelos investimentos em inovações tecnológicas; e a inevitável superprodução de bens e artigos que não poderá ser alcançada com a mesma taxa de lucros de outrora.

Ainda segundo Leher (2010), haveria duas interpretações ou imagens sobre a crise em disputa, mas parece possível afirmar três posições, embora duas sejam variações sobre uma mesma dinâmica. A primeira, que se desdobra em duas perspectivas, vê a crise exclusivamente como decorrente do sistema financeiro, perspectiva que, contudo, encontra elementos de apoio em um dos mecanismos geradores de crise já previstos por Marx: a falta de lastro da riqueza financeira em relação à riqueza real, ou a impossibilidade de o capital portador de juros realizar-se. Em suma, a crise de 2008 seria uma crise de excesso de ativos

financeiros, crise da hipertrofia do capital rentista sobre o setor produtivo, em parte causada pela própria pressão do Estado para a concessão de créditos e em parte pelo afã do mercado em aceitar tais créditos e fazer seus produtos e serviços circularem para reprodução de capital. Uma perspectiva tipicamente neoliberal enfatiza o papel negativo do Estado na concessão de créditos (especialmente no setor imobiliário norte-americano, onde se formou a bolha a explodir como crise do “subprime”); uma perspectiva neodesenvolvimentista enfatiza a pretensa autonomização do capital financeiro em relação ao capital produtivo. A outra interpretação da crise a veria como uma típica crise de superprodução (e consequente subconsumo) a deitar raízes sobre na década de 1970 e a indicar o peso relativo ao capital fixo, pois embora os custos com tecnologia e novos processos produtivos permitam diminuir o custo do capital variável via cortes na folha de pagamento, levam à queda da taxa de lucro, à precarização do trabalho (flexibilização, subemprego, terceirização) e à crescente necessidade de intensificação da extração de mais-valia.

As duas imagens da crise atingem, cada uma, a universidade de um modo peculiar. A crise vista como decorrente da falência do sistema financeiro induz a universidade no sentido de fornecer um tipo de conhecimento que legitime e permita uma melhor operacionalização do mercado, propondo a formação de técnicos a recomendarem a desregulamentação (resposta neoliberal) ou a regulamentação estratégica (resposta neodesenvolvimentista). A segunda imagem coloca que a superação da crise há de se dar apenas na luta de classes, para o que é conveniente a construção de um corpo de conhecimentos que, negando a imediatividade em prol da captação das mediações da realidade, permita a compreensão da dinâmica capitalista e a orientação da luta política²². A construção desse corpo de conhecimentos seria justamente a demanda posta à universidade. A questão, todavia, remete ainda às considerações de Florestan Fernandes acima comentadas: pode a universidade desempenhar

²² Saliente-se apenas que, se intervenção política e interpretação teórica estão relacionadas em uma unidade, não formam uma identidade, isto é, não são uma mesma coisa. A produção de conhecimentos se dá em um ambiente histórica e socialmente circunstanciado, isto é, em certo contexto social e hoje, na grande maioria dos casos, em certo contexto institucional, de modo que os aspectos políticos da vida social manifestam-se de diversas maneiras na produção de conhecimentos científicos, mesmo naqueles direcionados a particularidades do ser natural, por meio, por exemplo, do estabelecimento de prioridades, de finalidades e de usos tecnológicos e mercadológicos dos conhecimentos produzidos. Nas ciências voltadas ao estudo das particularidades do ser social, essa presença do político é ainda mais explícita, seja devido ao corte epistemológico sobre um objeto já dotado de notável carga política, seja devido à sua realização no ambiente institucional e historicamente circunstanciado da universidade. Todavia, por mais que a política se manifeste sobre a atividade científica, esta não pode ser reduzida ou identificada àquela. A política se realiza no seio da vida social por meio da materialização e instrumentalização de convicções; a ciência tenciona a busca da verdade sobre a estrutura do mundo. Assim, se é conveniente agir politicamente com convicções verdadeiras, não é conveniente fazer ciências partindo de convicções que não resistiram à generalização em modelos de explicações, modelos que surgem exatamente da “passagem do abstrato ao concreto” e da “elaboração da intuição e da representação em conceitos”, como queria Marx (1982, p. 14-15).

um papel na mudança da situação de periferia e dependência da sociedade brasileira ou a capacidade de responder da universidade seria tolhido justamente por ser uma instituição inserida numa sociedade de capitalismo dependente?

Leher conclui que, pela perspectiva hegemônica, a primeira imagem sobre a crise ganha força e passa a demandar à universidade técnicos aptos à construção de conhecimentos econômicos calcados por uma perspectiva meramente circulacionista (BRAZ; PAULO NETTO, 2006, p. 26) e à operacionalização da chamada macroeconomia. Essa demanda também faz da universidade um centro irradiador da programática neodesenvolvimentista, intensificando a difusão da ideia de que a crise econômica e social é um problema de pobreza, de aumento de renda, de inclusão ou exclusão social. A imagem da crise como crise do sistema financeiro também acaba por fortalecer os nichos de pensamento neoliberal existentes nas universidades.

Algumas das tendências já presentes na educação superior brasileira e fortalecidas pela difusão dessa imagem da crise como decorrente do colapso do sistema financeiro são a ampliação da oferta de cursos de graduação e mesmo de pós-graduação à distância, a ampliação da oferta de cursos técnicos de curta duração, a adoção das bases da Declaração de Bolonha²³, a avaliação da titulação como mera ferramenta de competitividade no mercado de trabalho, o crescimento desordenado e pouco qualificado da oferta de cursos privados de educação superior. A universidade privada passa a funcionar como verdadeira empresa, sujeita inclusive à tendência de formação de monopólios e à abertura de capital na bolsa de valores. No período de meados da década de 1990 até algo próximo dos dias atuais, o processo de concentração das instituições de educação superior privadas se deu em torno de, principalmente, quatro grandes grupos de capital: Unip, Anhanguera, Estácio de Sá e Universo, ratificando o já dito e trazendo a era dos monopólios para o ensino universitário.

Mecanismos legais implantados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) permitiram que a formação universitária pudesse se efetivar pela lógica do mercado, o que vai trazer um rebatimento direto no

²³ Declaração de Bolonha, assinada em 19 de junho de 1999 por ministros da educação de 29 países europeus, é uma acordo internacional que marca certas mudanças na estruturação das políticas públicas direcionadas à educação superior ensino superior com vistas a promover reformas no sistema de ensino, que implicam justamente sua precarização e mercantilização. A posição de Leher é a que as diretrizes do chamado Processo de Bolonha, decorrente da Declaração, tem sido incorporada aos processos de reforma do ensino superior no Brasil, o que pode sinalizar um novo movimento de colonização, agora dirigido ao ensino superior, que mercantiliza a educação e põe os países centrais do capitalismo em uma posição de vantagem *no comércio de serviços educacionais*. O Processo de Bolonha resultou no desmonte da estrutura institucional da universidade, na sobrecarga do trabalho docente, na queda da qualidade acadêmica, na precarização crescente do trabalho de docentes e demais funcionários, representando um amoldamento das instituições de ensino superior europeias a demandas mercadológicas esdrúxulas.

âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Na pesquisa e na extensão universitária. Na pesquisa e na extensão universitária, este direcionamento ao mercado é a explicitação dos fins particulares a que a universidade passa a atender. Os Fundos Setoriais, criados em 1999, administrados pela FINEP são a materialização deste direcionamento: incidentes sobre as contribuições das empresas são destinados prioritariamente para a pesquisa tecnológica. Com isto são estabelecidos parcerias entre as universidades e as empresas que passam a usufruir das pesquisas públicas realizadas em seu benefício, ou, em benefício de seus lucros privados. (SANT'ANA; CARMO, 2012, p. 99).

Diante dessa contribuição, que problematiza o cenário de neoliberalismo e, posteriormente, de neodesenvolvimentismo sobre a extensão universitária, encontra-se a deixa para realizar, a seguir, uma das problematizações mais importantes para este trabalho, a referente ao sentido da extensão universitária. Cabe agora, e de modo a encaminhar-se ao final deste tópico, comentar brevemente a situação da extensão em tempos de neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. Assim como as demais instâncias da universidade, a extensão tem assumido um caráter instrumental, como se ela devesse consistir em um ambiente de simulação dos futuros postos de trabalho dos estudantes (caso das empresas juniores), na realização de eventos de atualização ou direcionamento profissional ou ainda em iniciativas de atividades de profissionalização extraclasse. Conforme se verá, essa extensão, como prática institucional, é incapaz de desenvolver um caráter dialógico, porque o sentido de sua realização toma os próprios estudantes e a própria comunidade extra-acadêmica como receptáculos de um conhecimento superior a ser estendido.

2.3 Extensão e comunicação: a disputa por definição do sentido dessa função institucional universitária

Realizado esse breve e geral exame do quadro da educação em nível superior no Brasil desde sua conformação primordial até a contemporaneidade, exame possibilitado pela generalização do quadro em modelos explicativos de caráter eminentemente sociológico, é necessária a partir de agora focalizar a extensão universitária. Assim, será necessário tanto um exame de sua configuração institucional no atual quadro jurídico-normativo que rege sua realização nas universidades, quanto uma discussão sobre seus sentidos e sua vinculação a projetos societários diversos, pois, dando-se em uma estrutura social de oposição classista, a extensão universitária não se mantém neutra. Com ausência de neutralidade não se está a dizer que a extensão assume certo sentido devido a uma intencionalidade latente e direcionada –

embora por vezes esse aspecto se faça presente –, mas se está afirmando que a realização da função de extensão da universidade pública, ao se dirigir a uma realidade social dotada de dinâmica própria, acaba por privilegiar algumas tendências em detrimento de outras, daí advindo seu sentido e a impossibilidade de neutralidade. Assim, a neutralidade aqui referida não se refere à ausência de intencionalidade ou de julgamento de valores, mas à sua influência sobre a dinâmica social mais ampla em que se insere, motivo por que a neutralidade não é possível na realização da extensão universitária, tampouco em outros aspectos da vida social. Feita essa consideração, passe-se ao exame da extensão universitária em sua dimensão institucional.

Em relação à base legal que referenda a extensão universitária no Brasil, essa já ganha importância na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013, online), no capítulo que trata da educação, da cultura e do desporto, aparecendo como indissociável do ensino e da pesquisa e sendo garantido, inclusive, a possibilidade de receber apoio financeiro do Poder Público.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

[...]

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

[...]

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Tais apontamentos denotam que a extensão encontra-se prevista em lei, inclusive com possibilidade de financiamento público. Entretanto, pode-se apreender que de forma geral a extensão não se encontra indissociada dos demais princípios do tripé universitário, tampouco goza do mesmo prestígio e financiamento, principalmente em relação à pesquisa, que conforme já dito recebe constantemente incentivos de meios privados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) retoma o já afirmado na Constituição Federal, apontando como uma das finalidades da educação superior a extensão, trazendo ainda a abertura a população, favorecendo a expansão das conquistas e benefícios gerados na instituição. Tais apontamentos denotam a importância da extensão para romper com os limites institucionais, propiciando maior contato com a sociedade em geral e um retorno, ainda que mínimo, dos conhecimentos produzidos a ela. Em seu artigo 44, a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) versa ainda sobre programas e cursos de extensão:

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:
 VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
 [...]
 Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:
 [...]
 IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (BRASIL, 1996, online).

Em seu artigo 53, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz à tona a autonomia às universidades para estabelecer dentre outras coisas as atividades de extensão. Entretanto, em seu parágrafo único atribui aos colegiados de ensino e pesquisa a programação das atividades extensionistas, corroborando para possíveis interpretações dúbias.

Art. 53º. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:
 [...]
 III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
 [...]
 Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:
 I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
 II - ampliação e diminuição de vagas;
 III - elaboração da programação dos cursos;
 IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; [...]. (BRASIL, 1996, online).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda traz em seu bojo a possibilidade de apoio financeiro a atividades de extensão, mencionando a possibilidade de concessão de bolsas de estudos. Aqui cabe ponderar que as bolsas de estudo têm papel importante na manutenção dos estudantes na universidade, visto favorecerem maior dedicação ao curso e a atividades que superem a participação em aulas. Esse dado se faz presente no capítulo seguinte.

Art. 77º. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:
 [...]

§ 2º. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo. (BRASIL, 1996, online).

Outra legislação que aborda extensão e se faz importante destacar é o Estatuto da Universidade Estadual Paulista, visto ser o mesmo espaço de formação dos sujeitos entrevistados na pesquisa. O estatuto aponta que a UNESP deve promover atividades de extensão e articulação com a comunidade; devendo criar, preservar, organizar e transmitir o saber e a cultura por meio do tripé universitário, visto como indissociável, conforme segue:

Artigo 2º

A Unesp rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão de desenvolvimento crítico e reflexivo, com o objetivo permanente de criação e de transmissão do saber e da cultura, devendo:

I - criar, preservar, organizar e transmitir o saber e a cultura por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;

[...]

V - promover atividades de extensão e de articulação com a comunidade.

[...]

Artigo 3º

A organização da Unesp obedece às seguintes diretrizes:

[...]

IV - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (UNESP, 2007, online).

O estatuto ainda traz ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) como um conselho administrativo e reforça a importância da extensão na integração com a comunidade.

CAPÍTULO III - Da Extensão Universitária

Artigo 73

A extensão universitária visa à integração da Universidade com a comunidade, mediante desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa que lhe sejam inerentes.

Artigo 74

A extensão universitária, diretamente voltada para a comunidade, poderá com esta articular-se por intermédio de instituições públicas e particulares, no cumprimento de programas específicos. (UNESP, 2007, online).

Convém mencionar ainda o Plano Nacional de Extensão Universitária, da Política Nacional de Extensão e do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, vistos serem estes instrumentos e organização que pensam e repensam a extensão

no cenário nacional, assim destaca-se a concepção apontada no Plano Nacional de Extensão Universitária:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL, 1998, p. 5).

Considera-se assim, que o proposto pelo documento coaduna com a ideia de extensão valorizada neste trabalho, não devendo se perder de vista o cenário em que se insere, seus limites e possibilidades. Assim, examinada a dimensão institucional e jurídico-normativa da extensão, deve-se agora discutir a sua conceituação e sua relação com a função da universidade como um todo. Primeiramente, é necessário registrar a crítica ao termo “extensão” realizada pelo educador Paulo Freire, questão que não se trata de “[...] um purismo linguístico, incapaz de afetar a essência mesma do que fazer extensionista.” (FREIRE, 1988, p. 23), pois ela é imprescindível para se caracterizar o sentido de extensão universitária aqui defendido, pois sendo a extensão uma dimensão da instituição universidade e tendo sido consagrada sob o nome “extensão”, possuiu ela um caráter necessariamente instrumental. Por ser instrumental, a extensão universitária comporta diversos usos e sentidos, nunca sendo neutra.

Essa impossibilidade de neutralidade não se funda na impossibilidade de negação de uma dimensão valorativa na ação – ainda que a dimensão valorativa seja inapagável da ação humana individual, ela pode ter sua influência diminuída a ponto de não representar um dado relevante –, mas na convicção de que ao se concentrar nesse aspecto de valor da ação individual se perde a possibilidade de explicação científica da ação humana, pois mais importante do que a consideração da intencionalidade dos sujeitos individualmente considerados é a objetividade estrutural que resulta dessa ação recíproca dos indivíduos. Logo, a extensão universitária, como qualquer outra intervenção humana sobre a realidade,

não pode ser neutra; e isso não porque o aspecto da moral individual assuma centralidade nessa questão, mas porque os resultados da ação individual e coletiva interferem na totalidade real com privilegiar uma ou outra tendência já existente ou por criarem uma tendência nova, ainda que esse resultado não seja fruto da intenção dos agentes individuais. Daí por que ao se concentrar nesse aspecto singularizante e pulverizado da ação humana, perde-se sua dimensão mais geral e estrutural, esta sim imprescindível à explicação científica²⁴.

Logo, a extensão não é neutra por não poder deixar de privilegiar, em sua materialização no plano sócio-histórico por meio das condutas de seus agentes, uma ou outra tendência social existente, ainda que essa não seja a intenção de seus agentes singularmente considerados. Tendo isso em vista, a discussão sobre o sentido dessa prática institucional tida como indissociável da pesquisa e do ensino ganha extrema relevância ao se considerar que, como prática, ela se dirige a um plano social dotado de um modo próprio de produzir-se e reproduzir-se. No caso da extensão universitária realizada no Brasil, esse cenário em que a prática extensionista se dá é uma sociedade nacional de capitalismo dependente, que passou por dinâmicas diversas nas últimas décadas, do ponto de vista econômico, cultural e político. Conforme se discutiu acima, pode-se ver que a universidade, em sua relação com a sociedade que a abriga, sempre reflete ou refuta aspectos específicos da totalidade social, sendo influenciada por ela em uma medida e influenciando-a e outra medida. A extensão está então, como função componente da instituição universidade, sujeita a uma dinâmica de mesmo tipo. Assim como a universidade reflete e refuta aspectos da totalidade maior em que existe, a extensão universitária também reflete e refuta aspectos das totalidades maiores em que está inserida: a universidade e a sociedade.

É necessário apresentar a crítica de Paulo Freire ao termo “extensão”, que para ele constitui um “equivoco gnosiológico”. Isso porque, para ele, a ideia de extensão remete a um tipo de processo educativo que apenas pode ser dar a partir da negação do outro como sujeito, da redução desse outro à condição de “coisa” do processo educativo, pois, para Freire, “[...] a ação extensionista envolve [...] a necessidade que sentem aquele que a fazem de ir até a ‘outra pare do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo.” (FREIRE, 1988, p. 22). Assim, para ele, a extensão

²⁴ A crítica dessa perspectiva singularizante não pode ser aqui realizada sem se desviar o trabalho de sua intenção precípua. Contudo, os elementos que possibilitam essa crítica serão discutidos no próximo capítulo, quando se abordar a proposta de método de Marx, guiada pela perspectiva de totalidade. Não obstante, a seguinte citação de Freire (1988, p. 34) já fornecerá elementos para que se possa pensar sobre os limites de uma perspectiva singularizante: “[...] ao não perceber a realidade como totalidade, na qual se encontram as partes em processo de interação, se perde o homem na visão ‘focalista’ da mesma. A percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela.”

implicaria uma relação reificante e, por isso, não emancipadora. A extensão, como visto, constitui uma das funções da universidade, uma das instituições responsáveis pela realização da educação (pelo menos pela educação em sentido restrito); todavia, se a extensão, ao se realizar, fá-lo com base em uma inquestionável superioridade do espaço acadêmico em relação a certos outros espaços da vida social a serem nivelados ou normalizados, está realizando não uma educação emancipadora, mas uma educação domesticadora. Se o extensionista pode ser visto como um educador, uma vez que realiza uma das funções da universidade, tem que, como educador, recusar “[...] a ‘domesticação’ dos homens, [pois] sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão.” (FREIRE, 1988, p. 24).

Assim, diante dessa colocação, chega-se a um dilema: extensão ou comunicação? É necessário explicitar desde já, então, que o sentido dado à prática extensionista neste trabalho é diferente da carga de significado presente no termo “extensão”, tão bem caracterizada por Freire, o que certamente conduz a um aparente como um paradoxo: a prática extensionista aqui abordada refuta a carga de significado do termo “extensão”. Explique-se: aqui se considera que se deve manter o termo “extensão” por ele ter sido consagrado, inclusive em nível constitucional, como uma das funções da universidade, de modo que com o uso da palavra “extensão” remete-se à dimensão político-institucional e jurídico-normativa da prática extensionista; contudo, parece plausível afirmar que, apesar de se manter o termo “extensão”, pode ser ele ressignificado pelo sentido da própria prática extensionista ante o todo da vida social. Logo, defende-se que a prática extensionista, quando realizada ante o mundo social, pode coincidir com uma prática educativa emancipadora, que não trate a comunidade em que realiza como algo inferior a ser domesticado ou nivelado em relação à comunidade acadêmica. Segundo Freire (1988, p. 25):

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Assim, há de se examinar a hipótese aqui colocada: pode a extensão universitária, como prática institucional, em sua realização, refutar o significado de “extensão” em prol do significado de “comunicação” e de “emancipação”? Para responder, cabe trazer também aqui a discussão anteriormente realizada sobre os projetos coletivos. A comunidade acadêmica é um coletivo, no sentido de que não é propriamente uma coisa, mas um conjunto de relações

entre indivíduos que realizam por meio de ações individuais alinhadas como ações coletivas, porque dotadas de uma mesma intencionalidade e sentido. Assim, a realização da extensão universitária também se coloca como o meio de manifestação de uma vontade ou intento coletivo, uma vez que é realizada por grupos, como os abordados na pesquisa e a serem apresentados no próximo capítulo.

Logo, como a extensão se coloca como meio de manifestação de uma vontade coletiva, não pode ser caracterizada como neutra, não tanto por colocar-se como meio de manifestação dessa vontade coletivas, mas mais pela materialização dessa vontade coletiva em condutas e resultados que, sejam ou não correspondentes às vontades, privilegiam uma ou outra tendência do meio social. Essas tendências são as resultantes da ação recíproca dos indivíduos em sociedade, de modo que, como visto com Marx (2011), embora não seja a história resultado de suas vontades, é certamente resultado de sua ação. Assim, a prática extensionista, orientada por uma vontade coletiva cristalizada em um projeto coletivo, adquire sentido não exatamente pela intenção de seus agentes, mas pela materialização em condutas, em *práxis*. A *práxis* é certamente dotada de sentido, trata-se de *práxis* fetichizada e reiterativa ou de *práxis* crítica e criadora (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 219 et seq.), e toda *práxis* justamente se materializa privilegiando certas tendências em detrimento de outras ou criando certas tendências e não outras. Quando a *práxis* é refletida e consciente, dá-se orientada por uma intencionalidade que, se referida a uma coletividade de sujeitos, toma a forma de um projeto coletivo. Se a extensão universitária for realizada de modo consciente e guiar-se pela intencionalidade cristalizada em um projeto coletivo, pode ela ser direcionada ao favorecimento de uma ou outra tendência existente na vida social, tal como a domesticação ou a emancipação. Logo, se a extensão universitária – dotada de aspecto educativo e guiada pela intencionalidade cristalizada em um projeto coletivo – se realiza privilegiando ou criando tendências que impliquem a emancipação e a autonomia dos indivíduos a que se dirige, inclusive com a valorização da alteridade destes e com a criação de canais de diálogo e troca, então a extensão universitária, como prática institucional, pode ganhar um sentido emancipador e refutar o significado de “extensão”.

Com essa discussão não se está desprestigiando a crítica de Paulo Freire ao termo “extensão”, muito pelo contrário, está-se evidenciando que a crítica dele não se dirige simplesmente ao termo “extensão”, mas a toda uma carga de significado traduzida em uma ação coletiva de cunho domesticador, bancário e alienante. Freire, assim, busca valorizar não o termo “comunicação”, mas a ideia, o conceito, o significado por dele expresso. Logo, se a prática da extensão universitária, como *práxis* realizada, coloca-se no sentido de privilegiar a

emancipação e a autonomia dos sujeitos, adquire a carga de significado expressa pelo termo “comunicação”. Logo, não se trata simplesmente de criticar o termo “extensão” e de substituí-lo pelo de “comunicação”, mas de imprimir à práxis a carga de significado e sentido expressa pelo termo “comunicação”. Desse modo, propõe-se aqui o termo “extensão comunicativa” para caracterizar essa prática que, realizada a partir da estrutura institucional que a designa como “extensão universitária”, assume o significado e o sentido de uma comunicação com vistas à emancipação.

Para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. Para nós, a “educação como prática da liberdade” é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscente. Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam. (FREIRE, 1988, p. 78).

Assim, se a “extensão” é considerada um equívoco gnosiológico, a “comunicação” é tematizada como condição necessária do próprio conhecimento. A comunicação, assim, torna-se terreno para a realização também de uma forma ensino e de pesquisa que não seja guiada por uma racionalidade instrumental ou pela operacionalização segundo a lógica do mercado, mas que busque justamente o desvendamento da estrutura e da dinâmica do real de modo a fomentar o processo civilizatório e o acesso dos indivíduos aos construtos culturais do gênero humano, pondo a relação entre universidade e sociedade em novas bases. Aponta também para a dimensão gnosiológica da própria extensão universitária imbuída de um sentido comunicativo, de modo que ela pode contribuir para o desvendamento do real pela negação do aspecto imediato da realidade e pelo retorno sobre as dimensões de ensino e pesquisa da instituição universitária, o que será aprofundado no capítulo seguinte. Assim, se a comunicação, como aspecto ineliminável da sociabilidade humana, é imprescindível para a construção de conhecimentos, a dialogicidade deve fazer-se presente nos três pontos do tripé universitário, sendo talvez privilegiada na função de extensão quando ela se dá segundo um sentido comunicativo. Todos os processos examinados de precarização ou instrumentalização privada da universidade põem em risco justamente a possibilidade de a dimensão comunicativa da sociabilidade humana fazer-se presente na universidade e no processo de construção de conhecimentos.

CAPÍTULO 3 PRÁTICA EXTENSIONISTA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Para a pesquisa de campo, foram selecionados dezoito sujeitos assistentes sociais graduados pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Franca, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (anteriormente denominada Faculdade de História, Direito e Serviço Social), os quais participaram durante a graduação de grupos de extensão universitária com uma perspectiva alinhada à do projeto ético-político profissional do Serviço Social, destacando que no bojo deste projeto encontra-se o compromisso com a classe trabalhadora e a busca por um novo padrão de sociabilidade, distinto do burguês. Dessa forma, foram selecionados o *Núcleo Agrário Terra e Raiz* (NATRA) e o *Grupo de Alfabetização Paulo Freire* (GAPAF), surgidos entre os anos 1997 e 1998 e presentes na UNESP/Franca até os dias atuais. Conforme consta de artigos escritos por seus membros, podem os grupos ser caracterizados conforme segue.

Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA): o NATRA é um grupo alinhado com a luta pela terra e com o fortalecimento das ações dos movimentos sociais rurais na região de Ribeirão Preto/SP, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tido como parceiro fundamental do grupo. O NATRA conta com a participação de estudantes de todos os cursos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Direito, História, Relações Internacionais e Serviço Social) e ao longo de seus mais de dez anos de existência desenvolveu uma variedade de projetos dirigidos principalmente a mulheres, crianças, jovens e estudantes dos ensinos fundamental e médio em espaços e atividades diversas como de produção, educação e cultura. Na execução dos seus projetos, o grupo procura trabalhar respeitando a organização de seus parceiros, o que inclui o diálogo permanente com aqueles que estão na coordenação dos assentamentos e acampamentos rurais e com coordenação das escolas (projeto “Reforma Agrária nas Escolas”), o que implica uma prática comunicativa. O trabalho de extensão universitária do NATRA levou-o a concorrer e vencer editais do Ministério da Cultura. Atualmente, conta com dois projetos cadastrados no banco de dados da Pró-reitoria de Extensão Universitária: Educação de Jovens e Adultos no Assentamento Mário Lago e Trabalho social com acampamentos e assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto.

Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF): o grupo orienta-se pela filosofia e pensamento pedagógico de Paulo Freire, não objetivando necessariamente a alfabetização, mas uma prática comunicativa voltada ao despertar da consciência crítica de seus educandos, de modo a leva-los a pensar sobre suas vidas a partir da realidade na qual estão inseridos. Almeja, assim, fomentar a autonomia, a participação consciente e a emancipação, atentando, contudo, para os limites postos a esses objetivos pelo padrão de sociabilidade vigente. Nos últimos anos o grupo atuou em duas frentes: trabalho com adolescentes em conflito com a lei (medida socioeducativa de Liberdade Assistida - L.A. - ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC) e trabalho com adultos de uma comunidade da periferia de Franca. Nos dois casos, trata-se de demandas marginalizadas (terminais), principalmente a dos adolescentes em medidas judiciais, que requerem atenção tanto do poder público como da sociedade em geral. Nesse sentido, o GAPAF busca, por meio de uma intervenção direta, contribuir com essa população. O grupo conta com a participação de estudantes de todos os cursos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Direito, História, Relações Internacionais e Serviço Social). Atualmente, conta com dois projetos cadastrados no banco de dados da Pró-reitoria de Extensão Universitária da UNESP: Projeto de Educação Popular, voltado a pessoas com dificuldades decorrentes do uso abusivo de álcool ou outras drogas, atendidas no Centro de Atenção Psicossocial para Tratamento de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CAPS Ad) de Franca/SP; Projeto de Educação Popular com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Programa de Liberdade Assistida (LA) em Franca²⁵.

Dentre os participantes, quatro mencionaram participação em outros grupos de extensão, sendo estes: Programa de Educação Tutorial de Serviço Social (PETSS), Paideia (Projeto Alfabetização Solidária), Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social (CPEUSS), Centro Permanente de Cultura (CPC) e Núcleo Negro de Franca. Cabe sopesar a fala de uma das participantes, que menciona afastamento do grupo PETSS, por compreender que naquele momento histórico as ações do grupo eram bastante elitistas e fechadas aos demais alunos da graduação.

²⁵ Os dois grupos, durante a maior parte de seu período de existência, foram coordenados por professores do Departamento de Serviço Social (com exceção de dois anos no GAPAF), tendo forte presença de estudantes de Serviço Social. Atualmente, os dois grupos são coordenados por professores do curso de Serviço Social: José Fernando Siqueira da Silva e Patrícia Soraia Mustafa (GAPAF); Raquel Santos Sant'Ana e Onilda Alves do Carmo (NATRA), além do professor Gustavo José de Toledo Pedroso, com formação em filosofia e ligado ao Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas, que ministra aulas em outros cursos além do de Serviço Social. Dos dezoito assistentes sociais selecionados, onze responderam ao questionário (em apêndice), sendo cinco deles membros do GAPAF e seis, do NATRA. Destaca-se que, dentre eles, dez são mulheres e apenas um é homem.

Em relação ao ano de formação dos sujeitos da pesquisa, destaca-se que todos se formaram após a aprovação das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; entretanto, três deles formaram-se anteriormente à implantação do novo currículo, sendo assim oito deles graduados no currículo de 2000, que incorpora e respeita tais diretrizes. O ano de formação dos sujeitos foi 2001, 2002 (duas pessoas), 2003, 2004, 2006 (três pessoas), 2009 e 2011 (duas pessoas). Cabe destacar ainda que foram convidadas pessoas dos dois grupos com formação em anos distintos, porém, entre os que responderam a pesquisa, são graduados até 2004 os membros do GAPAF e de 2006 em diante os membros do NATRA.

Dos profissionais entrevistados, todos mencionaram envolvimento em cursos de formação continuada, sendo que quatro deles possuem especialização, quatro mestrado, uma cursando especialização e uma cursando doutorado, o que aponta para o fato de a maioria dos entrevistados manter-se comprometida com a busca por formação continuada. Uma das entrevistadas cursa graduação em Direito em instituição privada.

Em relação à área de atuação dos envolvidos na pesquisa, revela-se que dois deles atuam como Analistas do Seguro Social com formação em Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social, dois como Analistas de Promotoria I – Assistente Social, um em Centro de Referência de Assistência Social, dois na docência em instituições privadas e um em instituição pública, um em empresa municipal de saneamento básico, um no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e um cursa aprimoramento em saúde. Assim, oito deles encontram-se vinculados a órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, cabendo ponderar ainda que o ingresso em tais espaços foi obtido via concurso público.

A carga horária de trabalho semanal destes assistentes sociais abordados se apresenta da seguinte forma: vinte, vinte e quatro e trinta e duas horas para as profissionais que atuam na docência, trinta horas para seis deles e quarenta horas para dois deles. Cabe destacar que a profissional que cursa aprimoramento se dedica a quarenta horas semanais e as profissionais que atuam no Instituto Nacional do Seguro Social desenvolvem carga de trinta ou quarenta horas, conforme acordo institucional a contemplar algumas Agências da Previdência Social que atingirem determinados critérios para funcionamento em dois turnos. A carga horária de 30 horas é para todos os funcionários e sua manutenção está condicionada ao cumprimento de metas. Em relação ao cumprimento da legislação que garante a jornada de 30 horas aos Assistentes Sociais (Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010), as profissionais aguardam andamento de processo judicial impetrado pelo sindicato.

Dos entrevistados, todos tiveram acesso a bolsas de estudo durante a graduação, conforme a seguir listadas:

- Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão I ou Programa de Apoio Estudantil: seis pessoas;
- Extensão: três pessoas;
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): cinco pessoas;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq): duas pessoas;
- Bolsa ligada ao Centro Jurídico Social: uma pessoa;
- Bolsa do Programa Alfabetização Solidária: uma pessoa;
- Bolsa de estágio de parceria entre a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FEPAF-INCRA): uma pessoa.

Em relação às bolsas, é notável o número expressivo de entrevistados contemplados com bolsas de iniciação científica (FAPESP e PIBIC), o que denota a presença da pesquisa em sua formação profissional e aponta ainda para o fato de as temáticas de pesquisa serem oriundas da prática extensionista ou despertadas por ela. Esse fato também corrobora a ideia da importância da possível e fundamental articulação entre pesquisa e extensão, aliadas ao estudo no tripé universitário. Torna-se relevante também destacar o número de estudantes atendidos com bolsas que utilizam critério socioeconômico para seleção, revelando o perfil socioeconômico dos entrevistados e uma das marcas do perfil dos assistentes sociais na contemporaneidade: a origem na classe trabalhadora. Destaca-se que, embora todos tenham sido extensionistas, poucos foram contemplados com bolsas de extensão, denotando que não há ampla reserva e destinação de bolsas para extensionistas e referendando a leitura, já feita anteriormente, de que a extensão crítica é pouco valorizada pela academia. Saliente-se a fala de uma das entrevistadas, que aponta as dificuldades encontradas para se dedicar à extensão: “[...] só foi possível participar da extensão, pois consegui estágio remunerado em uma instituição privada em 2001, o que me possibilitou sair da indústria de calçado.”

Em relação ao tempo de participação dos entrevistados nos grupos de extensão, cinco deles participaram durante os quatro anos da graduação, três durante três anos da graduação e três durante dois anos da graduação, sendo notório que todos os participantes envolveram-se com a extensão pelo menos nos dois últimos anos do curso de Serviço Social, conciliando assim as atividades de extensão com o estágio curricular obrigatório (com carga horária anual de 255 horas no terceiro ano e 180 horas no quarto), bem como com a elaboração do trabalho

de conclusão de curso, reafirmando a possibilidade de conjunção de atividades que contemplem o tripé universitário, o que reafirma sua importância. Por fim, advirta-se que a apresentação geral dos dados serão utilizados nomes fictícios com vistas à preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa.

3.2 Leitura dos dados, construção de categorias e forma de apresentação do estudo

A perspectiva teórica aqui adotada – a saber, aquela que se pretende tributária de Marx – trata de modo específico a questão da metodologia da pesquisa, sendo conveniente, neste ponto, realizar breve explanação a esse respeito. Existe uma multiplicidade de metodologias e perspectivas teóricas nas ciências sociais e, uma vez que aqui se assume pelo menos a intenção de reivindicar o pensamento marxiano, convém pontuar a compreensão que se tem dele. Primeiramente, há de notar que não há em Marx uma discussão sobre método apartada do tratamento do próprio objeto, de modo que, ao contrário de pensadores como Durkheim, o pensamento epistemológico marxiano não se constitui de modo apriorístico, mas decorre da própria natureza do objeto focalizado. Como consequência, embora apresente aspectos genéricos, a metodologia é particularizada pelo objeto, o que indica um posicionamento ontológico ou a subordinação de uma proposta metodológica a uma consideração mais ou menos geral sobre a estrutura do ser, pois, para ele, trata-se de “[...] apreender a lógica específica do objeto específico.” (MARX, 2005, p. 108). É evidente que a discussão metodológica é fecunda e profícua, dando espaço a diversas posições, inclusive aquelas que consideram a perspectiva marxiana nesse tema equivocada ou infrutífera. Como aqui se assume o caráter proveitoso não só da proposta metodológica de Marx, mas da sua vinculação a uma consideração prévia de cunho ontológico, cabe buscar expor tal proposta metodológica, com a intenção de, com a exposição, demarcar seu caráter proveitoso.

De modo a tornar a exposição a esse respeito mais clara, convém desde já introduzir um trecho que bem resume a proposta metodológica de Marx – trecho retirado da *Introdução de 1857 aos “Grundrisse”*, em que no item “o método na Economia Política” tal questão é enfrentada:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia Política, por

exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezamos, por exemplo, as classes que a compõem. [...] Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos de voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente Economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] o método que consistem em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para apropriar-se do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. (MARX, 1982, p. 14).

Como se pode ver, Marx toma o concreto como “pressuposição prévia e efetiva”. A concepção de Marx sobre “concreticidade” está ligada à noção de *totalidade*, sendo, portanto, estratégico explicar brevemente esta e depois aquela. Saliente-se que a leitura aqui realizada sobre o texto de Marx (1982) toma por base a leitura de Netto registrada em *Introdução ao método na teoria social*. De forma extremamente simplificada, pode-se dizer que a perspectiva de totalidade corresponde a uma “teoria” sobre o que a realidade é da qual pode decorrer, ou não, um modo de conhecer essa realidade (um método) (KOSIK, 2002). Pode-se considerar que é essa “teoria da realidade” que guia a noção de método em Marx: daí a vinculação da metodologia a uma consideração ontológica prévia.

A totalidade é uma noção tomada do pensamento hegeliano que pode ser definida como um todo dinâmico composto de elementos e suas relações. Logo, a totalidade é mais do que a simples soma dos seus componentes. Com essa definição, pode-se pensar que o conceito de totalidade equivale ao de sistema, mas isso não é verdadeiro: o conceito de

totalidade pressupõe o conceito de sistema, mas possui uma maior complexidade. Um sistema é um todo cujas partes são mutuamente implicantes. Assim, se um elemento do sistema sofre mudança, o sistema como um todo muda, passa a ser um novo sistema, não passível de comparação com o anterior. A totalidade pressupõe o conceito de sistema, pois suas partes e as relações entre elas também são mutuamente implicantes. Alterando algo na totalidade, ela assume uma nova configuração. A diferença entre o sistema e a totalidade é que a última está sujeita ao devir histórico e, por isso, não apenas suas partes se transformam, mas as formas de relação entre elas. Tem-se, com o devir, um movimento em que alguns elementos e formas de articulação permanecem e novos elementos e novas formas de articulação entre eles surgem e desenvolvem-se, alterando-se, desse modo, a própria totalidade. Como a mudança, para a posição filosófica derivada de Hegel, é um dado indelével da própria estrutura da realidade, o problema da identidade da totalidade não se põe como numa consideração sobre a identidade dos sistemas, de modo que não se lança mão do artifício de desconsiderar a mudança em prol de uma identidade formal, mas se considera a realidade em sua dinamicidade, em sua identidade substancial e fluída.

Com essa consideração sobre a perspectiva de totalidade, já se pode abordar a noção de “concreto” em Marx, que se torna compreensível ante a oposição à noção de “abstrato”: o *abstrato* é aquilo que não é considerado em suas conexões com o todo da realidade, logo é algo imediato, não desenvolvido, pois carente de mediações; o *concreto* é aquilo que é considerado em suas conexões com o todo da realidade, logo é algo mediato, desenvolvido, isto é, pleno de mediações. Abstrato e concreto são aspectos da realidade presentes em todos os seus elementos, pois se pode considera-los mentalmente tanto isolados quanto em conexão com o todo.

É justamente nisso que reside a capacidade de abstração, isto é, a capacidade de captar os elementos da realidade como distintos dos demais elementos com que se encontram conectados. A abstração é aquilo a que Marx (1982, p. 14), chama “análise” e é por meio da abstração que “[...] do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples.” A abstração é imprescindível para a elaboração teórica, mas é apenas um passo, pois se a abstração permite enxergar os aspectos abstratos da realidade, a própria realidade não é abstrata, mas concreta, e o concreto “[...] é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” (idem, *ibidem*). Por isso Marx considera que ao se atingir, por meio da análise ou abstração, esses aspectos abstratos da realidade é necessário realizar o caminho inverso, isto é, “[...] elevar-se do abstrato ao concreto”, pois apenas assim será possível “[...] apropriar-se do concreto”, “[...] reproduzi-lo como concreto

pensado” e, desse modo, compreender a realidade não mais como “[...] uma representação caótica de um todo”, mas como “[...] uma rica totalidade de determinações e relações diversas.” (MARX, 1982, p. 14).

Feito esse comentário, chega-se enfim à questão das categorias. Para Marx, as categorias estão dadas “[...] tanto na realidade efetiva quanto no cérebro”, pois “[...] as categorias exprimem [...] formas de modos de ser, determinações da existência.” (MARX, 1982, p. 18). Com isso fica claro que, para Marx e ao contrário de pensadores sociais como Durkheim, não apenas o método não pode ser apriorístico em relação ao objeto, como também as próprias categorias não o podem ser. Isso porque as categorias não são apenas elaborações da mente do pesquisador, mas justamente os aspectos abstratos da realidade a que se chega por meio da análise. Em suma, as categorias não são apenas elaborações da mente do pesquisador, mas também e principalmente as formas objetivas e abstratas que constituem o próprio objeto do conhecimento e são, por meio do método, captadas pelo pesquisador como ideias. Há aqui uma relação de reflexão entre realidade e ideia, pois as categorias tanto fazem parte da realidade quanto podem a vir constituir as ideias ou noções do pesquisador sobre a realidade. Assim:

Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como ato de produção efetivo – que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior –, cujo resultado é o mundo, e isso é certo [...] na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. [...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1982, p. 15-17).

Assim, as categorias, sendo parte da totalidade concreta que é a realidade, também estão sujeitas ao movimento histórico e são, nessa medida, produto de condições históricas, tendo validade apenas nessas condições e limites. A partir do que foi exposto é possível, então, listar alguns dos princípios guia da proposta metodológica de Marx. (I) Cada objeto tem especificidade histórica e categorial, pois as categorias são formas que constituem o próprio objeto e, por isso, estão igualmente sujeitas ao movimento histórico. (II) As categorias não podem ser generalizadas, pois elas são particulares de cada conjunto de objeto examinado e só tem validade para esse conjunto e enquanto o movimento histórico não o alterar, pois aí

será necessário ao pesquisador captar as novas categorias componentes da realidade. (III) Se a realidade é uma totalidade concreta, a reconstrução ideal da realidade por meio dos conceitos da teoria é necessariamente mais abstrata do que a própria realidade em si. (IV) Existe uma constante necessidade de revisão teórica, pois o movimento histórico altera os objetos e suas categorias, restando ao pesquisador perseguir essa alteração a fim de manter válida a elaboração teórica da realidade. (V) Se as definições formais são abstratas e, por isso, deixam escapar algo do real e se o real é uma totalidade concreta, sempre se pode abordar o objeto do conhecimento em uma cadeia mais ampla ou mais restrita de mediações, de modo que é justamente pela captação de mais e mais mediações que se elava do abstrato ao concreto.

Feitas todas essas considerações metodológicas, há de passar às *categorias de análise* (ou melhor, às categorias surgidas da análise). Deve-se ponderar apenas que, sendo esta a apresentação do estudo, as categorias já foram construídas a partir da leitura dos dados (material das entrevistas) e não se deve tornar explícito o procedimento particular de sua construção, mesmo porque já se abordou, de modo genérico, a proposta metodológica que guiou o procedimento; deve-se, ao contrário, apenas citar quais foram as categorias captadas, para que se possa determiná-las ou precisá-las justamente na exposição a seguir²⁶: as categorias são (a) *a prática extensionista*, (b) *o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão*, (c) *extensão e exercício profissional*, (d) *extensão e projeto ético-político do Serviço Social*. Por fim, apenas se esclareça que com “precisar” e “determinar” não se refere aos objetos a que as categorias remetem – estes já foram especificados na primeira parte do trabalho –, mas à percepção que os entrevistados têm da constituição e manifestação dessas categorias em sua formação universitária, em sua prática profissional e em sua inserção no projeto profissional.

²⁶ Segundo Marx (1983, p. 20) “[...] é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.” Essa posição parece fundamentar a escolha aqui realizada, de modo que as categorias citadas, embora sejam colocadas de um modo que talvez pareça apriorístico, foram construídas a partir da leitura das entrevistas. É evidente que os questionários utilizados impõem certo direcionamento por enfocarem pontos específicos da vivência e da perspectiva dos entrevistados; contudo, as respostas dadas e a articulação entre os temas são significativas e, por isso, devem apresentar influência não apenas sobre a caracterização das próprias categorias, mas sobre a exposição da pesquisa. Espera-se que a exposição a seguir tenha-se mantido fiel a esse propósito.

3.3 A prática extensionista

A prática extensionista é evidenciada na pesquisa a partir da forma de inserção dos entrevistados nas atividades realizadas pelos grupos NATRA e GAPAF em cada um dos períodos históricos – nos anos de 1998 a 2011, referentes ao período de graduação dos entrevistados –, elucidando-se também por meio da organicidade de ambos os grupos. Nesse sentido, identificam-se diferentes e concomitantes frentes de atuação na organização de cada um desses grupos de extensão, com predomínio de determinadas propostas.

No que tange ao GAPAF, as cinco profissionais que atuaram como extensionistas no grupo referem-se ao desenvolvimento de atividades junto a pessoas em cumprimento de pena na Cadeia Pública Municipal de Franca/SP – na época, destinada ao atendimento de pessoas do sexo masculino. Essas atividades buscavam partir da perspectiva da alfabetização de jovens e adultos fundamentada no referencial freireano. Dessas profissionais, duas acrescentam à atuação anterior a experiência vivenciada, ainda nessa perspectiva, em comunidades periféricas do Município, destacando-se também a atuação no interior do próprio campus da Universidade, vinculada à alfabetização de funcionários da UNESP/Franca.

Por sua vez, nas atividades de extensão do NATRA, os sujeitos entrevistados registram a atuação preponderante em acampamentos e assentamentos rurais das regiões de Franca e Ribeirão Preto. A atuação era organizada a partir de coletivos (subgrupos) com enfoque no trabalho com crianças, jovens, discussão das relações de gênero, de produção e a alfabetização de jovens e adultos. Ademais, contam dentre as atividades indicadas aquelas voltadas ao debate na comunidade acadêmica e em comunidades escolares de ensino fundamental e médio do município de Franca acerca das relações entre campo e cidade, favorecendo e ampliando a reflexão sobre a reforma agrária.

O NATRA também desenvolvia um trabalho de cunho socioeducativo, que era executado no espaço rural – nos assentamentos Mario Lago e 17 de Abril e no acampamento Alexandra de Kolontai, localizados em Ribeirão Preto, Restinga e Serra Azul, respectivamente – com crianças, direcionadas ao incentivo da leitura, bem como participação nas ações dos assentamentos. No âmbito do espaço urbano, era desenvolvido o projeto Reforma Agrária nas Escolas, que preservava o objetivo fundamental de refletir com uma turma do ensino médio questões atinentes à luta dos trabalhadores pela terra e a questão agrária no Brasil (ERNESTO).

As atividades desenvolvidas pelo NATRA eram organizadas semanalmente através das reuniões administrativas (RA's), todas às quartas-feiras às 17

horas. Tínhamos um caderno-ata e, em cada reunião eram indicados um relator e um coordenador. Além da organização no que tange à logística, custeio e o planejamento das atividades a serem realizadas no acampamento, eram também discutidas a inserção e posicionamento do grupo em determinados fatos/situações ocorridos na faculdade e na sociedade, participação em eventos e manifestações, convênios, pesquisas, estágio entre outros (SIMONE).

Havia espaço para estudo, planejamento e avaliação das atividades, todos realizados em grupo. O grupo de extensão era formado por estudantes de Serviço Social, História, Direito e Relações Internacionais, o que possibilitava a construção de um saber interdisciplinar. Posteriormente, eram definidas as atribuições de cada um no grupo, de forma descentralizada. Assim, todos tinham suas responsabilidades (TARSILA).

Todos os entrevistados registram o planejamento como um dos elementos presentes na organicidade do grupo:

O planejamento ocorria geralmente no início de ano ou semestre, geralmente com base nas avaliações que eram realizadas no término de cada ano. Às vezes, elas eram planejadas com base nas demandas emergentes cotidianamente e nas dificuldades que surgiam no desenvolvimento das atividades do grupo (ERNESTO).

Talvez por tratar-se do início do grupo, havia bastante planejamento, vários encontros. Imagino que esse tipo de construção contribuiu para a própria identidade do grupo (FRANCISCA).

A articulação entre atividades coletivas e individuais é outro elemento que se destaca, apresentando-se nos relatos de forma a assegurar a condução coletiva e democrática dos grupos. No entanto, uma das entrevistadas enfatiza as dificuldades enfrentadas nesse processo de construção da atuação:

Sim, acredito que esse era um dos fortes de ambos os grupos [dos quais a entrevistada participou durante a graduação], e por vezes o lado fraco também, às vezes isso era falho e se resumia em uma reunião com pessoas. Mas ainda assim, conseguíamos realizar esse trabalho (JOANA).

À característica do trabalho grupal, acrescenta-se a interdisciplinaridade como componente da organicidade de ambos os grupos de extensão, sendo esta afirmada em todas as entrevistas. No entanto, parte dos entrevistados apontam a partir da composição do grupo por estudantes de todos os cursos de graduação da UNESP/Franca, enquanto Olga, Simone e Clarice evidenciam a compreensão da interdisciplinaridade para além da composição do grupo, entendendo-a na interação e diálogo estabelecidos na construção de sua atuação:

Todas as atividades eram realizadas em grupo, ora em grupos maiores ou menores, dependendo da atividade. [...] além de o grupo ser formado por estudantes de todos os cursos que existiam no campus de Franca (História, Direito e Serviço Social) as atividades realizadas sempre aconteciam de forma interativa entre esses estudantes proporcionando a articulação dos saberes na prática das atividades do grupo, sem que houvesse o desrespeito às especificidades de cada formação (OLGA).

O trabalho grupal possuía destaque na atuação do grupo de extensão, efetivando-se de forma interdisciplinar ao possibilitar o diálogo e articulação entre as diferentes áreas do saber na construção da atuação coletiva (CLARICE).

No NATRA participavam graduandos dos quatro cursos da UNESP/Franca: Serviço Social, História, Direito e Relações Internacionais. Isso propiciava uma troca de saberes e caminhava na direção interdisciplinar na construção das ações do grupo (SIMONE).

Por outro lado, Francisca e Joana problematizam o entendimento e efetivação do trabalho interdisciplinar:

Talvez aqui valha à pena discutirmos o que entendemos como interdisciplinaridade, afinal esse conceito ainda parece ser utilizado para diferentes práticas e conceitos. Posso dizer que o grupo era constituído por alunos dos diferentes cursos da UNESP, que naquele momento eram serviço social, história e direito. Se entendermos a interdisciplinaridade como a interação entre diferentes conhecimentos, sim ele acontecia. As oficinas pedagógicas eram o auge dessa construção, nas divergências e convergências entre os alunos que se formavam em diferentes cursos. Com certeza esse diálogo entre as áreas, contribuiu para a ampliação das bases da formação de todos nós, os extensionistas (FRANCISCA).

Acredito que exista sim interdisciplinaridade, apesar de por vezes ser multidisciplinaridade. Mas já vivenciei diversas vezes essa experiência interdisciplinar, algo que sinto falta atualmente (JOANA).

Devido à presença da noção de interdisciplinaridade em diversas falas, de modo a evidenciar uma confusão ou disputa em torno de seu sentido, cabe discutir a concepção aqui defendida para ela. É bem verdade que, como fica evidente na fala de Francisca, a noção de interdisciplinaridade é ainda polêmica, pois conceitos bastante diferentes convivem em torno do mesmo termo, situação que só vem a se agravar com a entrada em cena de conceitos conexos, como “transdisciplinaridade”. Conforme lembra Fraga (2010, p. 50-51):

A Abepss (1996), na proposta das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, postula como princípios da formação profissional (entre outros), o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos que devem perpassar a formação profissional e da relação teoria e realidade; recomenda a questão do caráter interdisciplinar das várias

dimensões do projeto de formação profissional do assistente social. Afirma ainda que a grade curricular do curso deve possibilitar uma indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Convém, assim, tendo em vista o todo deste trabalho, discutir, ainda que brevemente, as relações entre interdisciplinaridade, tripé ensino-pesquisa-extensão e formação em Serviço Social. Como o foco há de ser, por enquanto, a interdisciplinaridade, é necessário concentrar-se nos aspectos ligados a ela, de modo que os outros aspectos a surgirem dos demais termos da relação – tripé universitário e formação em Serviço Social – não de ser tratados ao longo da análise, por emergirem de forma mais atrelada a outras categorias. Dito isso, considera-se que a temática da interdisciplinaridade é complexa, de modo que para tratá-la propriamente, tendo em vista inclusive a sua importância, seria necessário todo um trabalho a ela dedicado, o que ultrapassa em muito as possibilidades e pretensões do presente trabalho, cabendo, contudo, uma breve e extremamente parcial referência a ela, principalmente em sua inserção no espaço da extensão.

Primeiramente, é necessário salientar que talvez apenas faça sentido falar sobre interdisciplinaridade como forma de reação a uma especialização crescente das ciências e das técnicas, especialização decorrente do desenvolvimento própria desses campos do saber a partir da Modernidade. Isso porque é apenas a partir da Modernidade que a figura do estudioso de múltiplos saberes – trate-se de tipos sociointelectuais de contextos e épocas diversos, tais como o sábio hindu, o filósofo grego, o teólogo medieval ou o gênio renascentista – começa a desaparecer ante o próprio desenvolvimento dos saberes e sua cristalização em ciências diversas, dotadas cada uma de método e objeto próprios, processo que começa a se deflagrar nas ciências naturais de modo mais intenso a partir do séc. XVIII e nas humanidades e partir do séc. XIX. Há quem considere como decisivo o papel do positivismo nesse processo²⁷. Deve-se salientar, contudo, que não apenas o processo de constituição das próprias ciências e demais saberes como disciplinas particulares fomentou essa “fragmentação especializadora”, pois também o processo de institucionalização desses saberes como cursos universitários, dado de modo mais intenso na decorrência dos séculos XIX e XX, foi um elemento de peso para a fragmentação e a especialização do conhecimento humano. Todavia, a questão de saber se a fragmentação do trabalho científico levou à

²⁷ Segundo Minayo (1994, p. 46), “[...] o positivismo tornou-se hegemônico como paradigma do saber e as disciplinas passaram a se afirmar no esplêndido isolamento de suas questões e de suas próprias metodologias, fazendo da linguagem das ciências rigorosas uma espécie absoluta. A pulverização do saber em setores cada vez mais limitados lançou os cientistas numa solidão paradoxal na medida em que perderam o sentido de uma causa comum que os reunia, ou seja, o sentido da vida e da verdade do universo como um todo.”

institucionalização pulverizada em torno de diferentes cursos de ensino superior ou se esses são processos a gozarem de relativa independência é por demais complexa.

Não obstante, é por tais motivos que provavelmente incorra em anacronismo considerar esses diversos tipos sociointelectuais citados ou mesmo esses saberes anteriormente concentrados principalmente em torno da Filosofia como exemplos, respectivamente, de estudiosos e estudos interdisciplinares, exatamente porque o problema da especialização dos saberes e de sua cristalização em disciplinas e cursos universitários diversos não estava colocado pra eles²⁸. Desse modo, aqui se assume a posição de que aquilo a que se designa interdisciplinaridade é uma prática e uma posição histórica e socialmente situada, pois a interdisciplinaridade teria se constituído, principalmente a partir da década de 1950, justamente como uma proposta de fazeres pedagógicos e de divisão do trabalho científico a se colocar na contramão da fragmentação e da especialização do conhecimento humano. As circunstâncias que levam a essa proposta de mudança de perspectiva são várias, como: a necessidade de recuperar o sentido humano e universal do conhecimento, perdido mediante a especialização; a premência de resgatar-se o conjunto das ciências dos diversos caminhos sem saída a que foi levado, de seu uso instrumental e da esquizofrenia calcada na fragmentação de uma realidade, dados especialmente no contexto do séc. XX; a falência das ciências particulares deflagrada pela incapacidade de dar respostas às problemáticas advindas das formas de manifestação e transformação da sociabilidade etc. Seja apropriada ou não como estratégia de reação a essas circunstâncias, o fato é que a interdisciplinaridade tem sido afirmada a cada dia como imprescindível para o funcionamento das universidades, para o fomento das atividades científico-investigativas e para variadas estratégias profissionais de intervenção sobre a realidade (eminentemente sobre a realidade social).

Além disso, como bem lembra Fraga (2010, p. 57) ao tratar do exercício profissional do assistente social, “[...] pensar interdisciplinarmente pode ensejar alguns equívocos – como a globalização de atividades –, no sentido de que pode ser realizada por apenas um profissional.” Assim, a interdisciplinaridade, ao contrário dessas figuras sociointelectuais e de sua atividade cognitiva e interventiva dada em outros contextos históricos e sociais, implica uma coletividade. No espaço universitário, coletividade de indivíduos e saberes, a se

²⁸ É exemplo notório desse caráter mais plural ou “interdisciplinar” do trabalho científico o próprio pensamento de Marx, pois nele convivem, sem maiores conflitos, elementos que, de acordo com a estrutura atual de divisão do trabalho científico, poderiam ser enquadrados em diferentes ciências e disciplinas, tais como Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Filosofia, Estética, Geografia humana, Historiografia etc. Além disso, sequer se encontra em Marx uma divisão como a existente entre método ou perspectiva quantitativa, de um lado, e método ou perspectiva qualitativa, de outro, pois seu pensamento apresenta esses dois aspectos conjugados.

manifestar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; no espaço profissional, uma coletividade multiprofissional, constituída por indivíduos de formação, saber e competências diversas. Assim, esse é mais um traço a corroborar a especificidade histórica e social da noção de interdisciplinaridade, de modo que é apenas na configuração contemporânea de divisão do trabalho científico, de institucionalização universitária e de estruturação dos espaços de trabalho e das profissões que a interdisciplinaridade adquire seu sentido próprio.

É evidente que a atuação profissional interdisciplinar não se restringe ao Serviço Social, pois se assim fosse, sequer se poderia designá-la como “interdisciplinar” e “multiprofissional” por estarem excluídos da consideração as demais disciplinas e profissionais; contudo, é também notória a importância reconhecida ao aspecto interdisciplinar do trabalho profissional e da formação em Serviço Social pelas instâncias profissionais de organização política e de produção de conhecimento. Referindo-se à articulação das competências teóricas, técnicas e ético-políticas próprias ao trabalho profissional do assistente social, Fraga (2010, p. 56), lembra que tal articulação “[...] dificilmente será capaz de ser contemplada com o sujeito solitário, pois os desafios são imensos e sempre renováveis.”

No que se refere ao espaço da universidade, a interdisciplinaridade tem assumido formas diversas e se manifestado nas atividades de ensino e pesquisa de modo talvez mais publicizado. Nesse espaço talvez surjam de modo mais explícito as dificuldades para a conceituação da interdisciplinaridade, revelada por questionamentos como: “ela consiste no tratamento multidisciplinar das questões e problemas examinados, isto é, em diversos pontos de vista em diálogo, ou em uma conexão mais íntima que negue as fronteiras e a estruturação dos saberes?”, “a interdisciplinaridade implica a dissolução das formações específicas em prol de uma formação generalizante?”, entre outras tantas.

Aqui se assume a posição de que é uma falsa questão a oposição indissolúvel e rígida entre especialização e generalização: a especialização cumpre certamente um papel imprescindível para o estabelecimento e desenvolvimento dos saberes particulares, construindo um corpo de conhecimento mais apto a lidar com questões a demandarem por isso; a generalização pode se estabelecer como um diálogo mais ou menos horizontal entre enfoques disciplinares e científicos diversos, capaz de, ao mesmo tempo, aproveitar o poder explicativo de enfoques microscópicos e evitar os problemas deles advindos, como a limitação da perspectiva sobre objeto, com integrar os saberes parciais e abstratos em um corpo de conhecimento mais macroscópico, geral, concreto e apto a captar a complexidade da totalidade real. Mesmo Marx, como visto anteriormente, aposta na análise como modo de se

atingir os aspectos abstratos e específicos da realidade que permitirão, por meio da elevação do abstrato ao concreto – ou do específico ao genérico, do particular ao universal, do simples ao complexo, do microscópico ao macroscópico –, a reprodução teórica da realidade como concreto pensado. E se Marx não partia de um universo em que a especialização dos saberes não tinha alcançado o ponto drástico percebido durante o séc. XX, isso não elimina a viabilidade de se manter a especialização como uma perspectiva útil, mas limitada, perspectiva a ser complementada por meio do processo de captação de mediações e concreção dos saberes.

Se a interdisciplinaridade muitas vezes acaba se evidenciando de modo mais claro e certo no ensino e na pesquisa, as falas dos entrevistados colocam como ela também pode estar presente na extensão. Se a presença e diálogo de estudantes de cursos de graduação diversos na prática extensionista não garante por si só a interdisciplinaridade, esse é certamente um terreno fértil a partir do qual ela pode se desenvolver e dar proveitosos frutos, inclusive fomentando, no caso específico do Serviço Social, os princípios que norteiam a formação profissional presentes nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABEPSS), entre elas as dimensões investigativa e interventiva. A relação complementar entre ensino, pesquisa e extensão vai ser problematizada abaixo, cabendo por agora apenas afirmar que a interdisciplinaridade na extensão pode vir a fomentar a interdisciplinaridade também no ensino e na pesquisa, pois o olhar coletivo e múltiplo sobre o aspecto imediato da realidade social pode levar a um questionamento potencializado das representações imediatas adquiridos na vivência e dos conceitos adquiridos no ensino, bem como possibilitar uma pesquisa que considere mais e mais diversos aspectos do objeto. Em relação à extensão em si, a presença de estudantes de cursos diversos estimula um contato mais rico com a realidade, inclusive no que se refere ao que foi aqui designado como perspectiva de alteridade e a ser explicado à frente.

Outro aspecto das falas e a ser ressaltado é o citado por Ernesto sobre o caráter socioeducativo que pode ser vislumbrado na prática extensionista. Segundo Ernesto, a prática extensionista do grupo ao qual pertenceu, o NATRA, teria esse viés. Tomando por base essa declaração de Ernesto, as suas demais a serem analisadas e a dos outros entrevistados, parece possível afirmar que todos veem um caráter realmente pedagógico no que se entende por extensão comunicativa, conceituada no capítulo anterior e a ser retomada à frente. Conforme visto no capítulo anterior, apesar de a contraposição entre extensão e comunicação feita por Paulo Freire se basear na distinção entre o caráter monológico e bancário da primeira e o dialógico e emancipador da segunda, conserva-se aqui o termo “extensão” por ele ter sido

consagrado jurídica e institucionalmente como uma das funções da universidade, de modo que, mais do que negá-lo, seria importante dar-lhe outro significado. A proposição do termo “extensão comunicativa” remete à institucionalização do termo “extensão” realizada pela Constituição Federal – “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” – e incorpora a discussão realizada por Freire: desse modo, a disputa pelo conteúdo do termo e pelo sentido da atividade de extensão é colocada como necessária no ambiente institucional universitário, politizando a discussão. A crítica de Freire ao termo “extensão” evidentemente estava muito mais concentrada na questão do conteúdo e do sentido do que na da expressão e a contraposição entre “extensão” e “comunicação” têm um caráter, sobretudo, semântico. Desse modo, pensa-se possível dizer que se a prática extensionista, incluída entre as funções institucionais essenciais da universidade orienta-se pela pedagogia emancipatória e dialógica de Freire, pode ela ser designada como “extensão comunicativa” sem prejuízo da politização de seu sentido.

Assim como a extensão universitária possui uma dimensão pedagógica – que pode ser, como dito, emancipatória e dialógica ou opressiva e monológica –, o Serviço Social também. Um dos estudos clássicos sobre a questão é a obra *Serviço Social e a Organização da Cultura*, de Marina Maciel Abreu (2002), no qual a autora, utilizando-se precipuamente dos construtos teóricos de Gramsci (1982), vislumbra essa dimensão pedagógica, que pode assumir diversos sentidos. Assim, no contexto da formação da profissão como resposta às expressões da questão social decorrentes da lógica de acumulação capitalista, o Serviço Social exercia, como dito, uma atividade de amoldamento ideológico e resignação religiosa. Pode-se dizer que a dimensão do Serviço Social, nesse contexto, apresentava um caráter bancário, opressor e monológico, justamente porque não partia de uma perspectiva pedagógica da participação e da emancipação das classes subalternizadas, mas de uma “pedagogia da ajuda”. A consolidação da perspectiva da Intenção de Ruptura e o engajamento das vanguardas da categoria profissional nas lutas sociais contra o regime ditatorial brasileiro e pela redemocratização (PAULO NETTO, 2007) não apenas foram decisivas para a consolidação do atual projeto ético-político profissional e para a aproximação ao projeto societário das classes trabalhadoras, mas também para a transformação do sentido dessa dimensão pedagógica do Serviço Social, que passa a orientar-se na direção da superação da ordem capitalista.

Por fim, outro ponto das falas sobre a prática extensionista a ser apenas citado, porque será abordado à frente, é o atinente à mobilização dos estudantes, a partir da extensão, em

torno de causas e disputas políticas no bojo da comunidade universitária, como bem destacou Simone. Esse aspecto se conecta a outro lembrado por Tarsila – a parceria entre os dois grupos na execução de alguns projetos:

Também desenvolvemos algumas atividades em parceria com NATRA – Núcleo Agrário Terra e Raiz que atuava junto ao assentamento localizado na Fazenda Boa Sorte. Estas atividades também estavam relacionadas à alfabetização de adultos (TARSILA).

3.4 O tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão

Em relação ao tripé universitário, todos os entrevistados apontam para a importância dele na formação universitária. Entretanto, apontam também para a não efetivação dos componentes desse tripé de forma equânime, bem como indicam a sua defasagem, especialmente em relação ao ensino. Nas falas de Olga e Pagu, é possível perceber a importância dada ao tripé universitário como uma possibilidade de formação integral. Cabe ressaltar que para além de sua importância em termos de formação acadêmica, foi ressaltado o aspecto político presente no tripé: foi lembrado que aumenta cotidianamente o número de projetos de extensão com ênfase mercadológica e que o conceito de extensão a que as entrevistadas se vincularam e o qual defendem apresenta um viés diferente desse, viés consonante com o que se caracterizou aqui, a partir da discussão terminológica fomentada por Paulo Freire, como *extensão comunicativa*. A vinculação entre essa proposta de extensão comunicativa, vivenciada pelas entrevistadas, e a perspectiva freireana foi explicitamente ressaltada. Assim, a pergunta “como você analisa o tripé da universidade – ensino-pesquisa-extensão?” foi respondida por Olga e Pagu como segue:

Como essencial para a formação profissional, entendo que é através da articulação dessas três atividades que a formação se dá de forma integral, numa perspectiva de educação que vai para além da formação para o mercado de trabalho, mas amplia a formação para a vida, para uma atuação crítica em sociedade, o que para mim se constitui de fato o papel da universidade, papel este que vem sendo precarizado avassaladoramente devido a essa tendência mercadológica do ensino superior (OLGA).

O tripé da Universidade é a base de formação para os estudantes, pois oferece na formação profissional, a oportunidade de construir um saber para além das bases da educação institucional. A (re)produção de um saber em sala de aula é apenas uma forma de introdução ao conhecimento científico. A complementação da pesquisa e extensão permite que este conhecimento seja produzido para além dos muros da

Universidade, permitindo um olhar mais crítico e geral da realidade (PAGU).

Simone pontuou ainda, em sua resposta à mesma pergunta, a importância do tripé universitário, principalmente a extensão, no favorecimento do contato com a realidade, com o que se supera o academicismo e reafirma o compromisso político de que o tripé está imbuído:

Penso que a articulação do ensino, pesquisa e extensão são fundamentais para uma formação sólida, sobretudo nas universidades públicas, pois possibilita que o graduando tenha o contato com a realidade para além do mundo acadêmico e, possa propor estudos que vão ao encontro das necessidades da população na perspectiva de transformação da sociedade (SIMONE).

Tarsila corrobora o que foi dito, destacando que o tripé deveria ser condição de formação:

O tripé ensino – pesquisa – extensão possibilita ao aluno uma experiência única e rica de formação. A pesquisa nos convoca a uma postura científica, a produzir conhecimento, a compreender um fenômeno social, a relacionar teoria e prática. A extensão nos convida a perceber as necessidades da comunidade e sociedade em que vivemos, a socializar o conhecimento que produzimos e ao mesmo tempo essa experiência configura um importante aprendizado para nós alunos, aprendizado de novas culturas e saber popular. O ensino nos prepara para a vida profissional. Assim, esse tripé é fundamental e deveria ser condição única de formação em todas as universidades, pública ou particular (TARSILA).

Pondere-se, contudo, que, no atual cenário de mercantilização do ensino superior, raras são as universidades que contam com atividades muito para além do ensino, o que denota a deficiência de pesquisa e extensão. Apesar de demandar recursos e estrutura de que a grande maioria das universidades brasileiras não dispõe, a pesquisa ainda conta com certo prestígio, o que relega a extensão a um plano absoluto e infelizmente secundário, sendo, na maioria das vezes, relegada a cursos pontuais ou até mesmo a projetos que colidem frontalmente com a ideia de extensão comunicativa, como projetos que se identificam justamente com o significado de extensão criticado por Paulo Freire: projetos que assumem a comunidade universitária e seus membros como portadores de um saber a ser piedosamente estendido à comunidade não universitária – quando não comercializados (justamente por meio de cursos pagos de formação ou por meio de serviços de assistência técnica – numa via de

mão única que acaba desprestigiando o estabelecimento de um vínculo de duplo sentido, comunicativo, e a possibilidade de um mútuo aprendizado.

Frida aponta a discrepância de financiamento entre pesquisa e extensão, fato já evidenciado na comparação entre os entrevistados que perceberam bolsas voltadas a fomentar atividades de extensão e entrevistados com bolsas voltadas ao fomento da pesquisa: embora os onze entrevistados tenham desenvolvido atividades de extensão, apenas três foram beneficiários com bolsas voltadas a esse fim.

A efetivação do tripé universitário é prejudicada por existir um incentivo desigual para os três eixos do tripé, enquanto a pesquisa é financiada por diversos órgãos de fomento a extensão tem dificuldade de se desenvolver por falta de financiamento (FRIDA).

Nas considerações de Joana, a mesma destaca a possibilidade de participar de atividades de ensino e extensão como um privilégio, referendando a ideia de haver discrepância entre os três pontos sustentadores do tripé universitário:

Em especial na UNESP/Franca-SP, tive o privilégio de experimentar um tripé “não tão manco” assim, mas percebo ser realmente um privilégio. Essa articulação do tal tripé precisava ser mais levada a sério pelos “chefões” das universidades, entendo este trabalho como algo completo, importando-se com o humano, enxergando o ser como alguém completo, complexo e não fragmentado, especialmente por ser esta uma faculdade com cursos de humanas, para não esbarrar no praticismo, e não ficar fechado a leituras, iniciando-as pela realidade e assim, posteriores pesquisas, sendo todos esses âmbitos importantes (JOANA).

As ponderações de Ernesto lembram ainda, em uma perspectiva mais rígida em relação ao papel do tripé universitário, que o impacto do modelo societário e de sociabilidade ocasiona a crise do próprio tripé, que, conseqüentemente, é apenas um reflexo da crise do ensino universitário como um todo, a cada dia mais precarizado, seja pelo sucateamento e má gestão da universidade pública, seja pela precarização da situação de professores e demais funcionários de instituições privadas (precarização dada pelas pressões do próprio mercado), seja ainda pela mercantilização do serviço público de educação, seja pela desoneração do Estado nesse campo: por mais que programas como o PROUNI constituam uma das únicas vias de acesso de grande parte da população ao ensino universitário, é inegável que transferem a execução de um serviço de caráter público à iniciativa privada, o que traz como grave consequência a mercantilização do ensino, sua descaracterização como direito e a

generalização da precarização que os trabalhadores das universidades privadas (e, conseqüentemente, a qualidade de ensino) sofrem. Se o ensino sofre direta e fortemente os impactos dessa crise da universidade – face particular da crise da sociabilidade capitalista e dos projetos societários ligados à emancipação –, a extensão, perna, como dito, já desprivilegiada do tripé, enfraquece-se ainda mais.

É inegável a importância do tripé universitário no processo de formação acadêmica. Contudo, a reflexão acerca do tripé não pode ser dissociada dos processos de precarização existentes no sistema educacional brasileiro. E, infelizmente por isso, o tripé universitário brasileiro manca com sofreguidão entre as veredas do pragmatismo e da concepção produtivista que invadiu a universidade. Em função disso, o ensino carece de reflexões críticas, a pesquisa é amparada por estudos que levam de nenhum lugar a lugar nenhum e a extensão é abandonada nos porões da universidade. Diante deste quadro, é possível inferir que o tripé universitário se encontra em um processo de crise e, notadamente, está perdendo espaço no contexto universitário. O resultado mais brutal deste processo é a formação de um exército de força de trabalho cada vez mais insensível e indiferente com as manifestações da realidade, e não de sujeitos críticos capazes de questionar o modo de produção e reprodução da vida social sob a égide do capital (ERNESTO).

Assim, em resumo, a crise do sistema de ensino, extremamente aguda em suas bases (ensinos fundamental e médio), atinge a universidade de modo premente e com força crescente. Se a universidade pública acaba sendo, de certo modo, uma última barreira à instalação generalizada dessa crise – pois apesar das diversas vicissitudes, apresenta níveis de produtividade maiores do que os das instituições privadas, abriga os poucos focos de uma extensão comunicativa e crítica e ainda oferece uma qualidade de ensino superior à das instituições privadas (com poucas exceções) –, o ensino superior privado dá mostras claras de precarização, pois nesse espaço a qualidade do ensino tende a ser baixa (pois mesmo em padrões mercadológicos, a força de trabalho ali formada tende a ser menos qualificada do que a formada nas universidades públicas), a pesquisa é exígua e a extensão é, quando não existente, identificada com um conceito não crítico ou simplesmente equivocado, como um espaço de qualificação profissional “extraclasse”.

Por isso a temática da função da universidade nos marcos da sociabilidade atual, discutida na parte antecedente, é tão premente: a crise do modelo de sociabilidade capitalista impõe à universidade a demanda por criação de especialistas, como o técnico que, em sua especialidade, domina um corpo de conhecimento de caráter, sobretudo, técnico, voltado à solução de problemas localizados e não ao questionamento da lógica ou padrão de

sociabilidade que gera tais problemas; é à formação do especialista ou à do intelectual, justamente a figura do indivíduo voltado não prioritariamente à solução, mas antes ao questionamento da dinâmica que leva ao aparecimento de crises e mazelas de sociabilidade, que deve a universidade privilegiar? A importância da prática extensionista, sobretudo de uma extensão comunicativa e crítica, que proporcione leitura de mundo, parece evidenciar-se claramente como imprescindível, juntamente ao ensino e à pesquisa, para a formação do tipo social do intelectual. Contudo, não obstante a resposta a essa questão, a crise da sociabilidade capitalista na particularidade do cenário brasileiro de capitalismo dependente leva igualmente ao prejuízo na formação de especialistas, pois seus reflexos sobre a precarização do ensino e da pesquisa recrudescem exatamente essa questão.

Ao destacarem o que foi fundamental para sua formação profissional, os assistentes sociais entrevistados apontaram diversos fatores, destacando a possibilidade de participação nos três pontos do tripé universitário, a experiência do ambiente universitário e a participação no movimento estudantil. As falas de Frida, Olga e Clarice assinalam o tripé universitário como basilar à estruturação da universidade e afirmam a imprescindibilidade da extensão, por proporcionar contato com a realidade social em suas expressões aparentes e, contudo, muitas vezes alheias a muitos estudantes.

A participação efetiva no ensino-pesquisa-extensão foi fundamental para a obtenção das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, necessárias para a formação do assistente social, além de proporcionar uma visão de totalidade da realidade brasileira que se reflete em meus atendimentos no espaço em que atuo. Outros elementos também foram importantes para minha formação profissional, como a permanência estudantil e a participação no movimento estudantil (FRIDA).

Entendo que a formação profissional continua pela vida, então muitas coisas têm sido fundamentais. Se focarmos, por exemplo, na graduação, algo inicialmente fundamental, tratou-se do suporte da assistência estudantil e das possibilidades de iniciação científica, que me garantiram não somente aprofundar o conhecimento teórico, como também ter algum suporte material para fazê-lo. Esse aspecto não deve ser menosprezado e aponto aí, a necessidade do cuidado e acompanhamento desses aspectos junto aos ingressantes das universidades. Meu ingresso na universidade veio acompanhado de uma experiência no movimento estudantil, o que facilitou meu aprofundamento crítico sobre o próprio processo de ensino-aprendizagem (FRANCISCA).

Exatamente a possibilidade de articulação do tripé: ensino-pesquisa-extensão, que me fez reconhecer que o conhecimento está além da sala de aula, que também se dava nas minhas vivências das atividades de extensão, mas que também deveria ser fortalecido através da pesquisa (OLGA).

Na minha formação profissional tive acesso às dimensões que compõem o tripé da Universidade, sendo esse um fator que considero de extrema importância para o aprendizado teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. No entanto, atribuo destaque à extensão universitária através do Núcleo Agrário “Terra e Raiz”, por se constituir no espaço que possibilitou a articulação dessas dimensões, contribuindo para o maior aproveitamento dos demais âmbitos da formação profissional (ensino e pesquisa). Outro ponto de destaque foi o subsídio da Universidade à participação nos espaços coletivos de debate e formação constituídos pelos congressos, seminários e demais eventos da categoria profissional e temáticas afins, permitindo o acesso à formação complementar e contribuindo para o alinhamento ao projeto ético-político profissional (CLARICE).

Sem dúvida a extensão universitária e o incentivo à pesquisa. O NATRA constitui-se como um espaço de constante troca e aprendizado. A vivência coletiva, a tomada de decisões, a elaboração e a execução de tarefas, assumir responsabilidades, tudo isso enriquece a vida acadêmica ampliando as possibilidades dos graduandos para além do ensino. Já a pesquisa proporcionou a busca incessante pelo desvendamento da realidade, o estímulo para a participação em eventos, realização de leituras, o aperfeiçoamento da escrita, entre outros. Acredito que o diferencial na minha formação sem dúvida foi poder vivenciar ensino-pesquisa-extensão de maneira intensa durante os anos de faculdade (SIMONE).

Frida e Clarice relacionam a participação nos três elementos do tripé como fundamental para obtenção das diversas competências que embasam seu exercício profissional, com destaque para a extensão, por possibilitar uma perspectiva de totalidade da realidade brasileira (Frida) e a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do aprendizado (Clarice). Assim, percebe-se a importância atribuída pelas entrevistadas à extensão não apenas por si mesma, o que já seria algo considerável, mas pelo seu retorno sobre os outros elementos componentes do tripé. As falas de Olga e Simone demonstram justamente a compreensão de que há complementaridade entre os elementos desse tripé, pois o aprendizado em sala de aula, com seus elementos abstratos e gerais, seria confrontado com a particularidade das vivências e atividades da extensão, o que, por sua vez, fomentaria a formulação de problemáticas a serem enfrentadas na pesquisa. Como dito no capítulo anterior, é evidente que a pesquisa não deve ter serventia apenas intramuros universitários, deve retornar à sociedade, possibilitando a construção de uma autoimagem e a percepção das dinâmicas e mazelas a emperrarem a construção de uma sociabilidade satisfatória, orientada para a emancipação humana. Cabe salientar, ainda, que em sua fala Francisca aponta um aspecto importante: a continuidade da formação para além do período de graduação ou pós-graduação, o que leva a pensar a importância de se valorizar a universidade como espaço de formação, mas a não tomá-la como o único.

Frida e Francisca também se referem à participação no movimento estudantil, revelando que a vida universitária não se resume ao tripé ensino-pesquisa-extensão e que há outros espaços de formação política e de fomento de participação substancialmente democrática: assim, a participação no movimento estudantil, indicada como importante para a formação profissional, também pode traduzir-se, no caso dos assistentes sociais, em experiências que fomentem as dimensões éticas e políticas do exercício profissional e da participação político-democrática.

Frida e Francisca se referem ainda como imprescindível à permanência estudantil. O interessante da fala de Frida é a conjunção desses diversos elementos como importantes para sua formação, e a fala de Francisca indica mais do que uma possível e desejável interlocução entre eles, mas uma necessária interlocução: o ensino fornece instrumentos de leitura da realidade a serem confirmados ou refutados pela prática extensionista e a serem aprofundados e retificados por meio da pesquisa; o movimento estudantil aponta para a dimensão política da função social da universidade e para a importância de integração do estudante ao processo coletivo de tomada de decisões, por meio de ações diretas ou de participação por meio das vias institucionais, tanto na universidade quanto na vida social mais ampla; a permanência estudantil problematiza a situação do estudante como partícipe da sociedade, como um sujeito determinado inserido na objetividade social, afetado por ela e potencialmente ativo frente a ela. Todas essas características apontadas são de extrema importância não apenas para a formação cidadã (e uma formação cidadã a buscar a superação da condição de cidadania limitada pela sociabilidade burguesa), mas para a problematização da inserção política e socioestrutural da profissão e dos membros da categoria profissional. Pagu reafirma os pontos destacados das falas de Frida, Olga e Clarice e refere-se à universidade como um meio, e não um fim.

Aproveitar todas as oportunidades que a Universidade nos proporciona: contato com professores, participação em congressos, seminários e palestras, desenvolvimento de projeto de iniciação científica, estágio com bons profissionais, participação em movimento estudantil e representações em órgãos colegiados discentes, e, principalmente, buscar na formação universitária não um fim, e sim um meio. Fui privilegiada por encontrar na minha formação: professores, orientadores e supervisores comprometidos e, que de alguma forma, contribuíram em muito para minha vida profissional (PAGU).

“Meio para que fim?” haveria de se questionar, e a coesão de sua declaração aponta como finalidade justamente a aquisição e desenvolvimento das competências necessárias ao

exercício profissional e à vida social, de modo que a convivência com “professores, orientadores e supervisores comprometidos” são não apenas de extrema contribuição para a formação profissional, mas também para a percepção do estudante e futuro profissional como sujeito inserido em uma coletividade, a qual não deve reproduzir de modo fetichista, mas criticamente, captando, questionando, criticando ou valorizando os empecilhos e as possibilidades postos à expressão das potencialidades humanas subjetivas (individuais) e genéricas (objetivas).

Cabe destacar, contudo, que as “oportunidades” referidas por Pagu restringem-se na grande maioria das vezes à universidade pública e a estudantes que disponham de condições objetivas (socioeconômicas) de se dedicarem a tais atividades, daí se reafirmando a importância dos programas de permanência estudantil e da concessão de bolsas para atividades de pesquisa e extensão. Deve-se lembrar de que a maioria dos participantes da pesquisa necessitou de assistência estudantil para manter-se na universidade – e a importância dos programas de permanência estudantil mesmo para a dedicação à pesquisa ou à extensão foi destacada por Francisca –, o que provavelmente aponta para o perfil socioeconômico majoritário dos estudantes de Serviço Social (pelo menos no espaço pesquisado): a origem nas camadas mais subalternizadas e espoliadas das classes trabalhadoras. As dificuldades encontradas pelos estudantes trabalhadores, já apontadas, reforçam essa discussão.

Portanto, problematizar o estudante como um sujeito social, isto é, um indivíduo que existe em e por meio de uma objetividade social, implica considerar sua origem de classe, sua inserção e a de sua família na dinâmica societária, nas estruturas de distribuição e nas possibilidades de consumo – e não se deve confundir consumo, aspecto da vida humana essencial à sua manutenção e à satisfação de suas necessidades legítimas, com “consumismo”, mais uma das abundâncias reificantes próprias do capitalismo; assim, distribuição e consumo devem ser identificados com a possibilidade de acesso a bens, serviço (inclusive públicos) e efetivação de direitos que fomentem a vida humana e seu desenvolvimento. Nesses termos, há de se ponderar que o padrão de sociabilidade capitalista apresenta diversos rebatimentos também sobre as possibilidades de permanência estudantil e de dedicação à pesquisa ou à extensão. Assim, como verificado, embora todos os entrevistados tenham sido bolsistas, uma minoria absoluta gozou de bolsas voltadas à extensão, dado indicativo não apenas da hierarquização entre os elementos constituintes do tripé universitário, mas indicativo também da rendição da universidade, mesmo a pública, aos padrões impostos e exigidos pelo mercado e pela sociabilidade enviesada que por meio dele se manifesta.

O modo como a crise do padrão de acumulação capitalista, os limites à efetivação da subjetividade (que se dá por meio do acesso aos construtos culturais objetivos, entre bens e formas de relação social) e a pressão do mercado incidem sobre a universidade – exigindo mais especialistas que intelectuais, desprestigiando ou deturpando a prática extensionista, amarrando e direcionando a pesquisa – apresenta rebatimentos sobre o estudante, como indivíduo circunstanciado no meio social, e acaba, muitas vezes, por elitizar as atividades de pesquisa e extensão, dadas em um meio já tão elitizado como a universidade pública. Daí novamente a imprescindibilidade da articulação dos elementos citados na fala de Olga – tripé ensino-pesquisa-extensão, participação no movimento estudantil e acesso a programas de permanência estudantil –, pois é por meio da vivência desses aspectos da vida universitária que o estudante poderá não apenas ter contato com ou participar de determinado espaço (a comunidade em que atua por meio da extensão e a própria comunidade acadêmica) representativo do todo social, mas perceber os reflexos dessa sociabilidade mais ampla, com todas suas mazelas e possibilidades, nesses espaços.

Com a elitização das atividades de pesquisa e extensão – elitização decorrente, saliente-se, da própria dinâmica social reificante e espoliadora –, o participante da extensão comunicativa é colocado não apenas diante do reconhecimento de sua condição de classe, mas ante a necessidade de uma *opção de classe*, a se materializar não somente no contato com a comunidade em que atua na prática extensionista, mas também ante seus companheiros de grupo, a serem percebidos, membros da comunidade e companheiros, como sujeitos humanos também circunstanciados, dotados de uma história, de sonhos, de possibilidades e de limites. O confronto com os aspectos da realidade social aparentes por meio da participação no movimento estudantil e no acesso a políticas de permanência apenas soma a essa questão, reforçando a necessidade de compromisso e coerência ética ante a opção de classe feita. Em suma, a estruturação da prática da extensão comunicativa e crítica coloca ao extensionista não apenas a imperatividade do respeito à alteridade, algo imprescindível a uma comunicação horizontal e emancipatória, mas também a imperatividade da solidariedade direcionada aos membros da comunidade e aos companheiros extensionistas, pois somente dessa forma pode-se dizer que a extensão comunicativa se orienta verdadeiramente pelos preceitos freireanos.

Ao considerarem a contribuição da extensão universitária, todas as respostas assinalaram a sua importância, como apontado na sequência. Clarice e Simone apontam significativas contribuições da extensão para sua formação e lembram pontos como a interdisciplinaridade, a articulação política no contexto universitário e o desenvolvimento de habilidades e competências que se mostrariam importantes para sua futura atuação

profissional (tais como habilidade de planejamento, trabalho com grupos na perspectiva da educação popular e posicionamento estratégico e propositivo):

A extensão universitária consistiu-se num espaço de aprendizado pessoal e profissional, que contribuiu para a construção de uma leitura mais crítica da sociabilidade vigente e possibilitou maior profundidade no processo de formação profissional. A vivência da interdisciplinaridade no trabalho grupal, o conhecimento da organicidade e a atuação junto a movimentos sociais de luta pela terra – em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, a mobilização cotidiana no contexto da universidade para a defesa da extensão universitária e dos movimentos sociais, possibilitaram o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a atuação profissional (planejamento, trabalho com grupos na perspectiva da educação popular, posicionamento crítico, estratégico e propositivo, dentre outras). Devido às características do Núcleo Agrário “Terra e Raiz”, no qual foi possível a vivência não apenas das atividades de extensão, mas também de estágio curricular e pesquisa, avalio que foram supridas algumas das lacunas no processo da minha formação profissional relacionadas à dimensão do ensino (CLARICE).

Como relatei anteriormente, a contribuição foi muito grande. O contato com os movimentos sociais e a temática agrária foi extremamente enriquecedor. Considero que tive um amadurecimento político importantíssimo nesse período. A convivência interdisciplinar, a metodologia de Paulo Freire, o dia a dia de um acampamento, as vicissitudes daquela situação ensinou muito sobre a vida e reafirmou meu posicionamento a favor da população e na direção da construção de uma nova sociedade (SIMONE).

Outro ponto importante citado por ambas diz respeito à articulação política no meio universitário para a defesa não apenas da extensão, mas também dos movimentos sociais: como dito sobre o projeto ético-político profissional, como projeto coletivo ele se apresenta ligado a uma coletividade particular, que é sua base de sustentação, sua materialidade social, mas concomitantemente serve de veículo de expressão de outro projeto coletivo mais amplo, o projeto societário vinculado à classe trabalhadora. Ora, pelo menos no caso verificado na pesquisa, pode-se dizer que a vinculação dos assistentes sociais entrevistados ao projeto societário das vanguardas das classes trabalhadoras já se deu nos tempos de graduação e, nesse sentido, a importância da extensão talvez só encontre paralelo na participação no movimento estudantil e mesmo assim com clara diferença de peso entre os dois: nada impede a vinculação do movimento estudantil às causas da classe trabalhadora (pelo contrário, constantemente ocorre tal vinculação), mas, sendo estudantil, o movimento se organiza necessária e precipuamente em torno de causas estudantis, isto é, as causas estudantis podem, como constantemente ocorre, não ter centralidade em diversos momentos, mas gozam de primazia sobre as demais, pois, diferentemente, tratar-se-ia de qualquer movimento social e

não propriamente de um movimento estudantil; a extensão universitária não se organiza precipuamente em torno das demandas estudantis, mas das demandas colocadas pela comunidade com que atuam, muitas vezes sendo essa comunidade um movimento social (como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.) ou qualquer outro setor organizado das classes trabalhadoras – tal aspecto é notório no caso do NATRA.

Olga e Francisca explicitam essa aproximação ao projeto ético-político do Serviço Social pela mediação da prática extensionista, salientam a importância da extensão em sua conexão com o ensino, e Francisca considera que a extensão constituiu para ela fator de incentivo pessoal para não abandonar o curso de graduação:

Sim, sem dúvida. A participação na extensão consolidou o direcionamento ético-político que nos é apresentado em sala aula na formação em Serviço Social, porém pude vivenciar essa opção antes mesmo de travar os grandes debates teóricos, devido a minha inserção imediata na extensão quando ingressei na universidade, o que colaborou para acelerar o meu processo de amadurecimento sobre tal temática e me ajudar a compreender sua materialização de modo que esse direcionamento saísse do campo do idealismo para se ver materializado em nossas ações cotidianas, o que avalio como a grande aprendizagem da prática da extensão, pois auxilia nessa compreensão da relação teoria-prática, algo que é tão caro e imprescindível ao profissional de Serviço Social (OLGA).

Já sobre a extensão, posso dizer que foi esse trabalho que manteve o ânimo de continuar a faculdade quando perdi a atração pelas disciplinas. Tive professores que dormiam na sala, professores que diziam que alunos que faziam serviço social tinham “cabecinha”, professoras que trabalhavam fontes teóricas densas sem o mínimo comprometimento necessário. E isso, no conjunto, é desanimador. É claro que tive excelentes professores, que foram e continuam sendo referência para mim, contudo, infelizmente foram minoria, nesse contexto. Nesse sentido, a extensão se tornou em minha história, o espaço de concretude no processo de ensino aprendizagem, foi nesse espaço que consolidei minha posição ética e política. Quando consegui entrar na rebelião na Cadeia, em 1999 e vi nos cartazes de reivindicações dos presos, frases que trabalhávamos na semana, visualizei a importância que a extensão assumia naquele ambiente (FRANCISCA).

Boa parte dos entrevistados destacou a possibilidade, trazida pela extensão, de aproximação a indivíduos e suas condições de vida de um modo que não poderia ser oportunizado por outras vias na universidade:

A participação na extensão possibilitou o contato com sujeitos que têm seus direitos negados e se organizam para lutar por eles, desde o início da minha graduação. Assim como o contato com movimentos sociais e organizações dos trabalhadores, o que foi fundamental para que minha formação

profissional não fosse descolada da realidade com a qual teria contato no trabalho como assistente social (FRIDA).

A contribuição da extensão em meu processo de formação pessoal e social foi extremamente significativa, principalmente por oportunizar o contato com pessoas e realidades com as quais não seria possível ter somente com o processo de ensino e de pesquisa. Até pelo fato de minhas vivências estarem enraizadas no universo do mundo urbano, a extensão serviu como uma travessia para enxergar o mundo rural de outra forma. Talvez este seja o maior débito que eu possuo com relação à extensão universitária (ERNESTO).

A extensão universitária foi uma experiência riquíssima em minha formação, pois me possibilitou contatos com diferentes realidades sociais – dos presos na Cadeia Pública de Franca/SP, dos assentados na Fazenda Boa Sorte, também em Franca/SP, e dos alfabetizados e professores em Cidelândia/MA. É como redescobrir o município em que se vive e, mais ainda, outra realidade do Brasil, além da importância dos movimentos sociais e do coletivo. Como nossa proposta de trabalho estava centrada em Paulo Freire, aprendemos que não estávamos ali na condição de mestres, estávamos ali em uma relação horizontal, dialógica e também de aprendizado. Isso transformou minha concepção de vida e atravessou minha formação profissional (TARSILA).

Como já dito, a extensão foi essencial em minha formação, especialmente o grupo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), que considero ter proporcionado inclusive a vivência do tripé universitário. Os desafios encontrados, que não foram poucos, internamente e muitas vezes externamente, também trouxeram ou acrescentaram uma visão de homem e de mundo que enxerga injustiças, enfim, muitas expressões da questão social e logo se pensa: aqui, algo tem que ser modificado, ou melhor, transformado, e aí se pensa no “como”, olhando cada um como protagonista, como detentor de direitos, muitas vezes um detentor que não sabe disso, então, a partir da informação-ação, somos companheiros de luta; eu e você=nós, de forma igualitária (JOANA).

A finalidade do conhecimento é descortinar a estrutura da realidade. Isso se dá de diversas maneiras, e uma delas é a elaboração teórica, que implica, conforme visto ao se comentar a proposta metodológica de Marx, a capacidade de abstração, isto é, a capacidade de se passar do momento do imediato, particular e abstrato ao momento do mediado, geral e concreto, porque mesmo a concreticidade sendo uma “pressuposição prévia e efetiva”, ela apenas pode ser percebida como algo abstrato, como totalidade caótica ou amorfa a ser reproduzida como “concreto pensado” e percebida como tal. Assim, embora a abstração, que leva à captação do aspecto abstrato da realidade e à sua reorganização como “concreto pensado”, assuma um papel proeminente, normalmente associado à pesquisa e, quando muito, ao ensino, o depoimento dos entrevistados leva a concluir que a extensão também é espaço de

abstração, de desvendamento da estrutura mediada da realidade e, portanto, da construção de conhecimentos.

Nesse sentido, vários aspectos dos depoimentos dos entrevistados podem ser destacados e talvez o mais significativo deles seja um presente na fala de Tarsila: ela se refere a “redescobrir o município em que se vive” (no caso, Franca). Logo, a extensão lhe proporcionou uma experiência que lhe possibilitou redescobrir seu próprio espaço de vida social, sua cidade, como algo mais concreto, mais pleno de mediações, pois a extensão a colocou em contato com outros aspectos de uma realidade que não se poderia dizer que conhecia mal ou desconhecia. Não desconhecia, mas passou a conhecer, devido à extensão, de uma forma mais concreta do que antes conhecia. Ocasionar a negação da percepção imediata não é certamente uma das finalidades do conhecimento (inclusive do conhecimento científico), mas um de seus efeitos na passagem do abstrato ao concreto, do específico ao geral (e de volta ao específico), do imediato ao mediado. O depoimento de Tarsila remete certamente à riqueza da proposta de método de Marx, pois a prática extensionista lhe possibilitou a desmistificação da percepção imediata e abstrata da realidade em prol de uma conceituação mais concreta, inclusive a orientar sua intervenção como extensionista e futuramente como profissional. Assim, a extensão, guiada pela perspectiva de totalidade, fornece a experiência necessária para a elaboração da vivência em conceito, o que remete ainda à consideração de Freire (1988, p. 34):

Ao não perceber a realidade como totalidade, na qual se encontram as partes em processo de interação, se perde o homem na visão “focalista” da mesma. A percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela.

No caso de Ernesto, extensionista do NATRA, a possibilidade de travar conhecimento com uma realidade que lhe era estranha e passar a ter uma nova percepção sobre ela é evidente, pois, conforme se depreende de sua fala, Ernesto é oriundo do ambiente urbano e a extensão lhe possibilitou contato com o ambiente rural e as formas de sociabilidade que lhe são específicas, fato referido inclusive como “o maior débito que eu possuo com relação à extensão universitária”. O contato de Ernesto com o campo e com os movimentos sociais de luta pela terra não era direto, mas não se poderia dizer que não possuísse anteriormente certa representação de meio devido à absorção de reiteradas descrições com largo trânsito social. A dimensão simbólica é certamente um dos sistemas que mediam o acesso à realidade e que inclusive permitem reproduzi-la como concreto pensado: sem linguagem não é possível a

elaboração e a transmissão de conhecimentos, e mesmo Lukács (2004) admite que o trabalho, mesmo sendo a categoria fundante do ser social a gozar de primazia ontológica sobre as outras, é apenas uma abstração sem correspondência na realidade quando considerado isolado de sua conexão com a linguagem e as demais categorias do ser social²⁹. Todavia, a dimensão simbólica também pode, como constantemente acontece, conduzir a uma mistificação do real ao se organizar como ideologia. Não obstante, devido à impossibilidade de contato direto com todas as parcelas e aspectos do real³⁰, muito do que chega às pessoas sobre a realidade são representações que, por diversos motivos no contexto da sociabilidade, tornam-se socialmente hegemônicas e se reproduzem como uma estrutura mais ou menos internalizada. Assim, a extensão foi tão importante para Ernesto, para que retificasse sua representação prévia de algo com que não tinha contato, quanto foi para Tarsila, para que retificasse a representação de algo com que tinha contato, mas do que estava a ignorar diversos aspectos.

Outro aspecto que é possível flagrar nos depoimentos é o referente à percepção da alteridade possibilitada pela extensão. Ao perceber-se o outro como igualmente sujeito da história e da construção da sociabilidade, estabelece-se a condição de contato dialógico que permite desvendar uma diversidade de aspectos da realidade. Passa-se também a uma compreensão mais profunda da própria condição de sujeito inserto no mundo. A percepção da alteridade é condição da percepção de si mesmo como partícipe do gênero humano. Essa dimensão de alteridade e integração ao gênero é clara na fala de Joana. A percepção da alteridade implica reconhecer o outro como sujeito ativo e protagonista, apto a organizar-se em diversas lutas, como a luta por direitos, apto a constituir-se como parceiro na elaboração e realização de projetos coletivos. A percepção da alteridade implica ver-se no outro não um limite à individualidade – como ocorre com o conceito burguês de liberdade –, mas a condição de possibilidade de realização das potencialidades individuais e genéricas do ser humano, potencialidades a serem objetivadas na cultura e a serem internalizadas por uma personalidade individual, deste modo, mais humanizada. Enfim, a percepção de alteridade é

²⁹ Um dos primeiros trechos do capítulo sobre o trabalho da Ontologia do Ser Social é o seguinte: “[...] mesmo a apreciação mais superficial mostra a indissolúvel articulação entre suas [do ser social] categorias decisivas, tais como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho; mostra novas relações da consciência com a realidade e, portanto, consigo mesma, etc. Nenhuma categoria pode ser compreendida adequadamente se for considerada isoladamente.” (LUKÁCS, 2004, p. 55, tradução nossa).

³⁰ Apenas se esclareça que o contato direto e imediato com uma parcela da realidade, como acontece com a extensão, por mais desejável ou útil eu seja, não leva à captação da verdade, pois o imediato é o aspecto abstrato e, por isso, não verdadeiro do real, e a possibilidade de captação da verdade (representação) da estrutura da realidade exige um desvio por meio da abstração, exige um distanciamento para perceber-se o imediato como mediatizado. Nos termos de Marx, a captação das categorias da realidade e de sua verdade se dá pela “[...] elaboração da intuição e da representação em conceitos.” (MARX, 1982, p. 15).

condição da construção de uma sociabilidade não alienada e humanamente emancipada. Daí a pertinência do excerto de Paulo Freire (1988, p. 44):

No momento em que um assistente social, por exemplo, se reconhece como “o agente da mudança”, dificilmente percebera esta obviedade: que, se seu empenho é realmente educativo libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele. A não ser assim, ao vivenciar o sentido da frase, não fará outra coisa senão conduzir, manipular, domesticar. E, se reconhece os demais como agentes da mudança, tanto quanto ele próprio, já não é o agente desta e a frase perde seu sentido.

3.5 Extensão e exercício profissional

No referente à contribuição da extensão para o exercício profissional, tem-se que todos os envolvidos na pesquisa ressaltaram a importância da prática e da vivência extensionista para o exercício profissional, aspecto que já se manifestou nas falas anteriores e se coloca claramente nas seguintes:

Sim e em muitos aspectos: desde o planejamento de ações, instrumentais, produção com as diferentes áreas de saber, coordenação, hierarquia, elaboração de relatórios de atividades, maior compreensão do usuário e, sobretudo, fazer a leitura da realidade para além do aparente (PAGU).

Há estreita relação, pois o GAPAF mudou minha forma de pensar o mundo, minha forma de olhar o mundo e buscar novos caminhos. Me deu a vontade de agir, com embasamento teórico. Possibilitou enxergar a articulação e construção de políticas públicas de forma diferenciada (MARIE).

O trabalho desenvolvido coletivamente no grupo de extensão possibilitou que atualmente eu tenha facilidade em atuar profissionalmente junto à equipe interdisciplinar do meu trabalho. Também pude perceber que o contato com a população através da extensão foi fundamental para que eu pudesse ter uma proximidade e respeito com os sujeitos usuários do meu espaço ocupacional, de modo que não há o estranhamento comum a outros profissionais. As discussões e ações a que tive acesso durante a extensão, como a formação da realidade brasileira, as relações de gênero, as relações e a precarização do trabalho e a organização dos movimentos sociais são muito importantes para orientar a forma como conduzo o meu trabalho profissional (FRIDA).

As falas de Pagu, Marie e Frida apontam que, para além do fomento de um tipo de capacidade a ser aproveitada pela dimensão técnico-operativa profissional, a extensão universitária lhes possibilitou uma leitura mais ampla de realidade, reforçando o que se havia

discutido no tópico anterior: o retorno da extensão sobre a pesquisa e o ensino e o consequente desvendamento do aspecto abstrato, imediato e aparente da realidade rumo a uma compreensão mais concreta, mediada e essencial. Esse tipo de compreensão apresenta seus frutos mesmo em relação a aspectos mais particulares, sendo esse o caso do exemplo dado por Marie: a articulação e construção de políticas públicas, podendo-se citar entre elas as políticas sociais.

Quando se fala em políticas públicas se está referindo a certas atividades e relações que se encontram entre as atribuições monopolizadas pela esfera político-institucional ou político-administrativa, isto é, pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). A compreensão formal da estruturação dessas políticas e seus princípios tende apenas ser adensada por meio do confronto com a realidade social, não por que essa realidade social seja, anteriormente à elaboração teórica, por si só explicativa, mas porque ela fornece elementos que permitem contextualizar as políticas e o próprio Estado ante a dinâmica social em que existem e sobre que se dirigem e, desse modo, acaba também fomentando a compreensão teórica. Desse modo, podem surgir pelo menos duas situações de profundo impacto sobre o futuro exercício profissional: o contato com a realidade social proporcionado pela extensão permite (a) que se conte com elementos para problematizar as possibilidades de efetivação das políticas públicas e sociais e dos direitos a que servem de instrumentos ante a dinâmica de reprodução das relações sociais (sociabilidade burguesa)³¹ e que (b) se possa avaliar a suficiência e insuficiência das medidas propostas ante a demanda da população usuária dos serviços (provavelmente isso é o referido por Marie como “maior compreensão do usuário”, um reflexo do contato com a realidade social, proporcionado pela extensão, sobre o exercício profissional do assistente social, ou seja, uma dimensão do que se caracterizou anteriormente como “percepção da alteridade”).

Isso por que o movimento de apreensão de representações pela vivência, crítica (ou intenção de crítica) dessas representações no ensino e na pesquisa, confronto dessas

³¹ Com isso surge a possibilidade de compreender a que Marx se refere em textos como *Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma social: de um prussiano”*: “[...] todos os Estados buscam a causa [das mazelas sociais] nas falhas *casuais* ou *intencionais* da *administração* e, por isso mesmo, em medidas administrativas o remédio para suas mazelas. Por quê? Justamente porque a *administração* é a atividade organizadora do Estado. O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele *está baseado* nessa contradição. Ele está baseado na contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. Sim, frente às consequências decorrentes da natureza associada dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências, a *lei natural* da administração é a impotência.” (MARX, 2010a, p. 39, grifo do autor).

representações e de sua crítica com parcelas da realidade a que não se tinha acesso direto e se passa a ter por meio da extensão, problematização do compasso ou descompasso dessas representações iniciais e de sua crítica ante a realidade, reelaboração de novas representações mais concretas e tendentes a tornarem-se conceitos, enfim, todo esse processo “[...] não é senão a maneira de proceder do pensamento para apropriar-se do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado.” (MARX, 1982, p. 14). Daí se refirmar novamente não apenas a imprescindibilidade da extensão comunicativa para o adensamento do ensino e da pesquisa no espaço acadêmico de formação, mas também o aspecto da extensão comunicativa como potencializadora de um exercício profissional do Serviço Social marcado por caracteres como criticidade teórico-metodológica, competência técnico-instrumental e comprometimento ético-político.

Outros aspectos do impacto da extensão sobre o trabalho profissional aparecem na fala de Frida: (a) a capacidade de articular o trabalho em grupos multiprofissionais, aptidão alimentada especialmente pela experiência de interdisciplinaridade oferecida pela extensão; (b) a particularização da percepção de alteridade, proporcionada pela extensão, no exercício profissional, o que reforça o sentido do excerto citado de Paulo Freire: devem-se reconhecer os usuários como sujeitos protagonistas do trabalho profissional tanto quanto os próprios profissionais. Embora a pesquisa enfoque os assistentes sociais, parece seguro afirmar que, por meio de uma extensão universitária dialógica e crítica, toda uma diversidade de qualificações profissionais tenderia a um exercício mais humanizado e humanizante, inclusive com a possibilidade de valer-se de uma percepção de alteridade que desmistificasse o usuário como alguém que causa estranhamento. Esse último aspecto aparece na fala de Frida justamente ao contrapor a reação de outros profissionais (talvez, entre eles, assistente sociais que não tiveram a experiência de uma extensão comunicativa) e a sua própria ante a população atendida.

As demais declarações seguem o sentido da discussão até aqui realizada, ressaltando o valor da extensão para desenvolvimento de competências úteis ao exercício profissional e apontando algumas de suas resultantes, como a percepção de alteridade e a compreensão alargada da dinâmica da realidade social, inclusive com a captação das mediações que marcam o cotidiano da classe trabalhadora, da qual provém a maioria absoluta da população atendida pelos profissionais de Serviço Social:

A extensão me preparou para a atividade profissional, possibilitou uma visão crítica da realidade social e do fazer profissional, ofereceu instrumentos de intervenção. Posso dizer que toda minha prática foi atravessada pela minha

experiência de grupo de extensão. A forma de organizar um evento, de preparar uma seleção ou uma entrevista social, de organizar uma conferência municipal ou a participação em um conselho de direitos, a forma de elaborar um relatório ou escutar o usuário, a necessidade de avaliação da prática profissional e de dar continuidade aos estudos, enfim, tudo está diretamente relacionado a minha participação nos grupos de extensão. Inclusive, hoje coordeno dois núcleos de assistentes sociais – um no âmbito judiciário e outro que agrega profissionais de diferentes áreas – que se constituem importantes espaços de formação, aprendizado e coletividade, o que reflete justamente a experiência do grupo de extensão (TARSILA).

Sim, no processo de reflexão e apreensão de determinadas manifestações da realidade da classe trabalhadora, expressas nas relações desiguais e hierárquicas de gênero, raça/etnia e de classe social que se produzem e reproduzem socialmente e politicamente no âmbito da vida social sob a égide do capital (ERNESTO).

Acredito que a experiência na extensão universitária me proporcionou consolidar elementos centrais para a formação, no caso do Serviço Social. A experiência da extensão colaborou diretamente na formação de aspectos tais como: a ética, a importância do posicionamento político em nossas ações cotidianas, a compreensão do que é uma prática pedagógica, elementos esses centrais para a minha formação como assistente social (OLGA).

A fala de Clarice sintetiza e reafirma toda a discussão realizada neste tópico sobre a categoria de análise “extensão e exercício profissional”:

A experiência vivenciada na extensão universitária contribuiu para uma leitura mais crítica acerca da realidade social, para o aprendizado político, de metodologias de educação popular, para a atuação interdisciplinar e o trabalho com grupos, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades para a atuação profissional. Nesse sentido, avalio-a como fundamental para a minha formação pessoal e profissional. Atualmente na atuação como assistente social na área sociojurídica – com atribuições vinculadas ao assessoramento técnico para realização de pesquisas, avaliação e proposições de reordenamentos de serviços e políticas públicas -, os desafios referentes ao trabalho interdisciplinar e colocados pelo contexto de um espaço sócio-ocupacional fortemente marcado por relações hierárquicas têm exigido sobremaneira algumas dessas competências e habilidades. A experiência oriunda da extensão universitária, assim, tem contribuído para minha atuação. Isso apenas para ilustrar sua efetiva relevância. Seria possível aqui elencar várias outras atuações no âmbito do Serviço Social para as quais a formação obtida poderia contribuir, destacando, sobretudo, o direcionamento ético-político fortalecido no decorrer das vivências na extensão universitária no NATRA (CLARICE).

3.6 Extensão e projeto ético-político do Serviço Social

Em relação ao projeto profissional, todos, à exceção de Ernesto, apresentam uma compreensão sobre seu aspecto ético-político convergente com o que se discutiu em capítulos anteriores. As falas de Olga, Simone e Clarice referendam essa consideração:

Eu entendo que o PEP do Serviço Social se constitui no direcionador ético-político das ações profissionais, o mesmo se materializa através do Código de Ética, da lei que regulamenta a profissão e das diretrizes curriculares da ABEPSS e tem sua importância configurada na possibilidade de servir como um farol que deve iluminar as ações profissionais do serviço social, porém frente à sociedade que vivemos sabe-se que a manutenção desse projeto, que é contrário ao direcionamento do projeto societário, vem sendo ameaçada cotidianamente nos campos sócio-ocupacionais, exigindo de nós profissionais a capacidade de reinventar nosso cotidiano profissional, de modo a garantir sua efetivação (OLGA).

Entendo o Projeto Ético-Político Profissional como um direcionamento que se pretende hegemônico para a categoria profissional, vinculado a um projeto societário que supere as relações de exploração/dominação presentes em nossa sociabilidade. Nesse sentido, impõe desafios de diferentes ordens para a formação e atuação profissional, ao contrapor um modelo societário que complexifica e aprofunda tais relações na contemporaneidade (CLARICE).

Prevê um referencial teórico crítico, em que o assistente social tem a possibilidade de aproximar-se da vida cotidiana da população usuária, tecer análises, reflexões e realizar as mediações necessárias para apreensão do real em sua particularidade as quais subsidiarão uma intervenção com qualidade na perspectiva do reconhecimento e ampliação dos direitos sociais (SIMONE).

Para mim o projeto ético político profissional é o projeto hegemônico construído por nossa categoria, fruto do movimento de reconceituação do Serviço Social, da redemocratização da sociedade brasileira, em compromisso com uma práxis revolucionária, que rompa com o conservadorismo e aposte em uma nova ordem societária na qual não haja desigualdades ou discriminações e a liberdade assuma um valor central (TARSILA).

Em relação à fala de Clarice cabe destacar que ela, assim como outros entrevistados, não apenas faz referência ao aspecto de hegemonia do projeto ético-político, mas também indica a delicada questão do abalo que o projeto profissional vem sofrendo em sua hegemonia (Tarsila, apesar de se referir ao tema, não o problematiza). Essas considerações devem ser lidas à luz da discussão realizada em capítulos anteriores sobre os processos internos e externos de hegemonia dos projetos coletivos: por um lado, se todo projeto coletivo tem como

base material e existencial um setor da sociedade (trate-se de uma classe, de uma categoria profissional ou de outra espécie de grupo identitário mais ou menos restrito), todo projeto coletivo só se afirma enquanto projeto coletivo se se torna e se se mantém hegemônico ao angariar apoio de setores consideráveis de sua base social e ao servir como meio de expressão dos anseios e finalidades de seus membros; todo projeto coletivo, por emergir de e dirigir-se a uma totalidade social, coexiste com outros projetos coletivos que têm como base existencial setores sociais mais ou menos amplos, e nessa coexistência entre projetos coletivos uns se afirmam sobre outros, conquistando hegemonia.

O primeiro processo foi designado *hegemonia interna*; o segundo, *hegemonia externa*. Saliente-se que a hegemonia não se assenta em critérios quantitativos, como “maioria” ou “minoría”, mas qualitativos: portanto, um projeto coletivo pode afirmar-se como hegemônico sem angariar o apoio da maioria dos membros de sua base existencial ou mesmo sem conquistar a maioria dos indivíduos que convivem socialmente, mas ao dispor de condições mais propensas para materializar-se na práxis social e no cotidiano. Assim, o projeto ético-político do Serviço Social afirmou-se como hegemônico em dado momento – conjuntura da redemocratização e do engajamento político das vanguardas da categoria – porque conquistou condições de guiar o cotidiano do trabalho profissional, mesmo sem contar com condições de materializar-se no cotidiano da práxis da sociedade como um todo. A fala de Clarice remete a uma crise de hegemonia do projeto ético-político, crise de hegemonia que é colocada não apenas externamente, mas também internamente, pois, por várias razões – como a proletarianização dos assistentes sociais e a degradação de suas condições de vida, reprodução e trabalho – o projeto profissional tem gradualmente contado com condições mais escassas de guiar o cotidiano do exercício profissional. Ao se pensar sobre as bases da profissão, o recrudescimento da sociabilidade capitalista, posta sob um padrão mais e mais alienante e desumanizante, atinge tais bases, fomentando a retomada do conservadorismo e contribuindo para que um número crescente de membros passem a visualizar o projeto profissional como uma utopia inatingível ou, o que é pior, como resquícios de um pensamento morto, como tão comumente se alardeia sobre a tradição teórica e ideológica das esquerdas (não exclusivamente a esquerda marxista).

Em relação à contribuição de Ernesto, convém mencionar que sua compreensão sobre o projeto ético-político se mostra um tanto quanto diversa da apresentada pelos demais entrevistados e da defendida neste trabalho:

O projeto ético-político profissional é um conjunto de diretrizes, princípios e metas direcionados em prol de uma nova forma de sociabilidade, por meio da recusa, enfrentamento e combate de qualquer forma de conduta que possa cercear a liberdade e violar os direitos humanos. Em grande medida, a construção do projeto ético-político representa um avanço significativo, por sua tentativa de romper com práticas tradicionais e direcionar a atuação profissional para a construção de uma nova forma sociabilidade. Contudo, ele é extremamente moderado, pois além de determinados momentos assumir os mesmos preceitos apregoados pela sociedade capitalista (por exemplo: a luta pela democracia, a centralidade da liberdade, a difusão do pluralismo etc.) não assume um compromisso explícito com a construção de uma sociedade comunista. Parafraseando Brecht, o projeto ético-político, tal como formulado, representa a “nova carne com os velhos garfos” (ERNESTO).

Ernesto considera o projeto ético-político moderado e considera que ele, em certos pontos, reafirma “preceitos apregoados pela sociedade capitalista”, entre eles a centralidade da liberdade e a luta pela democracia. A colocação de Ernesto é de extrema importância, por suscitar um debate premente sobre o projeto ético-político, debate que não se teve oportunidade de enfrentar em outro momento do texto e deve ser brevemente enfrentado a partir de agora. Com relação à centralidade da liberdade, cabe reafirmar que a liberdade apreguada pelo projeto ético-político não se confunde com a liberdade burguesa, já criticada por Marx como um padrão de liberdade que “[...] não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro.” (MARX, 2010b, p. 49); a liberdade a que o projeto ético-político e o Código de Ética do Assistente Social se referem *não é a liberdade burguesa*, mas é diametralmente oposta a ela, pois não toma o outro como um limite à liberdade, mas como condição de possibilidade de sua efetivação. Isso porque o conceito de liberdade expresso no projeto ético-político fundamenta-se na emancipação humana, conforme tematizada por Marx (2010b, p. 54): a possibilidade de fundar uma sociabilidade em que os indivíduos possam livremente acessar os construtos culturais do gênero humano e reencontrarem-se com sua capacidade criativa genérica – expressa fundamentalmente, mas não só, no trabalho³² –, criatividade que coloca os seres humanos como construtores da própria sociabilidade, ainda que sob as condições de produção e reprodução da sociedade civil burguesa essa sociabilidade adquira um caráter alienante,

³² Nesse sentido, cabe destacar que Marx (2012, p. 99, grifo do autor) considera que “[...] o homem é um ser genérico não apenas na medida em que prática e teoricamente torna objeto seu o gênero, tanto o seu próprio como o das restantes coisas, mas também – e isto é apenas uma outra expressão para a mesma coisa – mas também na medida em que ele se comporta para consigo próprio como gênero vivo, presente, na medida em que ele se comporta para consigo próprio como um ser *universal*, por isso livre.” Assim, se ao comporta-se como ser genérico o ser humano é livre, a liberdade não pode ser desprezada como uma dimensão fundamental da emancipação humana.

reificante e fetichista. Assim, a emancipação humana carrega no seu bojo uma noção de liberdade que é a de livre acesso a esses construtos culturais do gênero humano, fruto da objetivação da subjetividade dada na práxis, de modo que a possibilidade de acessar esses construtos é a possibilidade de humanizar-se. Assim, negar a luta pela liberdade como central ao projeto ético-político e à construção de uma sociabilidade diferente da burguesa resulta em minar qualquer possibilidade de emancipação humana.

Quanto à luta pela democracia, ela deve ser problematizada. Primeiramente, deve-se considerar que a instituição sócio-política da democracia não surge no capitalismo, mas no contexto da sociedade grega clássica, fundamentada em um sistema produtivo escravista; não obstante, a noção de democracia foi resgatada e ressignificada pelos pensadores liberais e iluministas, vindo a desempenhar um papel chave na luta contra o chamado Antigo Regime. Assim, há de se questionar se a luta anticapitalista não deveria buscar promover uma nova ressignificação da democracia, atribuindo-lhe um sentido que colidisse com a sociabilidade tipicamente burguesa. Não obstante, parece plausível admitir que grande parte desse esforço já foi realizado por Marx (2010b, p. 41) ao cunhar a noção de *emancipação política*: “[...] a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui.”

Marx discute a questão da emancipação política em *Sobre a Questão Judaica* no contexto da luta dos judeus por reconhecimento de direitos políticos. Nesse contexto, a emancipação política é a mediação realizada pelo Estado entre os indivíduos e sua liberdade. Em sociedades sob regime político democrático, a mediação entre os indivíduos e a sua liberdade se dá pela democracia, uma vez que o Estado e a política são instâncias vitais ao padrão de sociabilidade vigente. Assim, a emancipação política se identifica com a democracia. A emancipação política é o processo por meio do qual um grupo de indivíduos ou todos os indivíduos de uma sociedade civil nacional passam à condição de cidadãos. Segundo Marx (2010b, p. 38-39), “[...] o limite da emancipação humana fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem fique livre dela.”

Contudo, ao caracterizar a emancipação política como “um grande progresso” e como “a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente”, fica evidente que Marx, apesar de apontar os seus limites, não despreza a emancipação política. Isso parece suficiente para justificar a pertinência da luta pela emancipação política no contexto societário atual; e, no cenário atual, a *luta pela emancipação política se identifica com a luta pela*

ampliação da democracia, isto é, com a luta para que cada vez mais setores espoliados e oprimidos da sociedade civil possam gozar da condição de cidadania. A condição de cidadania diz respeito à possibilidade de um indivíduo poder ser considerado como sujeito de direitos humanos, sociais e políticos ante o Estado, que deve garanti-los por meio de instrumentos jurídico-políticos. A condição de cidadania é problemática por não poder ter os direitos que a compõem efetivados no marco da sociabilidade capitalista, pois a cidadania carece das mesmas limitações da emancipação política. Contudo, assim como a emancipação política é um elemento progressista e uma forma de emancipação a não ser desprezada – muito pelo contrário, ela pode fomentar as lutas anticapitalistas –, a luta pela democracia também não deve ser desprezada ou retirada do projeto ético-político do Serviço Social, pois isso diminuiria substancialmente seu potencial de contestação da sociabilidade burguesa.

Em relação à aproximação com o projeto ético-político durante a graduação, Ernesto aponta que ela se deu de maneira insípida, dando ênfase ao papel desempenhado pelos docentes, que o teriam tratado de forma superficial.

Na minha formação acadêmica foi a mesma aproximação que o chão possui do céu e que a lua possui do mar. Diante das limitações teórico-metodológicas dos meus docentes, a aproximação com o projeto ético-político ocorreu de forma insípida, sem o seu devido aprofundamento, aparentando algo extremamente distante e difuso, sem a mínima mediação com a realidade (ERNESTO).

Frida e Olga também destacam nesse ponto os docentes, mencionando que grande parte deles não se alinhava à perspectiva do projeto ético-político, ficando nítida a disputa por hegemonia não apenas entre concepções diversas da profissão, mas também entre projetos societários diferentes:

No ensino-pesquisa-extensão tive a oportunidade de aproximação com esta discussão. Porém, a discussão no âmbito do ensino não foi tão consistente quanto seria necessário, desse modo, no desenvolvimento da pesquisa tive a possibilidade de maior aproximação por entender sua importância (FRIDA).

Sim, porém não era uma defesa feita por todos os docentes da universidade, ao longo do curso percebíamos nitidamente os diversos posicionamentos teórico-metodológicos que estavam em disputa na formação profissional, o que reforça a perspectiva de que o PEP é hegemônico, estando em disputa constantemente (OLGA).

É pertinente reiterar que a hegemonia não se constitui com base em um critério quantitativo, mas qualitativo. Se o projeto profissional contemporâneo ainda se apresenta

como hegemônico, isso não significa que sua hegemonia é incontestada – na verdade, sua hegemonia se encontra debilitada, pelas diversos motivos já apontados –, tampouco significa que, por ser hegemônico, eliminou as demais concepções sobre a imagem da profissão (como aquelas derivadas do conservadorismo ou do desenvolvimentismo). Assim, essas demais tendências – conservadorismo e desenvolvimentismo – fortalecem-se ante os abalos que o projeto ético-político atual sofre, abalos tanto internos, como os derivados da precarização das condições de trabalho e reprodução da categoria profissional, quanto externos, a exemplo do enfraquecimento do projeto societário da classe trabalhadora ante o projeto societário ligado ao capital. Desse modo, não é estranha ou mesmo inesperada a presença de um conservadorismo renovado e, muitas vezes, disfarçado ou a do desenvolvimentismo reformista (ainda mais em tempos tão propícios a ele) no espaço acadêmico. Tampouco causa surpresa que, diante da conjuntura atual (explicada no primeiro capítulo), essas tendências ganhem força não só no exercício profissional, mas também na própria universidade. Contudo, é preciso salientar que, em relação à formação profissional e ao trabalho profissional, são bastante óbvios os impactos do fortalecimento dessas duas tendências hoje não hegemônicas: o fortalecimento, nesses dois aspectos, de tendências não alinhadas ao projeto ético-político. Em relação ao tripé universitário, há também pesadas consequências a se considerar, como a queda da criticidade do ensino, a rendição da pesquisa a uma lógica produtivista e à formação de especialistas e a deturpação da extensão no sentido crítico-dialógico em prol de uma extensão com o caráter criticado por Freire no capítulo anterior ou, pior ainda, com um viés mercadológico.

Se o papel negativo de alguns docentes quanto à aproximação do projeto ético-político foi frisado, o papel desempenhado por outros na aproximação ao projeto profissional também foi destacado. Tarsila lembrou a importância da docente que, à época de sua graduação, ministrava a disciplina Metodologia do Serviço Social na aproximação ao projeto profissional que vivenciou em sua formação acadêmica:

Especialmente na formação acadêmica no período de graduação, especificamente na disciplina de Metodologia de Serviço Social, na qual a docente não se restringiu a práticas metodológicas, mas nos convocou a conhecer profundamente o funcionalismo, positivismo, a fenomenologia e o marxismo, para assim compreendermos a diferença entre a perspectiva conservadora e crítica do Serviço Social e assim as implicações do Projeto Ético-Político de nossa categoria (TARSILA).

Tendo em vista que há realmente uma diversidade de posicionamentos sobre a autoimagem profissional e o sentido do trabalho profissional na universidade, há de se considerar que as percepções dos entrevistados sobre como se deu a aproximação ao projeto ético-político durante a vida acadêmica também sejam múltiplas. No entanto, pode-se considerar que, mesmo em falas que não explicitam essa disputa existente no espaço universitário ou a questão da competência docente nesse sentido, como as de Francisca e Simone, existe posicionamento quanto a essa questão. Nas falas das duas, podem-se vislumbrar traços indicativos do posicionamento de ambas na linha do projeto, o que leva a concluir que a influência dos docentes alinhados à perspectiva do projeto e a influência da perspectiva ligada à extensão comunicativa foram mais decisivas para elas:

O projeto ético-político do Serviço Social foi trabalhado na graduação e esse processo e conhecimento – aprofundado após a graduação – me respaldou/respalda para a prática cotidiana. Posicionar-se em defesa do trabalhador e por uma sociedade mais justa, parece não tratar-se de utopia, mas de necessidade objetiva e precípua em nossa profissão (FRANCISCA).

Sim, porém é no dia a dia que ele se coloca como desafio constante aos profissionais e exige um posicionamento diante das contradições e injustiças do mundo do capital. Penso que o projeto ético-político não é estanque e acabado, ele está em movimento, ele é construído com ações profissionais que reafirmem os direitos sociais e avancem no sentido de uma sociedade justa e igualitária (SIMONE).

Simone cita a questão do cotidiano e da necessidade de reiteradamente posicionar-se no trabalho profissional no sentido dado pelo projeto, pois as expressões da sociabilidade burguesa tornam-se necessariamente cotidianas ante sua reprodução. Francisca refere-se que é justamente por isso que o posicionamento em favor do projeto ético-político e o mesmo não são utopias, mas “necessidade objetiva e precípua em nossa profissão”; afinal de contas, a verdadeira utopia é a utopia burguesa, que consiste em considerar que a existência da sociedade e dos indivíduos pode perpetuar-se ante a barbárie crescente ocasionada pela reprodução das relações sociais capitalistas, que degradam não apenas a condição humana, mas ainda põem em risco a própria natureza, pressuposto da existência da humanidade.

Não obstante o peso do ensino na aproximação ou falta de aproximação ao projeto ético-político, devem-se considerar também as outras dimensões do tripé universitário e, nesse sentido, Clarice ressalta a importância de outros espaços de formação, como congressos, seminários e outros eventos. Essa colocação reafirma não apenas a importância desse tipo experiência na vida acadêmica, mas também dos espaços e fóruns de discussão organizados

pela categoria profissional, além de remeter à questão da formação continuada. Clarice também destaca o papel da pesquisa nesse sentido:

A experiência de formação acadêmica perpassada pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão – com destaque para a extensão e a participação nos espaços coletivos de debate e formação constituídos pelos congressos, seminários e demais eventos da categoria profissional e temáticas afins – possibilitaram a aproximação com o Projeto Ético-Político Profissional. Essa aproximação, inclusive, motivou o desenvolvimento de pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso abordando a temática a partir de reflexões sobre o projeto ético-político profissional e o projeto societário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (CLARICE).

Quanto à contribuição da experiência extensionista para o posicionamento ético-político profissional, todos os entrevistados a tem em grande conta.

Acredito que ambos são indissociáveis, pois meu posicionamento ético-político profissional me levou a participar da extensão e a extensão reforçou tal posicionamento (TARSILA).

A participação na extensão, como também em outras esferas da vida social, contribuiu para a necessidade de se construir uma nova forma de sociabilidade, que transcende o mero projeto de uma categoria profissional, para um projeto de cunho indissolúvelmente social (ERNESTO).

Com certeza, a participação no GAPAF contribuiu em minha formação profissional e humana. Terminar a graduação ficou bem mais difícil, doloroso mesmo, considerando que saíria do grupo. Muitas imagens e recordações são vivas em minha memória, talvez uma das que mais me marcaram foi olhar na rebelião – que entrei voluntariamente - o pátio da cadeia e colchões queimados, enquanto o policial me chacoalhava e dizia: “Você é louca? Entra lá que eles te ESTRUPAM”. E sem noção de qualquer coisa, eu apenas disse: “É estupra que se fala, eu vou ficar aqui” (FRANCISCA).

As discussões a que tive acesso na extensão fortaleceram o meu posicionamento contrário à exploração de classe, à opressão de gênero, ao racismo e à homofobia. Fortaleceram o meu apoio à luta dos movimentos sociais e o compromisso com a construção de uma nova sociedade. Esses são alguns dos elementos do Projeto Ético-Político que orientam meu trabalho profissional (FRIDA).

A participação na extensão consolidou o direcionamento ético-político que nos é apresentado em sala aula na formação em Serviço Social, porém pude vivenciar essa opção antes mesmo de travar os grandes debates teóricos, devido a minha inserção imediata na extensão quando ingressei na universidade, o que colaborou para acelerar o meu processo de amadurecimento sobre tal temática e me ajudar a compreender sua materialização de modo que esse direcionamento saísse do campo do idealismo para se ver materializado em nossas ações cotidianas, o que avalio como a grande aprendizagem da prática da extensão, pois auxilia nessa

compreensão da relação teoria-prática, algo que é tão caro e imprescindível ao profissional de Serviço Social (OLGA).

Participar de um grupo que atua com Reforma Agrária não é para qualquer um! Reafirmar o posicionamento a favor dos trabalhadores rurais sem terra e considerar legítima sua luta frente à criminalização dos movimentos sociais requer convicção na perspectiva de construção de algo novo, livre de injustiças, violência e opressão. Fazer parte do NATRA agregou muito em relação à minha formação e postura profissional que pauta-se na defesa e a ampliação dos direitos sociais, tendo como parâmetro o projeto ético-político do Serviço Social (SIMONE).

Diante de todas essas declarações e das anteriores, parece ficar bastante claro que todos os entrevistados consideram a extensão como um fator imprescindível, e em certos momentos até mais importante do que as outras dimensões do tripé universitário, para uma formação crítica, alinhada ao projeto profissional e ao projeto societário das classes trabalhadoras. A relação entre ensino, pesquisa e extensão, aliada à possibilidade de interdisciplinaridade, também se mostraram como estimulantes às dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social, tendo influência marcante sobre o desenvolvimento das capacidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas imprescindíveis ao trabalho profissional.

A extensão tem, assim, impacto não apenas no posicionamento ético-político do assistente social, mas também nas competências técnico-operacionais e teórico-metodológicas, pois a extensão não apenas colocou os entrevistados, enquanto extensionistas, em contato com parcelas da vida social a que dificilmente teriam acesso de outro modo, como fomentou uma perspectiva crítica sobre a dinâmica social em que estão inseridos, levando tanto a um exercício profissional com características particulares quanto à necessidade de elaboração teórica. Em face disso, pondera-se que a extensão universitária aqui enfatizada – aquela aqui designada como *comunicativa* – ocupou lugar significativo e mesmo imprescindível na formação dos entrevistados, colaborando para que trouxessem em suas falas e vivências atreladas ao projeto ético-político do Serviço Social já desde a graduação e para que desde cedo se posicionassem na luta contra as formas reificantes, fetichizadas e alienadas da sociabilidade atual e em prol da emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar as reflexões acerca da temática em estudo, espera-se que o trabalho aqui apresentando “cutuque” os indivíduos nela envolvidos, permitindo a compreensão da extrema importância que a extensão universitária assume na formação profissional, com destaque à formação em Serviço Social, e contribuindo para que à extensão sejam dedicados esforços e recursos condizentes com sua premente relevância. Ao se mencionarem os envolvidos na temática, consideram-se não apenas os discentes extensionistas, os docentes coordenadores e a população envolvida no trabalho, mas também a comunidade acadêmica como um todo, em especial os gestores das universidades.

No decorrer do estudo, pode-se apreender a relevância da extensão para a formação dos entrevistados, perceptível não apenas por meio do preenchimento do questionário, mas também pela grande disponibilidade e reiterados agradecimentos pela participação na pesquisa, com menção de mais de um partícipe sobre a oportunidade de refletir e relembrar ótimos momentos. Cabe ponderar que a grande disponibilidade demonstrada também denota a responsabilidade dos envolvidos com a pesquisa, não apenas com esta em particular, mas com a atividade de pesquisa em si, expressando consonância com a investigação, imprescindível ao trabalho do assistente social.

Com o estudo realizado, pôde-se apreender que a extensão tem profunda influência sobre o posicionamento ético-político dos assistentes sociais entrevistados, conforme apontado pelos mesmos. Notou-se ainda que essa influência não se limita ao posicionamento ético-político, perpassando também as competências técnico-operacionais e teórico-metodológicas.

Na fala dos sujeitos da pesquisa ainda é possível observar que a extensão possibilitou-lhes a aproximação a uma realidade social diversa da sua ou a negação dos aspectos imediatos da realidade que vivenciam em favor de uma compreensão mais concreta da realidade social. Assim, a extensão retorna sobre o ensino e a pesquisa, fomentando a dimensão investigativa do Serviço Social e aproximando os futuros profissionais de parcelas da vida social a que dificilmente teriam acesso de outro modo, ou ainda a que teriam acesso apenas a partir das situações de trabalho profissional como assistentes sociais. Assim, a extensão favoreceu uma perspectiva crítica sobre a dinâmica social em que estão inseridos, levando tanto a um exercício profissional com características particulares quanto à necessidade de elaboração teórica.

Desse modo, pode-se constatar uma série de pontos: (I) embora sofra deturpações e desprestígios devido às pressões postas sobre a universidade pelo modo de produção reprodução da vida social, a relevância da extensão enquanto parte da vida acadêmica não pode ser ignorada; (II) a extensão crítica e comunicativa articula-se com ensino e pesquisa, retornando sobre eles com fornecer um arsenal de vivências e palpitar questões a demandarem solução prático-política e compreensão teórica; (III) o aspecto de percepção da alteridade trazido pela extensão fomenta não apenas a humanização do extensionista e futuro profissional, mas também a própria função social da universidade e o atendimento da população usuária; (IV) a percepção de alteridade, trazida pela extensão, dá frutos inclusive na compreensão da dinâmica social em que a universidade está inserida e sobre a qual o assistente social terá de atuar, permitindo a compreensão da articulação entre vida social e trabalho profissional, explicitando os limites do último e as necessidades decorrentes da primeira, pois, como bem lembra Freire (1988, p. 27), “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos”; (V) a extensão comunicativa possui em comum com o projeto ético-político o vínculo ao projeto societário das classes trabalhadoras e, desse modo, a vivência de uma prática extensionista crítico-dialógica fomenta no estudante de Serviço Social o despertar de uma postura ético-política a ser incorporada ao trabalho profissional; (VI) a extensão comunicativa, assim como o projeto profissional e o projeto societário das classes trabalhadoras, também está sujeita a uma disputa de hegemonia no âmbito da universidade, pois diversas concepções de extensão, muitas delas alheias ao viés crítico-dialógico, e decorrentes das demandas mercadológicas, entram em choque por prevalência no espaço acadêmico; (VII) é imprescindível, portanto, a articulação entre extensão comunicativa, projeto ético-político do Serviço Social e projeto das classes trabalhadoras.

Assim, considera-se que a relevância e papel da extensão universitária colocam-se como obviedades ao se analisar a fala dos entrevistados. Todavia, muito há que se pensar, articular e organizar para que a extensão comunicativa venha a constituir um requisito imprescindível na formação universitária e para que seja valorizada e financiada, de modo a efetivar os princípios constitucionais que a regem no âmbito institucional.

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares

e a vida é nada mais que um alvo móvel

você perguntará por que cantamos

se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacós
antes mesmo de explodir a vergonha

você perguntará por que cantamos

se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro

você perguntará por que cantamos

cantamos porque o rio esta soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino

cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos

cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota

cantamos porque o sol nos reconhece

e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta

cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas

Mário Benedetti

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O caracol e sua concha.** São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 2).

_____. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, texto atualizado até a EC n. 72/2013, de 02 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 abr. 2013a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: abr. 2013.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Natal, 1998.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: abr. 2013.

_____. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: abr. 2013.

BRAZ, Marcelo; PAULO NETTO, José. **Economia política:** uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 1).

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, v. 10, p. 4-7, 2007.

_____.; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. 2010. Disponível em: <<http://serviosocialemgeral.blogspot.com.br/2010/04/notas-sobre-o-projeto-etico-politico-do.html>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999. Mais! p. 3.

_____. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERRAZ, Anita Pereira. A atuação político-interventiva dos assistentes sociais e as ameaças à hegemonia do atual projeto ético-político profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010. **Anais....** Brasília, DF: CEFESS : ABEPSS, 2010.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 31, n. 101, p. 40-64, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 32, n. 112, p. 637-671, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEHER, Roberto. Crise estrutural e função social da universidade pública. **Temporalis**. Brasília, DF, ano 10, n. 19, p. 15-40, 2010.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontologia del ser social: el trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1. v. 1

_____. _____. São Paulo: Abril Cultural, 1984, t. 1. v. 2.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____.; ENGELS, Friedrich. Glosas críticas ao artigo “‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. De um Prussiano”. In: _____.; _____. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Trabalho alienado, propriedade privada e comunismo. In: PAULO NETTO, José (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. esp., p. 42-63, 1994.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. mod. 1. Brasília, DF: Cead : ABEPSS : CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 30, n. 100, p. 650-678, 2009a.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009b.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, 2012.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO, 2007.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 73-92, 2000.

_____.; CARMO, Onilda Alves. A extensão universitária e os processos de avaliação. In: POZZER, Marcio R. O. (Org.). **Extensão universitária e economia da cultura: a experiência em universidades públicas brasileiras**. São João Del Rei: Malta, 2012.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Ademir Alves da. **O projeto ético-político e a vulgarização da forma profissional**. Disponível em: <http://www.cresssp.org.br/index.asp?fuseaction=jornal_mch&id=277&id_jornal=59>. Acesso em: 14 mar. 2013.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

UNESP. **Estatuto da Unesp**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.unesp.br/servico/estatuto_19-12-2008.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I - Identificação

Nome:

Ano de conclusão do curso:

Formação complementar:

Área de atuação:

Cargo:

Carga horária de trabalho:

Grupo que pertenceu:

Foi bolsista? Que bolsa?

Se foi de iniciação científica, qual projeto:

II- Sobre a Formação Profissional

1. Qual currículo foi formado?
2. Como você analisa o tripé da Universidade – ensino- pesquisa- extensão?
3. O que foi fundamental para sua formação profissional?
4. Qual a contribuição da Extensão Universitária na sua formação?

III – Sobre a Participação na Extensão Universitária

1. Qual o trabalho desenvolvido no grupo? E quais as atividades que você desenvolvia?
2. Quanto tempo você participou do grupo?
3. Como eram organizadas as atividades?

Havia planejamento?

Trabalho grupal?

Interdisciplinaridade?

4. Você consegue relacionar a formação obtida nos grupos de extensão com a sua atividade profissional? Em caso afirmativo como você percebe isso.

IV- Sobre o Projeto Ético-Político Profissional

1. Para você o que é o Projeto Ético-Político Profissional e como você o analisa?
2. Você teve na sua formação aproximação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social?
3. E na formação complementar? Houve alguma aproximação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social?
4. A participação na extensão trouxe alguma contribuição para o seu posicionamento ético político profissional?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: Serviço Social e Projeto Ético Político Profissional: contributos do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. O projeto de pesquisa será conduzido por Anita Pereira Ferraz, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O trabalho pretende analisar o exercício profissional de alunos egressos do curso de Serviço Social da UNESP que vivenciaram experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão durante a graduação, apreendendo tais experiências repercutem na atuação profissional, considerando os desafios contemporâneos. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Anita Pereira Ferraz

Endereço:

Tel:

E-mail:

(assinatura)

Orientador

Prof. Dr.: José Fernando Siqueira da Silva

Endereço:

Tel:

E-mail:

ANEXO

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP
- CAMPUS DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social e Projeto Ético Político Profissional: Contributos do Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão

Pesquisador: Anita Pereira Ferraz

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 12338213.3.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 237.612

Data da Relatoria: 20/03/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto em questão contempla os quesitos da pesquisa científica.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão expostos de forma clara e objetiva e são exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos envolvidos. A compreensão das formas pelas quais o profissional relaciona a formação, a atuação profissional e o projeto ético-político pode contribuir para o aperfeiçoamento das relações entre estes elementos e para a complexização das reflexões sobre o Serviço Social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante em função dos objetivos propostos e dos potenciais benefícios apontados acima.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão dentro das normas estabelecidas pela Resolução 196.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP **Município:** FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP
- CAMPUS DE FRANCA



Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

FRANCA, 04 de Abril de 2013

Assinador por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br